

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Dariane Ferreira Martins

**Apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE nas escolas
da rede estadual da SRE Paracatu: ampliando as possibilidades para seu uso
pedagógico**

Juiz de Fora
2025

Dariane Ferreira Martins

Apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE nas escolas da rede estadual da SRE Paracatu: ampliando as possibilidades para seu uso pedagógico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rubem Barboza Filho.

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martins, Dariane Ferreira.

Apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE nas escolas da rede estadual da SRE Paracatu : ampliando as possibilidades para seu uso pedagógico / Dariane Ferreira Martins. -- 2025.

128 f.

Orientador: Rubem Barboza Filho

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Apropriação de resultados. 2. Avaliação externa. 3. SIMAVE. 4. Gestão Pedagógica. 5. SRE Paracatu. I. Barboza Filho, Rubem , orient. II. Título.

DARIANE FERREIRA MARTINS

**Apropriação dos Resultados das Avaliações Somativas do SIMAVE nas Escolas da Rede Estadual da SRE
Paracatu: Ampliando as Possibilidades para seu Uso Pedagógico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 31 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a). Rubem Barboza Filho - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a). Eduardo Magrone

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a). Rodrigo Chaves de Mello Rodrigues de Carvalho

PROFSOCIO - UEVA

Juiz de Fora, 06/10/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rubem Barboza Filho, Usuário Externo**, em 04/11/2025, às 22:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Magrone, Professor(a)**, em 05/11/2025, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Chaves de Mello Rodrigues de Carvalho, Usuário Externo**, em 10/11/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2661872** e o código CRC **917ED6CD**.

AGRADECIMENTOS

Com o coração cheio de alegria, celebro a conquista do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por meio do projeto *Trilha Educadores*, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), no qual registro meu reconhecimento por oportunizar o aperfeiçoamento profissional e o fortalecimento da educação pública mineira. Foi uma jornada marcada por descobertas, desafios e pela certeza de que a educação é um ato de transformação.

Agradeço primeiramente a Deus, o Autor da Vida, por iluminar meus caminhos, renovar minhas esperanças e me sustentar em cada etapa desta jornada.

Expresso minha sincera gratidão à minha família, especialmente ao meu esposo Gustavo, filhos Henrique e Luana, mãe e pai, Benedita e Valdinês e Dani, minha irmã, pelo apoio incondicional, paciência e incentivo em todos os momentos. Gratidão à Cleide, minha amiga que foi importantíssima nessa caminhada. Gratidão à minha equipe de trabalho da SRE, especialmente da DIVEP, pela parceria, troca de saberes e pela força coletiva que tornou o cotidiano pedagógico mais significativo; ao meu orientador, professor Rubem Barbosa, pelas contribuições valiosas e à agente de suporte acadêmico, Lethycia Lopes, pela dedicação, sensibilidade e colaboração em cada detalhe dessa jornada.

Essa conquista representa mais do que um título: é o símbolo de uma caminhada construída com dedicação, amor e compromisso com uma educação pública de qualidade e transformadora.

Gratidão a todos que fizeram parte desta trajetória!

RESUMO

Este estudo de caso foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), ofertado aos servidores da rede estadual de Minas Gerais, através do Programa Trilhas de Futuro Educadores. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito das avaliações em larga escala e teve como questão norteadora identificar quais obstáculos têm dificultado o trabalho do setor pedagógico da SRE e comprometido a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE nas escolas, bem como compreender de que forma a SRE pode estabelecer protocolos e ações capazes de superar esses desafios. Assim, definiu-se como objetivo geral investigar como o setor pedagógico da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Paracatu pode desenvolver um planejamento pedagógico para as escolas a partir dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE, estabelecendo, ainda, os seguintes objetivos específicos: descrever o processo de apropriação das avaliações externas, especialmente aquele que se materializa em ações de planejamento pedagógico; analisar como o setor pedagógico da SRE Paracatu realiza seu trabalho em relação à apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE pelas escolas; e propor um Plano de Ação Educacional que funcione como instrumento de apoio à SRE Paracatu na gestão pedagógica dos resultados. Dessa forma, o estudo analisa e discute conceitos relacionados à gestão educacional, gestão estratégica, participação, práticas pedagógicas e apropriação de resultados, articulando-os ao contexto das escolas da jurisdição e às legislações vigentes. Quanto à metodologia, foi feita uma pesquisa exploratória em legislações que se destacam no cenário do processo de avaliações externas nacionais e estaduais em artigos e em trabalhos publicados sobre o assunto. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada com servidores da Divisão de Equipe Pedagógica (DIVEP), além de um questionário para os professores de Língua portuguesa e Matemática, especialistas e diretores das 35 escolas da SRE de Paracatu, com o objetivo de entender os desafios e potencialidades das práticas pedagógicas relacionadas ao processo de apropriação dos resultados realizado pelas escolas. As análises apontaram que a eficácia das avaliações externas depende da capacidade das escolas e da SRE de utilizarem os dados de forma estratégica, apoiadas por formações continuadas e acompanhamento pedagógico sistemático. Logo, considerando o referencial teórico e as evidências, foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE), que contempla a promoção de uma formação nos dias escolares (início do ano letivo), pela equipe pedagógica da SRE, referente às avaliações externas do SIMAVE, com a participação dos professores de todas as disciplinas; realização de reuniões nas atividades extraclasse com os professores, especialistas e gestores, para trabalhar a análise e apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE da respectiva escola e a implementação de um protocolo de intervenção pedagógica/recomposição, com monitoramento e acompanhamento das ações pedagógicas, pela equipe pedagógica da SRE, norteadas pelos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Avaliações Somativas. SIMAVE. Gestão Pedagógica. Gestão participativa.

ABSTRACT

This case study was developed within the scope of the Professional Master's Program in Educational Management and Evaluation at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The program is offered to public servants of the state education network of Minas Gerais through the *Future Pathways for Educators* initiative. The research focuses on large-scale assessments, given that such evaluations produce essential indicators for educational systems at the national, state, and municipal levels. The general objective of this study is to investigate how the Pedagogical Sector of the Regional Superintendence of Education (SRE) of Paracatu can develop pedagogical planning for schools based on the results of the SIMAVE summative assessments. The specific objectives are to: a) describe the process of appropriation of external assessment results, particularly those leading to pedagogical planning actions; b) analyze how the Pedagogical Sector of SRE Paracatu engages with the SIMAVE results from schools; and c) propose an Educational Action Plan (PAE) to support SRE Paracatu in assisting schools with the pedagogical management of assessment data. This study explores and reflects on key concepts such as educational management, strategic management, participatory management, pedagogical management, and the appropriation of assessment results. The discussion draws on the theoretical contributions of Brooke (2011), Cunha (2011), Soares (2002), Machado (2012), Luck (2000, 2009, 2013), and Libâneo (2004, 2007, 2008), emphasizing the relevance of these frameworks to the improvement of educational practices and decision-making processes within school management. From a methodological standpoint, the study adopted an exploratory research design, involving the analysis of legislation and policy documents relevant to national and state external assessments, as well as a review of scholarly articles and previous studies on the topic. Subsequently, field research was conducted through semi-structured interviews with employees of the Pedagogical Team Division (DIVEP), as well as a questionnaire for Portuguese language and mathematics teachers, specialists, and principals (administrators and specialists) from the 35 schools in the Paracatu SRE, with the aim of understanding the challenges and potential of pedagogical practices related to the process of appropriation of results carried out by schools. The results indicate that the effectiveness of external evaluations depends on the ability of schools and the SRE to use data strategically, supported by ongoing training and systematic pedagogical monitoring. Therefore, considering the theoretical framework and evidence, an Educational Action Plan (PAE) will be proposed, which includes the promotion of training on school days (at the beginning of the school year) by the SRE pedagogical team, regarding SIMAVE external assessments, with the participation of teachers from all subjects; holding meetings during extracurricular activities with teachers, specialists, and administrators to analyze and appropriate the results of the SIMAVE summative assessments of the respective school and implement a pedagogical intervention protocol, with monitoring and follow-up of pedagogical actions, guided by the results of the SIMAVE external summative assessments.

Keywords: Educational Assessment. Summative Evaluations. SIMAVE. Pedagogical Management. Use of Results.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	– Avanços do SAEB.....	23
Quadro 2	– Avaliações internas e externas.....	27
Quadro 3	– Matrizes referenciais.....	29
Quadro 4	– Padrões de Desempenho Simave.....	31
Quadro 5	– Resumo sobre as avaliações externas.....	31
Figura 1	– Organograma da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.....	33-35
Quadro 6	– Objetivos e resultados das avaliações somativas do SIMAVE	39
Figura 2	Participação - 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.....	40
Figura 3	– Participação - 3º ano do EM	40
Figura 4	– Padrões de desempenho: 5º e 9º anos do EF e 3º ano do EM.....	41
Figura 5	– Acerto por habilidade: 5º e 9º anos do EF e 3º ano Ensino médio.....	42
Figura 6	– Portal de dados da Educação de Minas Gerais.....	45
Gráfico 1	– Tempo de atuação do professor na escola na atualidade.....	64
Gráfico 2	– A importância da realização da avaliação somativa do SIMAVE.....	66
Gráfico 3	– A quantidade de avaliações externas (estaduais e/ou federais) é excessiva.....	67
Gráfico 4	– As avaliações externas têm direcionado o que deve ser ensinado na escola.....	68
Gráfico 5	– O SIMAVE tem ajudado a melhorar o processo de ensino e aprendizagem na escola.....	69
Figura 7	– Nuvem de palavras Ações desenvolvidas pela equipe pedagógica da escola.....	70
Gráfico 6	– Conhecimento da equipe gestora e pedagógica sobre o portal do SIMAVE.....	74
Gráfico 7	– Repasse dos dados para a equipe docente.....	76
Gráfico 8	– Quais ações são implementadas e desenvolvidas pela escola após a apropriação dos resultados.....	77
Gráfico 9	– Reunião com a equipe escolar na atividade extraclasse com foco na apropriação dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.....	82

Quadro 7	– Protocolo de apropriação pedagógica dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.....	95
Quadro 8	– Promoção de formações sobre avaliações externas com professores nos dias escolares.....	97
Quadro 9	– Cronograma das formações sobre avaliações externas.....	98
Quadro 10	– Reunião com a equipe escolar na atividade extraclasse com foco na apropriação dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.....	99
Quadro 11	– Cronograma com as etapas da ação.....	101
Quadro 12	– Implementação do protocolo de monitoramento e acompanhamento das ações pedagógicas norteadas pelos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.....	102

LISTA DE TABELA

Tabela 1	–	Municípios e escolas da SRE/Paracatu em 2024.....	37
----------	---	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CF	Constituição Federal
CBC	Conteúdo Básico Comum
DAFI	Diretoria Administrativa e Financeira
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DIPE	Diretoria Pessoal
DIRE	Diretoria Educacional
DIVEP	Divisão de Equipe Pedagógica
EEB	Especialistas em Educação Básica
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Ensino Superior
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GIDE	Gestão Integrada da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Financeiro
PAE	Plano de Ação Educacional
PAEBES	Programa de Avaliação de Educação Básica do Espírito Santo
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública

PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAE	Superintendência de Avaliação Educacional
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEE/MG	Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais
SEDINE	Serviço de Documentação e Informação Educacional
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação de Educação Básica do Ceará
SRE	Superintendência Regional de Ensino de Paracatu
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRI	Teoria das Respostas ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O CONTEXTO DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL E A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES SOMATIVAS DO SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE PARACATU	19
2.1 AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS EXTERNAS E EM LARGA ESCALA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	21
2.2 O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO (SIMAVE).....	25
2.3 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA SOMATIVA DO SIMAVE DAS ESCOLAS DA SRE DE PARACATU	32
3 O USO PEDAGÓGICO DOS RESULTADOS DO PROEB NAS ESCOLAS.....	47
3.1 GESTÃO EDUCACIONAL.....	47
3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA, PARTICIPATIVA E PEDAGÓGICA.....	50
3.3 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS	55
3.4 PERCURSO METODOLÓGICO	59
3.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
3.5.1 Perfil dos participantes da pesquisa	63
3.5.2 Percepções dos professores com relação às Avaliações Externas e seu uso pedagógico	65
3.5.3 Avaliações externas na visão dos diretores e Especialistas das Escolas de Educação de Básica.....	74
3.5.4 Avaliações externas sob a perspectiva da equipe pedagógica da SRE ..	844
3.5.5 Integração das percepções dos participantes.....	911
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	922
4.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PAE NA DIVEP DA SRE PARACATU: síntese das ações	944
4.1.1 Promoção de formações sobre avaliações externas com professores nos dias escolares.....	96
4.1.2 Participação das atividades extraclasse das escolas com foco no processo das avaliações somativas do SIMAVE, bem como, análise e apropriação dos resultados.	99

4.1.3 Implementação do protocolo de monitoramento e acompanhamento das ações pedagógicas norteadas pelos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.....	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	1044
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	115
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA SRE PARACATU	116
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DIRETOR(A) ESCOLAR E ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA SRE PARACATU.....	122
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM SERVIDORES DA DIVEP	127

1 INTRODUÇÃO

As avaliações em larga escala geram indicadores importantes para os sistemas educacionais, tanto em âmbito nacional como em níveis municipal e estadual. Com a reforma educacional da década de 1990, onde ocorreu mudanças legais e decisivas para o fortalecimento do sistema de avaliação em larga escala, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) implantou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujo principal objetivo é prover subsídios para a formulação de políticas públicas governamentais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Considerando essa premissa, a Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece, em seu artigo 206, inciso VII, que a educação deverá ser fornecida com “garantia de qualidade”, sendo o poder público o responsável em resguardar tal direito à população (Brasil, 1988).

Além do SAEB que é uma avaliação em âmbito nacional, temos exemplos de avaliações em larga escala desenvolvidos por alguns estados brasileiros: a) Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP); b) Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE); c) Programa de Avaliação da Educação Básica (PAEBES) no Espírito Santo; d) Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) em Minas Gerais, através do Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), sendo o PROEB foco desse estudo.

Nesse ano de 2025, Minas Gerais deixou de usar as siglas PROEB e PROALFA e passou a chamá-las, oficialmente, de Avaliação Externa Somativa do SIMAVE, também referida no portal como “Avaliações Somativas do Simave”. A mudança foi instituída pela Resolução SEE nº 5.138, de 2 de abril de 2025 e detalhada na Resolução SEE nº 5.139/2025; o Portal das Avaliações já exibe a nova nomenclatura com a observação “antes definidas como Proalfa e Proeb”.

Diante desse panorama, à análise profícua dos resultados das avaliações externas torna-se importante para nortear as políticas públicas educacionais e contribuir para uma reflexão sobre como melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Assim, trabalhar com os resultados exige um esforço de professores, gestores e demais segmentos da comunidade escolar. Desse modo, analisar os dados de uma avaliação exige mais do que perceber a sua descrição, é também compreender os resultados e

o contexto que envolve sua produção. Lima (2012, p. 15) nos auxilia a entender a importância da análise dos resultados das avaliações externas:

O atual protagonismo da avaliação, no quadro das políticas educacionais, não apenas remete para as suas dimensões instrumentais e de controle, a serviço de novas modalidade de regulação e meta regulação estatal das políticas públicas. A avaliação educacional, mais do que isso, é uma das máximas expressões, substantivas, das políticas educacionais contemporâneas, seja em escala nacional e local, seja em escala transnacional (Lima, 2012, p. 15).

É preciso explicar que os resultados das avaliações externas podem ser usados para elaborar políticas públicas e contribuem para a organização do planejamento pedagógico. Sendo assim, o presente trabalho apresenta a seguinte questão norteadora: Quais obstáculos têm dificultado o trabalho do setor pedagógico da SRE e comprometido a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE nas escolas, e de que forma a SRE pode estabelecer protocolos ou ações para superá-los?

O fato de as avaliações somativas do SIMAVE ocorrerem anualmente em todas as escolas da rede estadual, abrangendo as etapas do Ensino Fundamental (Anos iniciais e finais) e Ensino Médio, possibilita a geração de dados com os resultados do desempenho dos estudantes e da escola, que devem a partir deles direcionar o trabalho pedagógico. Nesse sentido, esse é o objeto de estudo pela relevância que o Setor Pedagógico da SRE exerce ou pode exercer sobre esse trabalho nas escolas. Acreditamos que uma análise mais criteriosa dos resultados e as possibilidades de um novo formato no planejamento possam ajudar a melhorar esse processo estratégico de apropriação e aplicação dos resultados nas escolas.

O interesse por esse assunto iniciou-se no decorrer do trabalho pedagógico que executo nas escolas. Sou¹ Analista Educacional integrante do Setor de Divisão de Equipe de Pedagógica (DIVEP) da Superintendência Regional de Ensino de Paracatu (SRE/Paracatu) desde o ano de 2013, no qual hoje exerço a função de coordenação do setor, direcionamento as ações de organização, envio de informações, formações, orientações e monitoramento das ações pedagógicas demandados pela Secretaria de

¹ Neste trabalho usa-se a primeira pessoa do singular para se referir às características, experiências e ações relacionadas a autora dessa dissertação.

Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). O setor é composto por mim e mais 07 analistas. Sou formada em Normal Superior pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Já trabalhei em sala de aula durante seis anos, como regente de turmas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental nas redes municipal, estadual e particular do município de Paracatu.

O setor da DIVEP desempenha um trabalho de suporte, assessoria, monitoria, orientação e organização dos programas pedagógicos demandados pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) junto às escolas estaduais, diretamente com diretores e especialistas da educação básica. Trabalho neste Setor há 10 anos, já acompanhei vários projetos e ações, desde 2021 atuo em ações referentes aos Projetos: Gestão Integrada da Educação (GIDE), Ensino Fundamental em Tempo Integral, Programa Saúde na Escola, gerenciamento de senha dos gestores na plataforma PDDE Interativo (Programa Dinheiro Direto na Escola), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica, suporte na elaboração do Projeto Pedagógico e do Plano Anual de Intervenção Pedagógica das escolas, além de organização e realização de formações para profissionais da educação conforme demandas da SEE/MG, Prêmio Escola Transformação, e no ano de 2024 comecei a coordenar o setor DIVEP. Em relação ao trabalho com a avaliação acompanho com orientações, análise de recursos, suporte, reuniões, dentre outras informações pertinentes ao assunto.

O trabalho com a avaliação nos 5 municípios da SRE/Paracatu, que totalizam 36 escolas estaduais, está sob a responsabilidade de apenas 03 servidoras, as quais não são exclusivas desse serviço e coordenam ou acompanham vários outros projetos e ações, o que dificulta e até impossibilita o acompanhamento necessário.

Com a dificuldade de acompanhamento sistemático por parte das analistas responsáveis pelo processo da avaliação, surgem dificuldades no processo das avaliações, principalmente na apropriação dos resultados, falta de interesse por parte dos profissionais e alunos que não participam efetivamente do processo.

Desse modo, a pergunta que ancora essa pesquisa é: Quais obstáculos têm dificultado o trabalho do setor pedagógico da SRE e comprometido a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE nas escolas, e de que forma a SRE pode estabelecer protocolos ou ações para superá-los?

Para tanto, tem-se como **objetivo geral**: investigar como o setor pedagógico da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Paracatu pode desenvolver um planejamento pedagógico para as escolas a partir dos resultados da avaliação externa somativa do SIMAVE. E como **objetivos específicos**, têm-se: a) descrever o processo de apropriação de avaliações externas, em especial aquele que resulta em ações de planejamento pedagógico.; b) analisar como é realizado o trabalho do setor pedagógico na SRE Paracatu com relação à apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE das escolas; c) propor um Plano de Ação Educacional que se configure como apoio para a SRE Paracatu subsidiar as escolas na gestão pedagógicas dos resultados.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos. O Capítulo 1, de caráter introdutório, apresenta o tema, os objetivos e a estrutura geral do estudo. O Capítulo 2, de natureza descritiva, está subdividido em três seções, nas quais são discutidos os fundamentos teóricos, o problema de pesquisa e o contexto da investigação. O Capítulo 3 compreende a análise e discussão dos dados, e está estruturado em quatro seções. Tem como objetivo examinar de que forma o setor pedagógico da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Paracatu pode desenvolver ações e um planejamento pedagógico voltado ao aprimoramento da aprendizagem dos estudantes, a partir dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE. Nesse capítulo, são também apresentadas a proposta metodológica da pesquisa e a análise das respostas obtidas nas entrevistas. Por fim, o Capítulo 4 propõe um Plano de Atendimento Educacional (PAE), elaborado como sugestão para desenvolvimento da equipe pedagógica da SRE Paracatu nas escolas, com foco na utilização pedagógica dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE, de modo a subsidiar práticas voltadas à melhoria da aprendizagem e da gestão educacional.

2 O CONTEXTO DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL E A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES SOMATIVAS DO SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE) DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE PARACATU

A partir da realização de um recorte temporal, tem-se o período de 1970/1980, no qual a avaliação de caráter educacional recebe contribuições profícuas e se consolida como método mais preciso para diagnosticar o estudante, o professor, a instituição escolar e o sistema de ensino.

No cenário brasileiro, a abordagem sobre as avaliações externas dos sistemas de ensino e da educação é comparativamente nova. Sua origem se dá na crise do capitalismo dos anos 90, quando medidas para controlar o sistema educacional surgiram em nível global (Gomes; Melo, 2018). Assim, foi nesse contexto de crise que a discussão sobre avaliações entra em cena nas políticas educacionais brasileiras, sendo materializadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Esse importante documento versa que é necessário “[...] assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (Brasil, 1997, p. 10).

Vale explicar que antes da LDB prever as avaliações externas, já contávamos com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que surge em 1991. Trata-se de uma avaliação que é aplicada a cada dois anos e que permite analisar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação no Brasil. Quanto à sua estrutura, ela é composta por testes e questionários e são os seus resultados os responsáveis para produzir indicadores educacionais para as regiões, os estados, os municípios e a escola.

E, em 2007, com o intuito de buscar bons resultados, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) desenvolveu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), considerando que para “[...] cada município e escola, existe a meta a ser cumprida, até o ano de 2021, para que todas as escolas do país alcancem a meta 6,0 numa escala de 0 a 10 e possa equiparar-se com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)” (Laurentino; Diógenes, 2013, p. 36).

Nesta esteira, já é possível notar os avanços que ocorreram no que tange às políticas do sistema avaliativo no Brasil. Dito isso, a avaliação em larga escala contempla as diferentes etapas de ensino, conforme explica Castro (2009, p.273):

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM, o Exame Nacional de Cursos/ENC, conhecido como Provão e, posteriormente, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior/ENADE, o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos/ENCCEJA, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAES, a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB. Em conjunto, estes sistemas, ao lado da Avaliação da Pós-Graduação da CAPES - o mais antigo sistema de avaliação do país no Setor Educação - configuram um macrossistema de avaliação da qualidade da educação brasileira (Castro, 2009, p 273).

Considerando isso, é preciso lembrar que a política pública de avaliação em larga escala tem contribuído para discussões de forma a diagnosticar e direcionar ações com foco na melhoria do processo educacional. No entanto, muitas vezes, a apropriação dos resultados pelas escolas, e até mesmo pela secretaria de educação, nem sempre ocorrem de forma eficiente, o que caracteriza uma não utilização dessa política na promoção da equidade educacional.

Com o objetivo de refletir sobre a apropriação dos resultados da Avaliação Somativa do SIMAVE, este capítulo, organizado em três seções, tece discussões sobre as avaliações em larga escala em âmbito nacional, estadual e regional e a apropriação dos resultados do SIMAVE realizados pelas escolas da SRE Paracatu.

Na primeira seção, apresentamos as avaliações educacionais em larga escala no contexto da Educação Básica brasileira, a constituição do SAEB que ocorre em todo o Brasil e também do Ideb, considerando sua importância como indicador da qualidade da educação e sua influência nas escolas brasileira. Na segunda seção, abordamos as avaliações externas no cenário mineiro, especificamente o SIMAVE, sua implantação em 2000 e suas alterações. Dentre as duas avaliações que o compõe.

Na terceira seção, descreveremos como ocorre o processo de apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE das escolas da rede estadual da SRE Paracatu realizado pela equipe pedagógica da Regional de Ensino. Traremos ainda informações do formato dessas avaliações e os resultados dos últimos dois anos das escolas da SRE Paracatu.

2.1 AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS EXTERNAS E EM LARGA ESCALA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Avaliações educacionais externas e em larga escala têm sido temas de grande relevância no contexto da Educação Básica brasileira nas últimas décadas. Elas são ferramentas importantes para medir o desempenho dos estudantes, das escolas e do sistema educacional como um todo. Dessa forma, as avaliações externas podem ser definidas como importantes instrumentos que visam contribuir com a qualidade do sistema educacional, garantindo o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade. Assim sendo, são considerados três níveis integrados de avaliação da qualidade do ensino: avaliação abrangente das redes de ensino feita na esfera federal, estadual e municipal (Freitas, 2009, p.10). E nessas “avaliações utilizam-se instrumentos (em geral, testes de proficiência e questionários) produzidos e aplicados por pessoas de fora da escola ou das turmas” (SEE/MG, 2024). E a avaliação de larga escala pode ser entendida como uma oportunidade de “diagnóstico educacional, de orientação de políticas públicas e indica também que a avaliação da aprendizagem, no contexto da sala de aula, pode apresentar análises mais profundas e mais consequentes para as práticas pedagógicas” (Souza, Ferreira, 2019, p.13).

Em vários países do mundo, nos anos de 1970/1980, tinha-se uma concepção de avaliação totalmente centrada na produtividade e na eficiência. Esse tipo de avaliação desconsiderava os processos e os contextos, tanto que Viana (1978, p. 69), critica essa concepção de avaliação como algo configurado em “testes, portanto, antidemocráticos e colaboradores do *status quo*, pois negariam a capacidade de argumentar, debater e discutir problemas”.

Importa explicar que o processo de universalização do acesso ao ensino fundamental desencadeado nas décadas de 1960 e 1970 ofereceu vagas à maioria da população na faixa etária em que era obrigatório, de 7 a 14 anos. Já nos anos de 1980, surgiram preocupações quanto à qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas do país, visto que não houve planejamento para atendimento da crescente demanda (Maluf, 1996).

Em 1996, a LDB/1996, em seu artigo 9º, já consta o processo de avaliação para assegurar a qualidade da educação

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (Brasil, 1996).

Como forma de medir a qualidade da oferta, começaram as avaliações educacionais em larga escala. Bonamino e Sousa (2012) dividem as avaliações externas em três gerações. A primeira geração se refere aos sistemas como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) no formato inicial, que oferecia pouco impacto aos sistemas de ensino e escolas, na medida em que havia pouca divulgação de resultados. Já na segunda geração, os sistemas já são capazes de ampla divulgação dos resultados para a sociedade, provocando maior impacto sobre as escolas. As autoras citam a Prova Brasil como exemplo, visto que não se limita somente ao diagnóstico da situação educacional do país, sobretudo porque o Ideb, criado em 2007, promoveu maior divulgação dos resultados, até o nível da escola. Por fim, tem-se a terceira geração, com o desenvolvimento de sistemas avaliativos associados a mecanismos de responsabilização, o que implica a intensificação da divulgação dos resultados e premiações escolares em função do desempenho dos alunos. Têm-se alguns sistemas de ensino estaduais e municipais dessa geração no Brasil, pois apresentam responsabilização de alto impacto, ao contrário da primeira e da segunda gerações, que são consideradas de baixo impacto (Cerdeira, 2018).

O SAEB foi a primeira iniciativa brasileira, em escala nacional, para se conhecer o sistema educacional em profundidade. Começou a ser desenvolvido no final dos anos 80 e foi aplicado pela primeira vez em 1990. Vale ressaltar que já passou por várias reformulações, sendo bem significativa a reestruturação metodológica ocorrida no ano de 1995, que instituiu na construção do teste e análise de resultados, a Teoria de Respostas ao Item (TRI). Esse modelo matemático mensura tanto a proficiência dos estudantes quanto o grau de dificuldade dos itens avaliados nas provas numa mesma escala de proficiência, permitindo ao longo dos anos maior comparabilidade dos resultados. Nesse período também foi decidido que a avaliação ocorreria somente nas etapas finais de cada nível de ensino, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental (antes denominados 4ª e 8ª séries do ensino fundamental) e 3º ano do Ensino Médio e a possibilidade de participação da rede privada de forma amostral (Inep, 2023).

Nas duas últimas edições do SAEB, e na realizada no ano de 2023, nota-se um avanço, já que nesse contexto, tem-se a implementação da Base Nacional Comum Curricular, que é o documento normativo da educação básica.

Às vésperas de completar três décadas de realização, o Saeb passa por uma nova reestruturação para se adequar à BNCC. Começa a transição para novas matrizes de referência, alinhadas à base. Dado o cenário legal, priorizou-se a implementação das matrizes para a avaliação de língua portuguesa e matemática no 2º ano do ensino fundamental e de ciências humanas e ciências da natureza no 9º ano do ensino fundamental, de forma a não impactar o cálculo do Ideb (Brasil, Inep, 2024, s/p).

Sobre os avanços no SAEB, eles estão expostos no quadro a seguir, algumas alterações e ponderações que consideramos importantes que o sistema passou nos últimos anos:

Quadro 1 - Avanços do SAEB.

Avaliação do 2º ano do Ensino Fundamental – teve a primeira edição em 2019 alinhada com a BNCC, os resultados de 2021 foram também utilizados para definir níveis de alfabetização através do programa ‘Alfabetiza Brasil’.
Avaliação de Ciências Humanas e Ciências da Natureza para o 9º ano do EF – foi realizada na edição de 2019 e replicada em 2021, está em consonância com a BNCC.
Avaliação da Educação Infantil – Foi realizado um projeto piloto em 2019 e teve sua primeira execução em 2021 com a base de dados sendo disponibilizada publicamente, é baseada na legislação vigente e nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.
Questionário eletrônico para Secretário Municipal de Educação - teve sua primeira aplicação em 2019, coletando informações relevantes sobre a gestão municipal.
Questionários eletrônico para Diretores de Escola - foi realizada a partir de 2019 com revisão dos itens conforme a nova matriz do SAEB.
Questionário dos Professores da Educação Infantil , abordando aspectos da sala de aula e do cotidiano da educação infantil, ampliando o SAEB para este nível educacional a partir de 2019.
Aplicação no contexto da pandemia , durante a edição de 2021 foram realizadas diversas alterações para garantir o distanciamento entre os estudantes e uma aplicação segura.
Questionário eletrônico para Professores de Ensino Fundamental e Médio das áreas avaliadas – a partir de 2023 o questionário deixará de ser impresso e passa a ser realizado de forma eletrônica.
Avaliação de Ciências Humanas e Ciências da Natureza para o 5º ano do EF – prevista para ser implementada pela primeira vez na edição de 2023.
Live sobre a Portaria do SAEB 2023 – procurando estar afinado com as novas formas comunicacionais, foi realizada uma <i>live</i> com mais de 3 mil participantes que procurou esclarecer os procedimentos de aplicação do SAEB.

Fonte: INEP (2023).

Nesse sentido, ressaltamos que as mudanças que ocorreram com o SAEB ao longo dos anos foram positivas para o constante aperfeiçoamento, visto a relevância da avaliação para a educação brasileira, principalmente na sua utilização como indicador no Ideb. O Ideb reúne dois indicadores, ambos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, especificamente o SAEB. “O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)” (INEP, 2023).

Além disso, esse índice possibilita resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas, no entanto, não tem um enfoque pedagógico. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema, pois a permanência e o aprendizado são os dois fatores fundamentais para indicar a qualidade do ensino ofertado.

O índice também é um importante indutor de política pública em prol da qualidade da educação. É uma das ferramentas para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tinha estabelecido, como meta para 2022, a nota 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos.

Formular um plano educacional no Brasil, atualmente, implica assumir compromissos voltados para o contínuo esforço de erradicação das desigualdades históricas existentes no país. Assim, em 2014, foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) no qual constam metas baseadas no crescimento do IDEB, que aborda o sistema de avaliação para orientação das políticas públicas, conforme consta no artigo 11:

Art. 11. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino (Brasil, 2014).

Nesse sentido, as metas são direcionadas para enfrentar os obstáculos relacionados ao acesso e à permanência na educação, as disparidades educacionais presentes em cada região, levando em conta as particularidades de sua população, a preparação para o mercado de trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais e a promoção do exercício da cidadania. A elaboração de um plano educacional não pode prescindir da inclusão dos princípios de respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão, bem como à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas diariamente (Brasil, 2014). Dessa forma, o PNE estabelece parâmetros para educação nacional na meta 7:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (Brasil, 2014).

A meta 7 se destaca como a mais desafiadora do Plano Nacional de Educação, considerando as 36 estratégias identificadas como essenciais para sua realização. O foco na qualidade da educação amplia o escopo do debate, incentivando a revisão não apenas das práticas escolares, mas também das políticas que as sustentam, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos alunos.

Nesse contexto, na seção a seguir discutimos as avaliações externas no contexto mineiro. Seguindo a linha nacional, os estados e municípios também organizaram sistemas de avaliação próprios, de forma a avaliar as aprendizagens. Essas iniciativas indicam a importância e institucionalização da avaliação como um instrumento que subsidia o processo de formulação e monitoramento de Políticas Públicas com foco na melhoria da aprendizagem, bem como prestando conta à sociedade (Castro, 2009).

2.2 O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO (SIMAVE)

Em Minas Gerais, assim como em muitas outras partes do Brasil, as avaliações externas têm desempenhado um papel significativo no cenário educacional. Essas avaliações são utilizadas como instrumentos para avaliar a aprendizagem dos alunos,

identificar áreas de deficiência, definir políticas educacionais e, em alguns casos, vincular incentivos financeiros ou sanções às escolas com base nos resultados obtidos.

Em 2000, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), em uma parceria técnico-pedagógica com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), criou o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE). Esse sistema:

é implementado com a função de aferir se os alunos estão desenvolvendo as habilidades esperadas para sua etapa escolar, fornecendo informações para os gestores de rede pensarem em políticas públicas direcionadas aos desafios enfrentados pela educação no estado. Ao mesmo tempo em que as comunidades escolares podem utilizar os dados gerados pelo Simave para planejarem ações pedagógicas que ajudem os estudantes a superarem suas dificuldades de aprendizagem (SIMAVE, 2024, s/p).

Ao longo das últimas três décadas, a avaliação educacional em larga escala vem se consolidando como uma ferramenta indispensável para a produção de diagnósticos mais precisos e assertivos sobre a qualidade da educação ofertada. Por meio de testes padronizados de desempenho, é possível: verificar uma dimensão fundamental do direito à educação: a aprendizagem adequada na idade certa; b) monitoramento da qualidade educacional; c) aprimoramento curricular; bases para ações de intervenção; d) desenvolvimento de habilidades de avaliação, dentre outros.

Dessa forma, a avaliação torna-se uma ferramenta que subsidia a realização de mudanças que atendam ao dever do estado de oferecer uma educação gratuita e de qualidade à população (SIMAVE, 2024).

As avaliações educacionais em larga escala, que constituem o SIMAVE têm duas dimensões: uma é interna ao Governo Estadual e à Secretaria de Estado de Educação, e a outra é externa. Cada tipo de avaliação desempenha um papel único e pode ser usado em diferentes momentos e com diferentes objetivos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Avaliações internas e externas.

AVALIAÇÕES INTERNAS	As avaliações internas ao Governo, elaboradas, gerenciadas e validadas pela equipe da Secretaria de Estado de Educação, denominadas Avaliações Formativas, buscam qualificar e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem individualmente, ao longo do ano letivo. Elas apresentam um caráter formativo e encontram-se divididas em duas categorias: diagnóstica e intermediária. Neste conjunto de avaliações, são avaliados todos os estudantes matriculados do 2º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio abrangendo as etapas da Educação de jovens e Adultos (EJA), em todos os componentes curriculares.
AVALIAÇÕES EXTERNAS	As Avaliações Externas aplicadas no Estado de Minas Gerais têm caráter somativo. Estas avaliações visam aferir habilidades e competências que, espera-se, que tenham sido ensinadas em determinada etapa da escolarização, com vistas a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas educacionais. As avaliações externas aplicadas na abrangência do Estado de Minas Gerais avaliam estudantes matriculados no 2º ano, 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio em escolas estaduais e municipais do estado. Estas avaliações eram chamadas de Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). Em abril de 2025, o PROALFA e PROEB foram unificadas sob a nomenclatura Avaliação Externa Somativa do Simave.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com informações do site da Escola de Formação e desenvolvimento profissional dos educadores de Minas Gerais (2024).

Sendo assim, anualmente, o SIMAVE conta com a participação das escolas da rede estadual e das redes municipais mineiras e avalia o nível de apropriação de conhecimentos e das habilidades alcançadas pelos estudantes. A princípio, eram avaliados o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, por meio do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). Em 2006, o 2º e 3º anos do Ensino Fundamental passaram a integrar o SIMAVE, originando o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), que contempla apenas o 2º ano do Ensino Fundamental. Em abril de 2025, o PROALFA e PROEB foram unificadas sob a nomenclatura Avaliação Externa Somativa do Simave².

Ainda em 2006 foi criado o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), com o objetivo estratégico de realizar diagnósticos para entender o sistema

² Através da Resolução SEE Nº 5.138, de 02 de abril de 2025.

público de ensino estadual com foco no seu aperfeiçoamento. A escola realizava duas aplicações: uma no início do ano, com caráter diagnóstico (de verificação da aprendizagem), e outra mais ao final do ano letivo (intermediária), permitindo constatar os avanços alcançados pelos alunos, podendo ser no formato online ou impressa. Era direcionada aos alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Utilizava como base o Conteúdo Básico Comum (CBC), currículo da Rede. Entre 2006 e 2007, a metodologia do PAAE foi aplicada em 226 escolas de referências, de forma que o resultado positivo recomendou a ampliação para todas as escolas de ensino médio do Estado e em 2010 houve a institucionalização do Programa em toda a Rede, permanecendo até 2015.

Atualmente, o Simave se estrutura através da realização de avaliações formativas - realizadas ao longo do ano letivo - e somativas, tendo como parceiro da SEE/MG, desde a primeira edição do sistema, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

As avaliações formativas do Simave eram aplicadas duas vezes ao ano: a Avaliação Diagnóstica, ocorre no primeiro trimestre do ano letivo, com o intuito de verificar quais são os principais pontos de atenção pedagógica a serem desenvolvidos ao longo do ano escolar. A segunda avaliação formativa, nomeada como Avaliação Intermediária, era aplicada no início do segundo semestre letivo, e teria por finalidade verificar os progressos feitos pelos estudantes até o momento da avaliação. Essas duas avaliações são direcionadas para as escolas estaduais, sendo aplicadas para todas as etapas de escolaridade - do 2º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, abrangendo as etapas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Outro diferencial delas é que ambas avaliavam todos os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Educação Física, Artes, Língua Inglesa, Ciências da Natureza, Física, Química e Biologia.

Ao final do ano letivo, acontece a avaliação somativa, voltada para a rede estadual e as redes municipais de ensino. Proeb, criado em 2000, avalia os estudantes dos 5º e 9º anos do Ensino Médio e do 3º ano do Ensino Médio. Enquanto o Proalfa, estabelecido em 2006, avalia os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental. Ambos os programas verificam as habilidades desenvolvidas pelos estudantes apenas em Língua Portuguesa e Matemática, a partir de 2025, unificadas em Avaliação Externa Somativa do Simave.

A efetiva utilização da avaliação educacional como ferramenta pode ajudar a proporcionar a garantia do direito à educação gratuita e de excelência para a população. Seu objetivo principal é:

O objetivo principal do Simave sempre foi verificar como está o processo de ensino e aprendizagem no estado, auxiliando a identificar quais aspectos das políticas educacionais podem ser aprimorados e, conseqüentemente, produzir melhorias na qualidade do ensino (SIMAVE, 2024).

Os resultados obtidos no SIMAVE têm auxiliado na implementação, (re)formulação e monitoramento de políticas educacionais, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade da educação no estado e na promoção da equidade. Entretanto, para que o programa possa contribuir, de fato, para a melhoria da qualidade da educação ofertada, é indispensável que gestores, professores e equipes pedagógicas apropriem e utilizem as informações publicadas a partir dos diferentes indicadores que compõem os resultados da avaliação (SIMAVE, 2023).

Nesse sentido, é importante explicar sobre as matrizes, para entender as matrizes de referência utilizadas no Simave, pois elas servem como guias que estabelecem critérios claros para avaliar a aprendizagem dos estudantes. São as matrizes que garantem a precisão das avaliações e a busca de objetivos educacionais. Assim, temos, conforme quadro organizado a seguir.

Quadro 3 - Matrizes referenciais.

MATRIZ	INTRODUÇÃO	OBJETIVO
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	Os PCNs, que foram publicados em 1996, estabeleceram uma nova abordagem curricular que tem como base integração da aprendizagem do aluno e do contexto de aprendizagem.	Desenvolver currículos mais flexíveis e centrados na aprendizagem, nas competências e nas habilidades, em vez de simplesmente na manutenção dos conteúdos mais flexíveis e centrados na aprendizagem, centrados nas competências e habilidades, em vez de simplesmente na manutenção do conteúdo.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	A BNCC foi lançada em 2017 e representa uma reforma significativa que busca tornar o currículo nacional um documento norteador mais consistente.	Estabelecer competências gerais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica. Além disso, oferecer um currículo mais integrado, que enfatiza as competências sociais além das competências tradicionais.

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)	Estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.	Estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas seguintes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico.
Currículo Referência de Minas Gerais	Apresenta o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, e consequentemente, assegura uma educação de qualidade a todos os estudantes.	Oportunizar que todos os estudantes tenham garantia e acesso à aprendizagem mínima que está descrita no currículo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Todas essas matrizes não são excludentes, elas se complementam. As mudanças se deram no sentido de proporcionar um maior alinhamento entre os objetivos de aprendizagem, melhores bases avaliativas bem como o desenvolvimento de competências e habilidades, contribuindo para que o estudante saiba atuar nas diferentes práticas sociais.

Sendo assim, a matriz de referência baseia-se no currículo, selecionando determinadas habilidades que podem aferir o desenvolvimento cognitivo dos estudantes em avaliações (internas e externas), sendo, portanto, um recorte do currículo (SIMAVE, 2024).

É importante ressaltar que para uma apropriação dos resultados eficaz é imprescindível conhecer a matriz de referência, pois é ela que orienta a elaboração dos itens da avaliação.

Para a concretização dos objetivos curriculares é necessário um desempenho escolar de qualidade com base no que é proposto em cada etapa de escolaridade. Surgindo assim, os padrões de desempenho estudantil, que permite identificar o nível de desenvolvimento dos estudantes, que participam dos testes de proficiência, e acompanhá-los ao longo do tempo. Dessa forma, os padrões de desempenho

correspondem a conjuntos de determinadas tarefas que os alunos são capazes de realizar, de acordo com as habilidades que desenvolveram. O Simave estabeleceu 04 padrões de desempenho, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 - Padrões de Desempenho SIMAVE.

Padrão de Desempenho	Características
Avançado	Este padrão agrupa estudantes com desenvolvimento além do esperado para a sua etapa de escolaridade, os quais precisam de estímulos para continuar avançando no processo de aprendizagem.
Recomendado	Este padrão reúne estudantes que consolidaram o desenvolvimento das habilidades e competências previstas para a etapa de escolaridade. Entretanto, ainda requerem ações para aprofundar a aprendizagem.
Intermediário	Este padrão agrupa estudantes que ainda não demonstram ter desenvolvido adequadamente as habilidades e competências essenciais para a sua etapa de escolaridade. Demandam atividades de reforço na aprendizagem.
Baixo	Este padrão reúne estudantes com carência de aprendizagem para o desenvolvimento das habilidades e competências mínimas requeridas para a conclusão da etapa de escolaridade em que se encontram. São estudantes que necessitam de ações pedagógicas de recuperação.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com informações do site do SIMAVE (2024).

Em suma, é preciso reforçar que “a avaliação externa visa aferir habilidades e competências que, espera-se, tenham sido ensinadas em certo momento da escolarização, bem como subsidiar a (re)formulação das políticas públicas educacionais” (SEE/MG, 2024). Desse modo, as avaliações externas são de abrangência estadual, nacional e internacional, sobre as quais resumimos no quadro a seguir:

Quadro 5 - Resumo sobre as avaliações externas.

ABRANGÊNCIA	TIPO(S) DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS
Estadual	SIMAVE - composto pelo Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), atualmente chamadas de Avaliação Externa Somativa do SIMAVE	Avaliar, por meio de testes, os aspectos cognitivos dos estudantes da educação básica e obter, por meio de questionários, dados sobre o nível socioeconômico e a trajetória escolar dos estudantes, o perfil dos professores, a infraestrutura da escola e as características da gestão escolar.

Nacional	Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).	Avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação básica brasileira. O SAEB aplica dois tipos de instrumentos de coleta de dados: os cognitivos e os contextuais.
Internacional	O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA é desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE	Produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. É uma avaliação aplicada de forma amostral a estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O Pisa abrange as áreas de Leitura, Matemática e Ciências.

Fonte: elaborado pela autora, com informações do site da Escola de formação e desenvolvimento profissional dos educadores de Minas Gerais (2024).

Considerando a quantidade e qualidade dos dados produzidos pelas avaliações externas na educação básica, detalhamos como ocorre a apropriação dos resultados da avaliação externa em âmbito estadual, especificamente a Avaliação Externa Somativa do Simave, no contexto das escolas estaduais de Paracatu, realizado pela equipe pedagógica da SRE Paracatu.

2.3 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA SOMATIVA DO SIMAVE DAS ESCOLAS DA SRE DE PARACATU

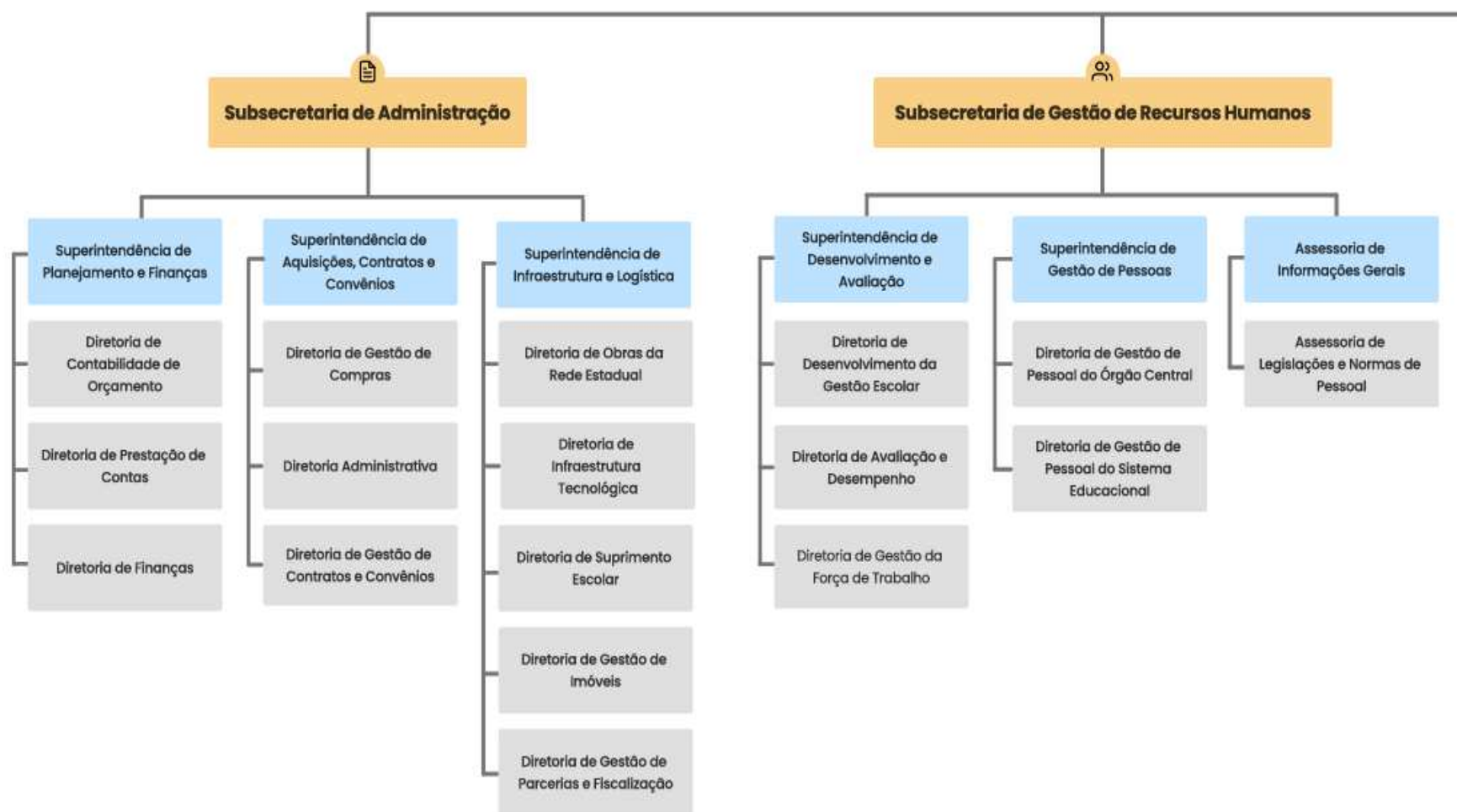
A rede estadual de educação do estado de Minas Gerais é gerida pela Secretaria de Estado de Educação (SEE), que tem sede na Cidade Administrativa em Belo Horizonte (órgão central) e conta com 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE) em municípios estratégicos do estado. O órgão central organiza e direciona as legislações e orientações para o desenvolvimento da educação pública no Estado, conforme organograma abaixo:

Figura 1 - Organograma da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.



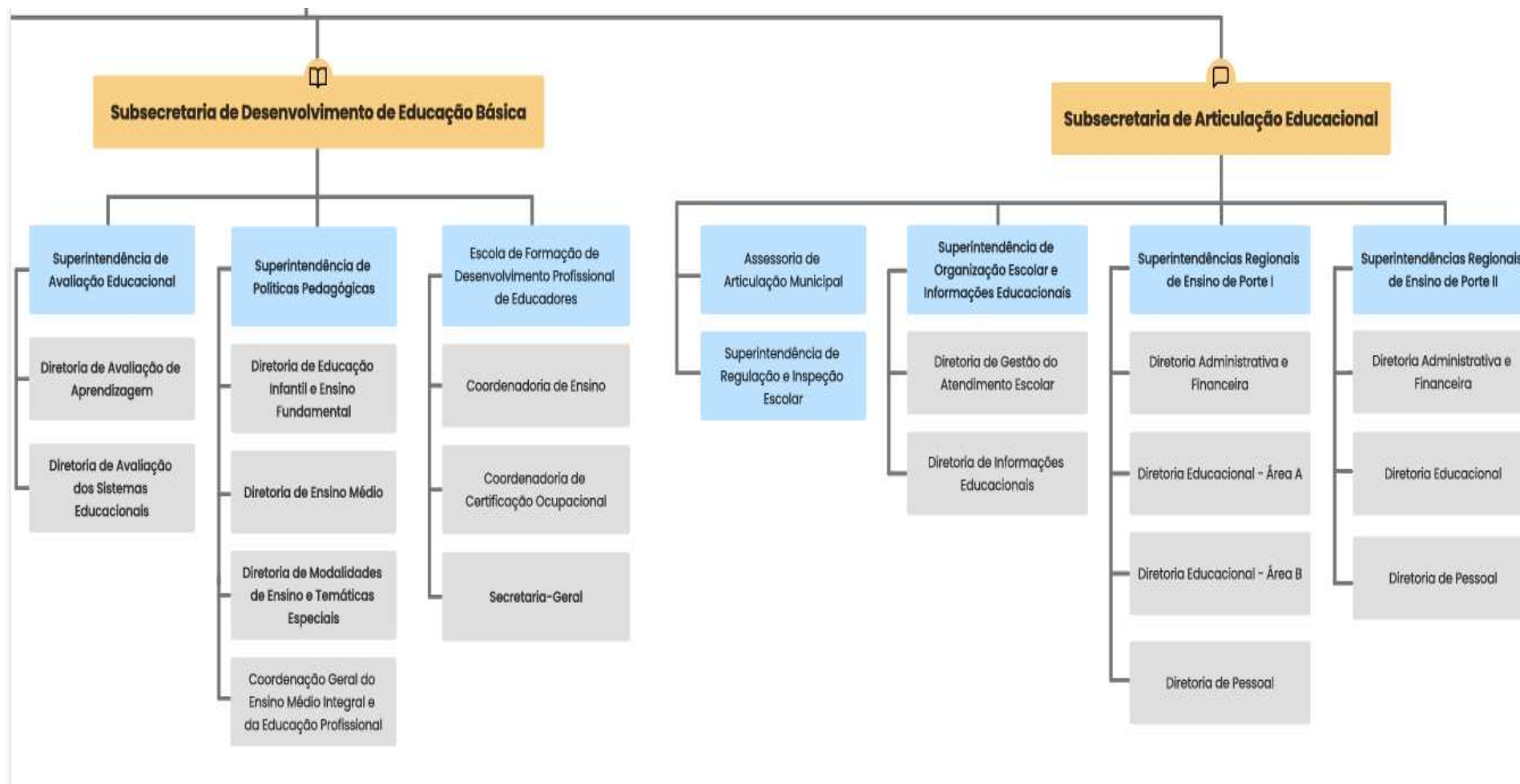
Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2024).

Figura 1 - Organograma da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (continuação).



Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2024).

Figura 1 - Organograma da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (continuação).



Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2024).

A SEE/MG está subdivida em 04 subsecretarias, sendo que as Superintendências Regionais de Ensino fazem parte da Subsecretaria de Articulação Educacional. A superintendência de Paracatu integra a de Porte II, tendo como divisões a Diretoria Administrativa e Financeira (DAFI), Diretoria Educacional (DIRE) e Diretoria de Pessoal (DIPE). Cada diretoria se organiza em divisões por área de atuação. A DIRE é dividida em Divisão de Atendimento Escolar (DIVAE), Serviço de Documentação e Informação Educacional (SEDINE) e Divisão de Equipe Pedagógica (DIVEP). As ações da DIRE são determinadas no Artigo 58 do Decreto 48709 de 26/10/2023:

Art. 58 – A Diretoria Educacional tem como competência coordenar, no âmbito regional, o desenvolvimento das ações pedagógicas e de atendimento escolar com a orientação, supervisão técnica e acompanhamento da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, com atribuições de: I – organizar as ações que assegurem o atendimento à demanda escolar; II – orientar as escolas na elaboração de seu projeto pedagógico e do Plano Anual de Intervenção Pedagógica, subsidiando-as na implementação, monitoramento e avaliação das ações; III – acompanhar os estabelecimentos de ensino quanto à observância das normas legais, administrativas e pedagógicas; IV – assessorar as escolas quanto à aplicação da legislação referente ao currículo; V – monitorar e avaliar a execução dos programas de apoio ao aluno; VI – coordenar a realização dos exames supletivos; VII – orientar, acompanhar e avaliar, através de visitas periódicas às escolas, o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, incentivando e divulgando estratégias pedagógicas inovadoras; VIII – implementar os programas pedagógicos, conforme diretrizes da SEE, nas escolas estaduais; IX – promover, junto às escolas, o uso de recursos tecnológicos e materiais pedagógicos facilitadores da aprendizagem; X – acompanhar a realização do processo de avaliação sistêmica e utilizar os resultados para acionar estratégias de intervenção pedagógica; XI – promover o levantamento e a difusão de dados e informações educacionais no âmbito das escolas da rede pública e privada (Minas Gerais, 2023. p. 40).

Conforme estabelecido pelo Decreto, faz parte das atribuições do setor educacional o acompanhamento da realização do processo de avaliação sistêmica e utilização dos resultados para que sejam acionadas estratégias de intervenção pedagógica nas escolas.

A SRE/Paracatu foi criada no ano de 1975 para atendimento de 15 municípios situados no noroeste mineiro, perfazendo um total de 72 escolas. Em 2010 ela foi

dividida, possibilitando a criação da SRE de Unaí. Com a divisão a SRE/Paracatu passou a atender 05 municípios com 36 escolas, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1- Municípios e escolas da SRE/Paracatu em 2024.

Municípios	Quantidade de Escolas
Brasilândia de Minas	03
Guarda-Mor	01
João Pinheiro	12
Paracatu	15
Vazante	05
TOTAL	36 escolas

Fonte: produzida pela autora (2024).

Além das escolas estaduais, a SRE/Paracatu presta orientações e apoio às redes municipais e às instituições privadas de Educação Básica dos respectivos municípios, como por exemplo: organização do plano de atendimento escolar, cadastramento escolar, divulgação de legislações e projetos, autorização de funcionamento de escolas, entre outras.

Conforme exposto a diretoria Educacional é responsável por todas as ações que se referem à área pedagógica e se concentram principalmente na DIVEP, onde atua a equipe responsável pelas ações relacionadas às avaliações externas e sua apropriação nas escolas estaduais. A equipe da DIVEP conta com 08 servidoras, no qual 03 são responsáveis pelas ações relacionadas às avaliações e outros projetos da SEE/MG.

A organização geral das Avaliações fica a cargo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), através da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Subordinada a essa Subsecretaria existe a Superintendência de Avaliação Educacional (SAE), que tem como competência promover a avaliação da rede pública da educação básica e incentivar a realização de estudos e pesquisas voltados para as questões do ensino. A implementação das ações para a realização da avaliação da aprendizagem escolar fica a cargo da Diretoria de Avaliação da Aprendizagem. A realização das avaliações sistêmicas a nível estadual, nacional e internacional; divulgação dos resultados das avaliações sistêmicas da educação pública; subsidio de ações pedagógicas e formulação de políticas públicas; dentre outras atribuições são de competência da Diretoria de Avaliação dos Sistemas Educacionais (Minas Gerais, 2023).

A equipe da Avaliação, composta por 03 servidoras da DIVEP, realiza o acompanhamento da realização de todo o processo das avaliações, bem como o apoio às escolas para a utilização dos resultados para o estabelecimento de estratégias de intervenções pedagógicas. Essas ações ocorrem através de orientações, divulgações, esclarecimentos de dúvidas, etc., utilizando como meio: e-mail, reuniões online e presencial, encontro pedagógicos, mensagens, ligações, formulários, etc.

O foco do estudo é a apropriação dos resultados da Avaliação Externa Somativa do Simave, pois o mesmo ocorre ao final de todas as etapas de ensino, 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, o que traz resultados abrangentes e claros de onde é necessário intervir.

O trabalho que a SEE/MG e a SRE realizam ocorre da seguinte forma: antes da avaliação, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais através da equipe de Avaliação realiza orientações e solicitações de planilhas para organização do quantitativo para os estudantes das redes municipais e estadual. Próximo ao período de aplicação da avaliação é realizada capacitação por videoconferência com a equipe da SRE, composta, no momento por 03 analistas, para repasse das orientações. A SRE analisa os documentos e as orientações das avaliações e realiza reuniões de capacitação no formato online com os secretários das redes municipais e com os diretores e especialistas para orientá-los quanto ao processo. Após o repasse, é orientado às escolas que realizem capacitação com os professores envolvidos no processo, especialmente os aplicadores. As avaliações são encaminhadas impressas a todos os estudantes. A SRE recebe as avaliações e as distribui às escolas e municípios. No dia da prova a equipe da SRE fica de plantão para atendimento de dúvidas por telefone, e-mail ou presencial na SRE. Até no ano de 2014 os servidores da SRE acompanhavam a aplicação *in loco* nas escolas. Após a realização das avaliações, as escolas encaminham os malotes à SRE para que retornem para correção.

O resultado é divulgado no ano seguinte à aplicação, geralmente no mês de março/abril, SRE divulga-o às escolas e orienta que se apropriem e os utilizem pedagogicamente, mas sem um monitoramento sistemático da ação na escola, por parte da equipe, que atende a várias outras ações da SEE.

Vale ressaltar novamente que o PROEB faz parte do SIMAVE e avalia, censitariamente, as escolas da rede pública do Estado de Minas Gerais nas

habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. O foco são os estudantes que estão cursando os anos finais de cada etapa de escolarização, a saber, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, sendo esse um dos motivos da escolha da respectiva avaliação como foco do estudo. Os objetivos e resultados do Proeb são descritos a seguir.

Quadro 6 - Objetivos e resultados da Avaliação Externa Somativa do Simave.

OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar as escolas da rede pública, no que se refere às habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática esperadas para sua etapa escolar. • Fornecer informações para os gestores de rede aprimorarem as políticas públicas direcionadas aos desafios enfrentados pela educação no estado. • Direcionar os planejamentos pedagógicos que auxiliem os estudantes a superarem suas dificuldades de aprendizagem. 	
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Proficiência Média 2. Participação (número de alunos) 3. Evolução do Percentual de Alunos por Padrão de Desempenho (Baixo, Intermediário, Recomendado e Avançado) 	

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base em informações da SEE/MG (2024).

Os resultados das avaliações do SIMAVE são divulgados para todas as escolas participantes, através de acesso à plataforma do SIMAVE com senha da equipe gestora e pedagógica da escola, bem como da equipe pedagógica das SREs. Observa-se pela minha experiência, que, atualmente, os resultados do SIMAVE apresentam uma gama maior de informações às escolas, oportunizando que as equipes pedagógicas tenham dados, que se apropriados e utilizados podem direcionar práticas de intervenções pedagógicas significativas no ambiente escolar.

A título de ilustração, apresentamos os dados abaixo que exemplificam a forma como os resultados são apresentados para as escolas na plataforma, como taxa de participação, a proficiência média, os padrões de desempenho e o acerto das habilidades. No exemplo seguem os dados referentes ao ano de 2023 da regional de Paracatu. São mostrados exemplos do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, considerando o componente curricular de Língua Portuguesa.

Figura 2 - Participação - 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.



Fonte: Captura de tela da página do SIMAVE (2024).

Figura 3 - Participação - 3º ano do EM.

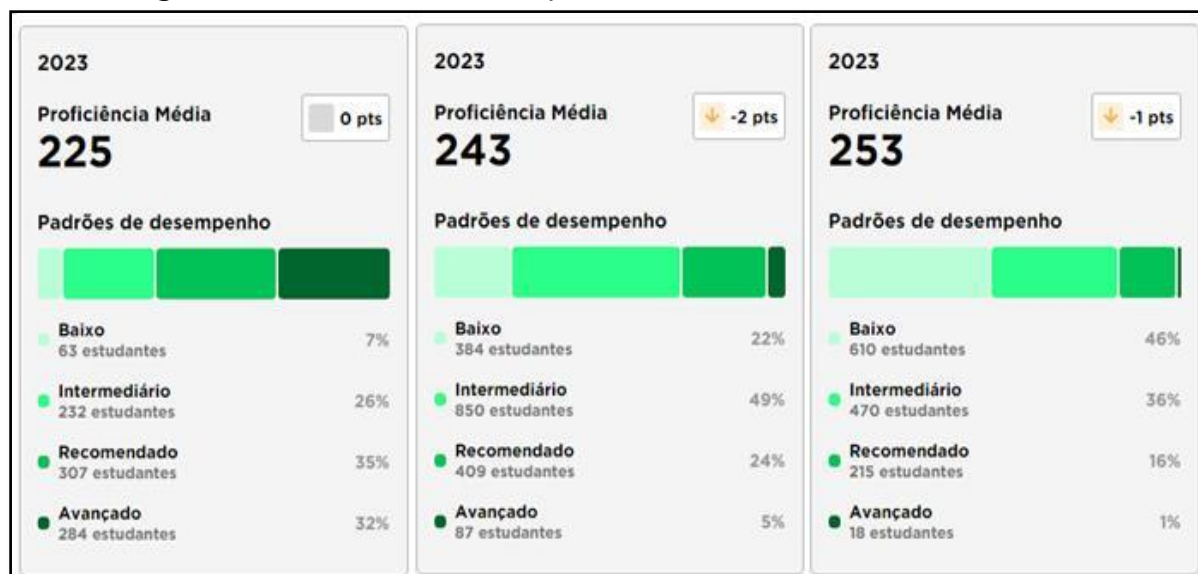


Fonte: Captura de tela da página do SIMAVE (2024).

As figuras 1, 2 e 3 apontam a taxa de participação sobre o grau de avaliação entre os alunos. O indicador mostra o percentual médio de alunos que efetivamente fizeram os testes nas escolas da SRE Paracatu, tendo em vista todos os alunos que estavam aptos e preparados para participar. Só os alunos que responderam a pelo menos três itens do componente curricular avaliado foram considerados para o cálculo de participação (SIMAVE, 2023).

A figura 4 expõem os principais indicadores de desempenho publicados nas avaliações somativas que são: Proficiência média e Distribuição dos estudantes pelos padrões de desempenho.

Figura 4 - Padrões de desempenho: 5º e 9º anos do EF e 3º ano do EM.



Fonte: Captura de tela da página do SIMAVE (2024).

Para isso, é utilizada uma escala de proficiência baseada nas expectativas de aprendizagem e nas projeções educacionais estabelecidas para cada etapa (SIMAVE, 2023).

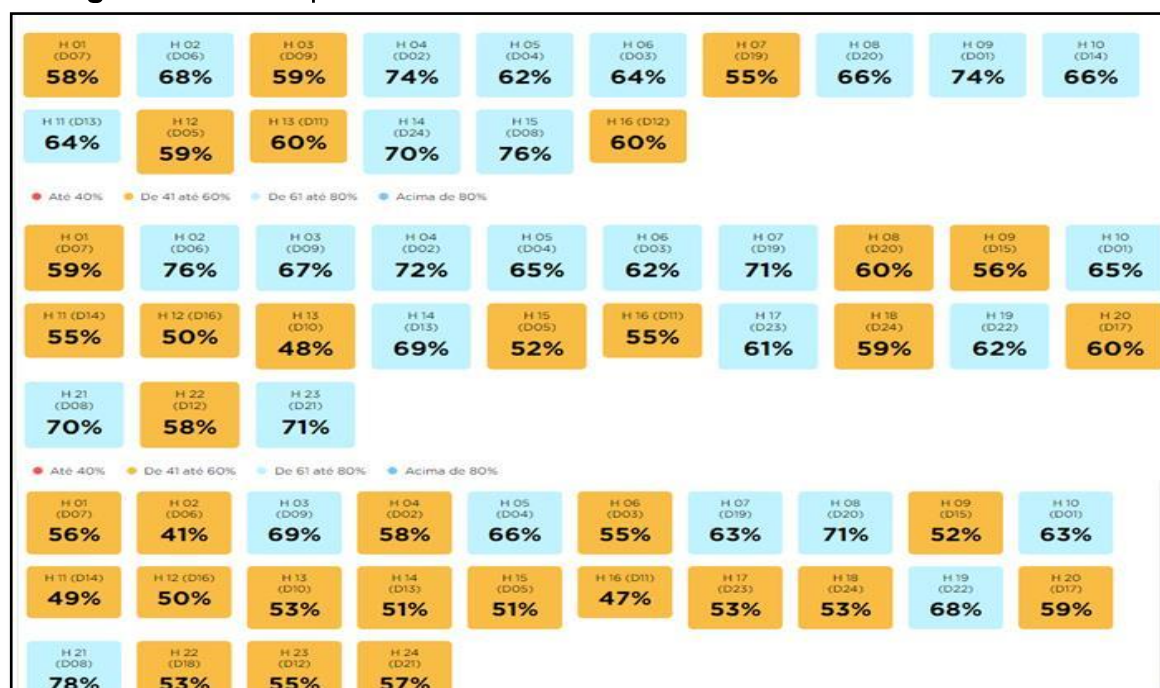
Nessa escala, a proficiência alcançada, calculada com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI), é situada em um dos quatro padrões de desempenho: Baixo, Intermediário, Recomendado e Avançado. Cada um deles representa um conjunto de tarefas que os estudantes são capazes de realizar (SIMAVE, 2023, s/p).

Essa proficiência, que é baseada na Teoria da Resposta ao Item (TRI) – modelo bastante utilizado em avaliações educacionais, como o Enem, no Brasil e o PISA em nível internacional, permite estimar a habilidade dos estudantes, com uma precisão maior, o que consegue levar em consideração a dificuldade das questões e as respostas individuais. Assim, são gerados os seguintes níveis de desempenho: Baixo, Intermediário, Recomendando e Avançado. Esse tipo de classificação auxilia professores, pais e alunos a identificarem as áreas em que é necessária mais dedicação e em que o estudante já está avançado, oferecendo uma visão mais detalhada do aprendizado e suas lacunas.

Ao observar o indicador deve - se analisar o percentual de estudantes em cada nível, quando há um maior percentual de estudantes nos desempenhos 'Recomendado' e 'Avançado', entende-se que os objetivos de aprendizagem estão sendo alcançados na escola ou na rede, sendo necessário manter as ações, aumentando a complexidade para que os objetivos da aprendizagem sejam efetivados. Por outro lado, se o percentual maior for de estudantes com desempenhos 'Baixo' e 'Intermediário' sinaliza que há defasagens que precisam ser enfrentadas com a finalidade de consolidar as habilidades e posteriormente avançar para os demais níveis.

Na figura 5, nota-se o indicador com resultado médio de acerto nas habilidades avaliadas em Língua Portuguesa (Exemplos: Habilidade (H) 01- Descritor(D) 07: Identificar a função de textos de diferentes gêneros e H 23 - D-07: Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos ortográficos e morfosintáticos), calculadas com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI), que aponta o percentual de itens acertados pelos alunos entre o total de itens apresentados no teste (acerto total) ou entre o total de itens de uma habilidade específica avaliada (acerto por habilidade). Ao usar essa informação, é possível direcionar o trabalho pedagógico para as habilidades em que os estudantes enfrentam mais dificuldades.

Figura 5 - Acerto por habilidade: 5º e 9º anos do EF e 3º ano Ensino Médio.



Fonte: Captura de tela da página do Simave (2024).

Além disso, as cores mostram quais habilidades foram mais ou menos bem executadas (SIMAVE, 2023). Vale ressaltar que a escola tem acesso ao resultado personalizado dos estudantes, sendo importante que professores e demais profissionais da escola apropriem dos resultados para criarem estratégias de ensino e aprendizagem que garantam uma educação de qualidade aos estudantes. Os resultados servem também para a SEEMG estruturar políticas públicas de melhoria da educação.

Há ainda no portal SIMAVE um documento com orientação pedagógica direcionada aos professores de Língua Portuguesa e Matemática com análise das habilidades que, ao longo dos anos, registraram os menores percentuais de acerto nas Avaliações Somativas, sendo assim mais uma oportunidade de conceber estratégias e realizar reflexões profundas sobre a prática pedagógica em sala de aula com base em dados.

Nos anos anteriores, quando a SEE/MG divulgava os resultados das avaliações do SIMAVE, o setor da DIVEP encaminhava e-mail com planilha com os resultados de proficiência e participação de cada escola para análise e socialização com a equipe escolar, para construção de propostas para trabalhar as habilidades não consolidadas dos estudantes, norteando assim a intervenção pedagógica dos estudantes. Era informando ainda, que no site do Simave a escola teria informações mais detalhadas sobre os resultados.

Em 2024, a equipe DIVEP realizou com todos os gestores e especialistas em educação básica a oficina “Encarando os Resultados”, com a elaboração de instrumentos de estudos dos resultados de cada escola. O objetivo era que os gestores realizassem o estudo e oficinas com a comunidade escolar, com foco na análise de resultados das Avaliações Externas do SIMAVE no intuito de garantir a continuidade da aprendizagem para todos os níveis e etapas da educação básica. Para tanto foram realizadas algumas etapas:

- No dia 06 de maio a SEE/MG realizou reunião em Belo Horizonte com as equipes gestoras e analistas do Ensino médio das SREs que acompanham o Projeto Jovem de Futuro. Nessa reunião a equipe da SEE abordou o tema das avaliações externas, SIMAVE, realizando uma apresentação sobre os dados das avaliações e uma oficina para análise dos dados da própria SRE, para a proposição de ideias para melhoria dos indicadores.

- Em junho, quando o resultado das avaliações somativas foram disponibilizados às escolas através da plataforma virtual SIMAVE e no Painel de dados das escolas, a equipe DIVEP realizou reuniões presenciais com todos os gestores e especialistas das escolas, em grupos de até 14 pessoas para reflexão e análise minuciosa desses resultados, com foco na apropriação dos resultados e na proposição de ações de intervenções pedagógicas, considerando a realidade de cada escola.

- Foram disponibilizados via e-mail uma apresentação³ em PowerPoint e uma oficina⁴ em Word para que as escolas realizassem a ação de apropriação de dados das avaliações com todo o corpo docente.

- A partir do trabalho de apropriação dos resultados, a escola construiria um plano de Plano de Ação de intervenção⁵ pedagógica do terceiro bimestre, por turma, com foco em Língua Portuguesa e Matemática, mas com a participação de todas as disciplinas. Como forma de acompanhamento e monitoramento pela equipe DIVEP, foi criado um drive para inserção pelas escolas do Plano de Ação, mensalmente. O modelo de plano de ação também foi encaminhado via e-mail.

- A equipe da DIVEP realizou visita às escolas para acompanhamento pedagógico considerando os vários projetos, incluindo o uso que as escolas estão realizando com os dados das avaliações. Os relatos das visitas realizadas após a reunião, mostram que a maioria das escolas não realizaram o momento de apropriação no formato trabalhado e nem em outro formato, bem como não estão usando os resultados para nortear as intervenções pedagógicas.

- Nos dias 09 de 10 de outubro de 2024 a diretoria educacional realizou uma reunião gerencial, presencial, com todos os gestores e especialistas em educação básica para tratar de vários assuntos, dentre eles, foi abordado novamente os resultados das avaliações externas e a importância da apropriação dos dados para um trabalho pedagógico mais efetivo.

³ Cujo link é:

https://docs.google.com/presentation/d/1WaSRDlnO_IBUaI_NIXuqYbMEBz0JthjL/edit?usp=drive_link&ouid=118433443109880034921&rtpof=true&sd=true

⁴ Cujo link é:

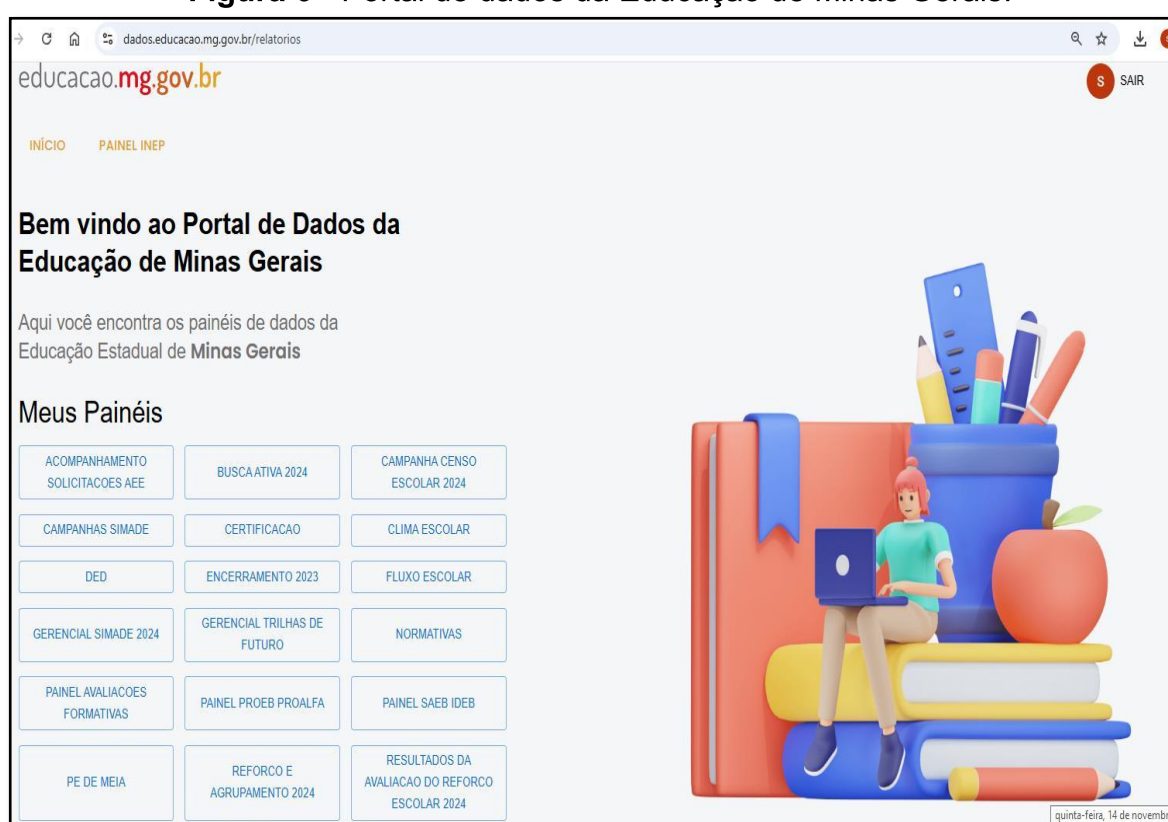
https://docs.google.com/document/d/1OGSV3uLnwXSifM7_bEa_tqGobzqxgkCx/edit?usp=drive_link&ouid=118433443109880034921&rtpof=true&sd=true

⁵ Cujo link de proposta modelo é:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1X3RWWELIq39X5q5XxDgAYqA80MK-UFER/edit?usp=drive_link&ouid=118433443109880034921&rtpof=true&sd=true

Além dessas iniciativas, a SEE/MG disponibiliza às escolas, com acesso via e-mail institucional, um portal de dados atualizados, que reúne todos os projetos e ações em andamento no ano letivo, dentre as quais tem-se os resultados das avaliações externas do SIMAVE. No painel, a escola tem acesso aos gráficos com o desempenho personalizado dos estudantes, o que possibilita uma análise pedagógica rápida e eficaz para que as intervenções necessárias sejam realizadas. Na figura a seguir, mostramos o exemplo de como é esse portal.

Figura 6 - Portal de dados da Educação de Minas Gerais.



Fonte: Captura de tela da página dados.educacao.mg.gov.br (2024).

Vale ressaltar que, no setor pedagógico da SRE Paracatu não há analistas exclusivos para acompanhamento das ações voltadas para as avaliações, tendo em vista que todos os analistas acompanham vários projetos e demandas da SEE/MG, o que dificulta um acompanhamento contínuo *in loco*.

Observa-se assim, que as ações desempenhadas pelo setor pedagógico da SRE precisam ser reestruturadas com relação ao trabalho de apropriação dos resultados desenvolvidas nas escolas, pois, percebe-se que muitos gestores e

especialistas ainda apresentam dificuldade em apropriar e repassar para a comunidade escolar os resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.

Dito isso, a próxima seção aborda o uso pedagógico dos resultados das Avaliações Somativas do SIMAVE/Proeb nas escolas, considerando o trabalho do setor pedagógico da SRE Paracatu.

3 O USO PEDAGÓGICO DOS RESULTADOS DO SIMAVE NAS ESCOLAS

No capítulo anterior, discutiu-se o sistema de avaliações externas a níveis nacional e estadual, com foco na avaliação somativa do Simave e como acontece o trabalho da equipe pedagógica da SRE Paracatu com relação à apropriação dos resultados realizado pelas escolas da Rede Estadual de ensino.

Este capítulo está dividido em quatro seções. Ele possui caráter analítico e tem por objetivo verificar como o setor pedagógico da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Paracatu pode desenvolver um planejamento pedagógico que possa auxiliar as escolas a melhorar a aprendizagem dos estudantes a partir dos resultados da avaliação somativa do Simave.

As três primeiras seções apresentam uma discussão e reflexão dos principais conceitos sobre avaliação educacional como instrumento pedagógico, avaliação externa como instrumento da gestão educacional, gestão estratégica e participativa e a apropriação de resultados, sob a visão dos autores: Brooke (2011), Cunha (2011), Soares (2002), Machado (2012), Luck (2000; 2009; 2013), Libâneo (2004; 2007; 2008).

A quarta seção aponta a metodologia utilizada na presente pesquisa, iniciada com uma pesquisa exploratória em legislações que se destacam no cenário do processo de avaliações externas nacionais em artigos e em trabalhos publicados no PPGP sobre o assunto. Posteriormente, propõe uma pesquisa de campo por meio de instrumentos escolhidos com a equipe da DIVEP da SRE Paracatu, com o objetivo de entender os desafios e potencialidades das práticas pedagógicas relacionadas ao processo de apropriação dos resultados realizado pelas escolas.

Tanto a fundamentação teórica quanto a pesquisa de campo servem de subsídios para a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE), que é objeto do capítulo 4.

3.1 GESTÃO EDUCACIONAL

Percebe-se, que há na educação brasileira, políticas de valorização dos dados e informações resultantes das avaliações, que podem auxiliar o planejamento das ações pedagógicas com foco na melhoria da qualidade da educação. No entanto, mesmo com tantas informações disponibilizadas, a apresentação do estudo em

questão demonstra que a apropriação dos resultados ainda não é realizada, sendo necessários estudos para entender como melhorar esse processo na rede estadual de ensino. Para tanto, se faz necessário discorrer e entender, inicialmente, sobre a gestão educacional.

A gestão é definida como o processo de conduzir uma organização, tomando decisões que considerem as demandas do ambiente externo e os recursos disponíveis internamente. Essa definição de gestão está intimamente relacionada ao conceito de processo administrativo, apresentado por Henri Fayol em 1916. Fayol descreveu esse processo como composto por quatro funções principais: **planejar, organizar, dirigir e controlar** (Garay, 2011, grifo nosso).

É necessário no âmbito escolar ter uma gestão estruturada com estratégias definidas e com foco no processo de ensino e aprendizagem, pois a relação da organização da gestão está proporcionalmente relacionada com o desempenho dos estudantes em sala de aula, conforme ressalta Libâneo:

Se a escola tanto quanto a sala de aula, é espaço de aprendizagens, pode se deduzir que formas de funcionamento, normas, procedimentos administrativos, valores e outras práticas que ocorrem no âmbito da organização escolar exercem efeitos diretos na sala de aula sendo verdade, também o inverso que ocorre na sala de aula tem efeitos na organização escolar (Libâneo, 2008, p. 13).

Nesse sentido, a gestão educacional é um campo essencial no planejamento, na organização e no direcionamento das práticas de uma instituição de ensino. De acordo com Luck (2000), ela abrange a administração de recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos, com o objetivo de alinhar as ações escolares aos princípios do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. Assim, a gestão educacional é um alicerce que integra as diversas dimensões necessárias para a promoção de uma educação de qualidade.

Para Machado (2012, p.73) a “gestão educacional refere-se à gestão dos sistemas educacionais em todos os níveis”, diferente da gestão escolar, que é considerada como “organização das unidades educacionais”. Nesse sentido, vale ressaltar que ambas são complementares, no entanto, a gestão educacional pode ser considerada mais ampla, relacionada com planejamento e avaliação do processo como um todo e a gestão escolar mais próxima do processo de ensino e aprendizagem que ocorre no ambiente escolar.

Para Libâneo (2007, p. 324) a gestão escolar “é um sistema que agrega pessoas o caráter intencional de suas ações e interações sociais que estabelecem entre si e com o contexto sociopolítico, nas formas democráticas de tomada de decisões”. Assim sendo, vemos nessa perspectiva que a gestão escolar está intrinsecamente ligada a gestão educacional como a atividade que pode mobilizar meios e procedimentos para atingir os objetivos de uma instituição escolar, envolvendo aspectos pedagógicos e administrativos.

Dessa forma, podemos considerar o uso da avaliação como ferramenta a serviço da gestão educacional e também da gestão escolar. Conforme mencionado por Brooke, Alves e Oliveira (2015, p. 404) avaliação educacional é visto “como um elemento de um modelo de gestão voltado para o monitoramento e a melhoria dos resultados de aprendizagem”. Sendo assim, faz-se necessária a melhor utilização dos resultados pelos gestores.

Conforme Libâneo (2004), cabe aos gestores evitar que os resultados das avaliações externas não tenham um foco de ranqueamento das escolas, desconsiderando desigualdades estruturais que influenciam os resultados, e nem que sirvam apenas como mecanismos de controle, devemos priorizar a análise crítica dos resultados para o planejamento de ações que promovam equidade e qualidade na educação. Luck (2000), defende uma gestão educacional baseada em princípios democráticos, capaz de articular as demandas externas às especificidades das escolas e comunidades.

Portanto, o diálogo entre gestão educacional e avaliações externas deve ser orientado por uma perspectiva crítica e reflexiva. A gestão educacional deve se apropriar dos dados gerados pelas avaliações externas para promover ações que respeitem as diversidades regionais e sociais, ao mesmo tempo em que busca a melhoria contínua da educação. Machado (2012), pontua que os resultados das avaliações externas devem auxiliar a gestão educacional tanto nas ações administrativas como nas pedagógicas:

As informações sistematizadas pela avaliação externa permitem as revisões necessárias no trabalho desenvolvido pela gestão educacional, seja de sistema e/ou escolas e, para tanto, seus resultados devem ser utilizados na análise coletiva da realidade educacional e escolar e no direcionamento de ações e alternativas para enfrentar as complexidades inerentes à educação (Machado, 2012, p.26).

Desse modo, ao receber os dados de uma avaliação externa, as secretarias de educação, superintendências de ensino e as instituições escolares não devem ver os resultados de maneira isolada ou como uma sentença de condenação às práticas pedagógicas, mas sim como uma oportunidade de reformular e de criar estratégias que consigam minimizar falhas e inovar nas abordagens utilizadas. Dessa forma, a gestão educacional se torna mais participativa, capaz de direcionar as diferentes demandas que surgem no contexto educacional, dentre elas o uso dos resultados das avaliações externas, centrando-se em uma gestão estratégica e participativa, que é foco da próxima seção.

3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA, PARTICIPATIVA E PEDAGÓGICA

Considerando que a gestão escolar é um processo dinâmico e multifacetado que envolve o planejamento, a organização e a implementação de ações voltadas para o funcionamento eficiente da escola e a promoção da aprendizagem. Dentro desse contexto, a gestão estratégica e participativa desponta como um modelo que alia a eficiência no uso dos recursos ao envolvimento democrático da comunidade escolar, favorecendo uma educação de qualidade e inclusiva.

A gestão estratégica escolar incorpora as ferramentas de planejamento estratégico para o bom funcionamento da escola de forma a atender as necessidades de todos os envolvidos, considerando as decisões tomadas em relação aos interesses comuns da comunidade, que numa gestão de educação é “o esforço disciplinado e consistente, destinado a produzir decisões fundamentais e ações que guiem a organização escolar, em seu modo de ser e de fazer, orientando para resultados, com forte visão de futuro” (Luck, 2000, p. 3).

Nesse sentido, para que a gestão estratégica ocorra efetivamente é necessário estruturar um planejamento estratégico com objetivos claros e que condiz com a realidade da escola, de acordo com Arguin (2000, p. 23) planejamento estratégico pode ser definido como:

[...] é um processo de gestão que apresenta, de maneira integrada, o aspecto futuro das decisões institucionais, a partir da formulação da filosofia da instituição, sua missão, sua orientação, seus objetivos,

suas metas, seus programas e as estratégias a serem utilizadas para assegurar sua implantação (Arguin, 2000, p. 23).

Desse ponto de vista, para que a haja realmente uma estratégia eficaz é importante considerar a realidade na qual a escola está inserida, qual o seu projeto político pedagógico, o que é relevante para a comunidade escolar, seus anseios, considerando sempre sua história, cultura, seu ambiente e a sua organização.

A gestão estratégica e participativa foca em uma organização de ações com atuação colaborativa de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de um modelo que busca integrar a visão de longo prazo da instituição com a atuação colaborativa de todos os envolvidos em situações que requerem decisões. A gestão estratégica visa o planejamento e a execução de ações voltadas para alcance dos objetivos da instituição e a gestão participativa valoriza a contribuição de todos os segmentos escolares, promovendo um ambiente mais democrático e inclusivo. Ao pensar em uma visão participativa, entendemos como uma divisão de responsabilidades.

Isso coaduna com o que defende Santos (2017, p. 83) “podemos partilhar nossos anseios e medos, nossas dúvidas e descobertas e, ainda, podemos dividir nossa responsabilidade e, sem diminuí-la, ampliar nossas possibilidades”. Ainda seguindo a argumentação deste autor, é importante entender que gestão, em um modelo democrático e participativo, fortalece-se ao possibilitar que as situações que surgem ao longo do ano sejam discutidas e resolvidas de forma colaborativa, conferindo maior legitimidade à tomada de decisões, que têm como objetivo a melhoria do desempenho dos estudantes. Essa melhoria não se restringe aos resultados das avaliações em larga escala, mas se reflete na dinâmica da avaliação interna. Nesse contexto, as avaliações externas passam a ter um papel de consequência, e não de finalidade principal das ações pedagógicas e gestoras das escolas públicas (Santos, 2017).

É, portanto, necessária a participação efetiva de todos os atores educacionais envolvidos nas tomadas de decisão da escola. Luck *et al* (2012) fazem a seguinte consideração:

Em organizações democraticamente administradas – inclusive escolas – os funcionários são envolvidos no estabelecimento e na manutenção de padrões de desempenho e na garantia de que sua organização está atendendo adequadamente às necessidades das

pessoas a quem os serviços da organização destinam-se. Ao se referir às escolas, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico (Luck *et al*, 2012, p.45).

E quanto aos resultados das avaliações externas, em um contexto de gestão estratégica e colaborativa, é preciso “compreendê-los não como um fim em si mesmos, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos” (Machado, 2012, p. 79).

Em outras palavras, uma gestão educacional estratégica e participativa precisa usar de sua expertise, mas também precisa do comprometimento dos diferentes atores sociais, reconhecendo que a participação coletiva nas decisões fortalece a busca por resultados profícuos e pela construção de uma gestão eficiente, sustentável e eficaz que promove uma educação de qualidade. Conforme defendido por Luck (2009, p. 69) a “escola democrática é aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção de educação de qualidade para todos”.

Sendo assim, se a escola, que por si só já é complexa e diversa, não apropriar dos resultados das avaliações externas e realizar uma análise profunda dos fatores que estão relacionados com o resultado, o processo de autoavaliação e de mudança da realidade torna-se mais difícil. E a condução de um modelo de gestão estratégica e participativa poderá permitir o desenvolvimento de um projeto que reflita a sua realidade e seus desafios, envolvendo todos os atores da escola, da comunidade escolar e do próprio sistema de educação com questões relevantes do desempenho educacional.

Embora o discurso sobre participação democrática nas escolas seja amplamente valorizado nas políticas educacionais, alguns autores alertam para seus limites e contradições. Bowles e Gintis (1976) argumentam que a escola, ao invés de promover uma efetiva democratização, tende a reproduzir as estruturas hierárquicas e as desigualdades do sistema capitalista, tornando a participação um instrumento de conformidade social. De forma semelhante, Giroux (1988) questiona as abordagens que tratam a gestão democrática como um consenso harmônico, defendendo que a escola deve ser entendida como um espaço de disputa, resistência e formação de sujeitos críticos. Já Hirsch (1987) contrapõe-se à ideia de autonomia excessiva,

sustentando que a democratização só é possível quando os estudantes compartilham uma base comum de conhecimentos, o que requer um currículo estruturado e coerente. Mais recentemente, Heid, Jüttler e Kärner (2023) problematizam o uso do termo “participação” como mera formalidade, destacando que a inclusão de estudantes em processos decisórios não garante, por si só, uma experiência democrática autêntica. Assim, as diferentes perspectivas desses autores reforçam a necessidade de compreender a participação democrática escolar para além do discurso, como prática que exige criticidade, equidade e intencionalidade pedagógica.

Nesse mesmo contexto, tem-se a gestão pedagógica está diretamente envolvida com a promoção da aprendizagem e formação dos estudantes, um dos focos da escola, sendo, portanto, considerada a dimensão de gestão que efetiva as demais, conforme Luck (2009, p. 95).

Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida (Luck, 2009, p.95).

A gestão pedagógica estabelece os parâmetros de ensino e aprendizagem que a escola irá desenvolver, sendo uma articulação dos processos e práticas educativas que envolvem os profissionais da escola e seus estudantes. Nesse aspecto, segundo Pinto:

[...] a coordenação do trabalho pedagógico e o trabalho pedagógico é o núcleo das atividades escolares, ou seja, todas as atividades educativas que se desenvolvem dentro da escola. Dessa forma a Gestão Pedagógica é um instrumento de articulação e coordenação dos processos e das práticas educativas que envolvem todo o corpo docente e discente da escola, dentro da perspectiva coletiva (Pinto, 2011, p. 151).

Nesse sentido, observa-se a relevância do desempenho das ações pedagógicas no ambiente escolar na efetivação de práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, devemos considerar o papel do gestor, que deve auxiliar sua equipe priorizando os princípios educacionais que promovam o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

O gestor escolar é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão de conjunto, articula e integra os vários setores (setor administrativo, setor pedagógico, secretaria, serviço gerais, relacionamento com a comunidade). Promover a integração entre a escola e a comunidade é um dos fatores que mais exigem esforço (Libâneo, 2013, p. 179).

De acordo com o autor o gestor é principal articulador do processo pedagógico, pois ele é o responsável por integrar os vários setores dentro da escola, estabelecendo vínculos construtivos com a comunidade escolar, proporcionando assim um ambiente propício para a aprendizagem acontecer. Luck (2009, p.112) também estabelece algumas funções para os diretores:

Na realização desse trabalho de gestão pedagógica, o diretor promove:

- a orientação da elaboração/reelaboração e da implementação do projeto político-pedagógico da escola, a partir de estudo aprofundado dos fundamentos, disposições legais e metodológicas;
- promoção de ações de formação continuada, em situações de trabalho, com foco no desenvolvimento de competências pedagógicas e o aprimoramento das condições favoráveis à criação de um ambiente escolar favorável à melhoria das experiências de formação e aprendizagem dos alunos;
- criação de sistemas e formas de monitoramento e avaliação das ações pedagógicas da escola e do processo ensino-aprendizagem, incluindo auto e heteroavaliação de desempenho;
- atualização contínua dos métodos e processos de orientação da aprendizagem dos alunos, mediante adoção de tecnologias da informação e sua utilização regular nas aulas;
- o desenvolvimento regular de práticas de leitura interpretativa (Luck, 2009, p.102).

Sendo assim, o gestor ocupa papel primordial nesse fazer pedagógico. Cabe ressaltar que é na gestão pedagógica que o processo de realização das avaliações externas e utilização/apropriação dos resultados pela comunidade escolar acontecem ou deveriam acontecer.

Entende-se, portanto, que para que as mudanças necessárias ocorram de forma a influenciar a prática pedagógica e a aprendizagem dos estudantes, com base nos dados disponibilizados pelas avaliações externas, é preciso que todos se envolvam, repensando suas práticas de gestão e práticas pedagógicas. Discorrendo sobre isso, a Revista da Gestão Escolar destaca:

Para tanto, é imperativo que os gestores e os professores sejam, antes de tudo, capazes de entender o que dizem os resultados. O entendimento é crucial, mas carece da ação. A avaliação só se completa quando a análise é acompanhada de ações. Para promover modificações, é necessário repensar o planejamento pedagógico e gerencial da escola com base nos diagnósticos produzidos. Isso significa utilizar os resultados da avaliação para redefinir práticas pedagógicas no contexto escolar, alterando, se necessário, as áreas prioritárias (Revista da Gestão Escolar - SIMAVE, 2014, p. 13).

Sendo assim, a ação efetiva de mudança se relaciona diretamente com o papel exercido pelos gestores e professores com relação aos resultados das avaliações, podendo destacar a necessidade do perfil participativo colaborativo e pedagógico de todos os envolvidos.

Nesse cenário, a gestão educacional, compreendida em suas diferentes dimensões - pedagógica, estratégica e participativa -, exerce papel fundamental na articulação de ações que visem à melhoria do ensino e da aprendizagem, e, enquanto instância mais ampla, atua como eixo central de organização e direcionamento de políticas educacionais. Ela abrange não apenas os aspectos administrativos, mas também os pedagógicos, promovendo condições para que as práticas educacionais se desenvolvam de forma efetiva. No âmbito das avaliações externas, como o SIMAVE, a gestão educacional desempenha o papel de assegurar que os resultados dessas avaliações sejam analisados e utilizados para o planejamento de ações que melhorem a qualidade da educação.

Portanto, a inter-relação entre gestão educacional, pedagógica, estratégica e participativa é essencial para que as avaliações externas não se limitem a um diagnóstico, mas sirvam como instrumentos transformadores da prática educacional. Quando esses diferentes tipos de gestão atuam de forma articulada, os resultados das avaliações externas são apropriados de maneira significativa, impulsionando um ciclo virtuoso de planejamento, intervenção e avaliação que impacta positivamente a qualidade da educação.

3.3 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

O uso dos resultados com foco na gestão é abordado por Brooke, Alves e Oliveira (2015, p. 406) no qual eles argumentam que “o uso dos resultados da avaliação para monitoramento e controle representa o ponto de partida de uma política

de gestão que visa dar centralidade aos resultados de aprendizagem”. Essa visão reforça os dados com utilização macro, com foco na melhora dos indicadores.

No entanto, se faz necessário ir além, utilizar tais resultados como suporte e norteamento de ações efetivas e planejadas em sala de aula pelos professores de forma a melhorar a aprendizagem dos estudantes. Sobre o uso dos resultados das avaliações, Machado (2012) reflete:

Utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidades de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos (Machado, 2012, p.79).

Mas para que ocorra esse processo de apropriação efetiva dos resultados é necessário que se estabeleça uma cultura que valorize e acredite no uso dos resultados como ferramenta, conforme afirmam Sousa e Oliveira (2010, p. 813) “não faz parte, no entanto, da cultura e da dinâmica da organização do trabalho escolar pautar seu planejamento em resultados de avaliação”.

Vale ressaltar o papel do gestor da escola nesse importante processo de apropriação. Tal afirmação embasada em Becker (2010), refere-se às avaliações em larga escala no Brasil e na utilização dos seus dados:

Embora o Brasil tenha avançado muito na coleta de dados e nos sistemas de avaliação ainda é preciso construir mecanismos para que os resultados sejam utilizados por gestores e professores de modo a melhorar a qualidade do ensino oferecido (Becker, 2010, p.10).

A crítica de Becker (2010), sobre a construção de mecanismos para que os resultados das avaliações sejam utilizados para melhorar a qualidade de ensino, revela que ainda existe uma desconexão entre a coleta de dados e as ações que possam corrigir falhas. Mesmo que os problemas já tenham sido identificados em várias pesquisas sobre o tema, só será possível uma transformação quando os gestores, os professores e demais segmentos escolares se unirem, de forma colaborativa, para a realização de ajustes na prática pedagógica e estrutural das escolas. Assim, fica claro a importância de não apenas mensurar o desempenho educacional, mas de ofertar uma mediação, por meio de ações práticas, que possam

transformar cenários de baixo desempenho, conseqüentemente buscando melhorar o ensino e os resultados dos estudantes.

Neste sentido, o processo se efetiva na participação e colaboração dos envolvidos a começar pelo gestor da escola, Machado (2016, p. 221), traz uma abordagem com essa configuração de trabalho colaborativo, ressaltando o papel do gestor.

[...] o gestor precisa ter conhecimento profícuo dos resultados educacionais da sua escola. Só assim poderá conduzir a comunidade escolar no processo de apropriação e busca da melhoria educacional. Assim, percebe-se a necessidade de formação específica em apropriação e uso dos resultados para os gestores, a fim de que eles possam orientar melhor a comunidade escolar a utilizar os resultados como uma ferramenta de melhoria no processo de ensino e aprendizagem (Machado, 2016, p. 221).

Nessa perspectiva, observamos que além do perfil do gestor, deve-se considerar ainda que estes sejam formados para que realmente entenda o processo de apropriação dos resultados e, assim, consigam motivar a sua equipe para o uso dos resultados das avaliações externas.

Ainda considerando a gestão de resultados educacionais, Luck (2009), também ressalta o papel fundamental do gestor escolar. Nesse contexto, elenca algumas de suas atribuições:

26. Orienta todos os segmentos e áreas de atuação da escola na definição de padrões de desempenho de qualidade na escola e na verificação de seu atendimento.
27. Analisa comparativamente os indicadores de desempenho da escola, nos últimos anos, identificando avanços e aspectos em que é necessária maior concentração de esforços para sua melhoria.
28. Promove e orienta a aplicação sistemática de mecanismos de acompanhamento da aprendizagem dos alunos, de modo a identificar alunos e áreas de aprendizagem que necessitam de atenção pedagógica diferenciada e especial, de forma individual e coletiva.
29. Analisa comparativamente os indicadores de rendimento de sua escola com os referentes ao âmbito nacional (IDEB, SAEB, Prova Brasil, etc), estadual e local, porventura existentes e estabelece metas para a sua melhoria.
30. Informa a comunidade escolar e local sobre as estatísticas ou indicadores produzidos por avaliações externas, como o SAEB, IDEB, Prova Brasil, Provinha, ENEM, discutindo o significado desses indicadores de modo a identificar áreas para a melhoria da qualidade educacional.

31. Diagnostica diferenças de rendimento e condições de aprendizagem dos alunos de sua escola, identificando variações de resultados em subgrupos e condições para superar essas diferenças.
32. Adota sistema de indicadores educacionais para orientar a coleta e análise de dados sobre os processos educacionais como condição para monitorar e avaliar o seu desempenho.
33. Promove na escola o compromisso de prestação de contas aos pais e à comunidade sobre os resultados de aprendizagem e uso dos recursos alocados ao estabelecimento de ensino (Luck, 2009, p.55).

De acordo com a ideia dessa autora, os gestores precisam estar embasados e preparados para desenvolver um trabalho pedagógico junto aos demais envolvidos na escola, tendo como foco estratégias educacionais que possam melhorar a qualidade do ensino ofertado. Observa-se ainda o papel democrático e compartilhado nessa ação conjunta, onde inserindo todos os envolvidos, busca-se responsabilizá-los.

Nesse contexto, cabe ainda, mencionar o relevante papel das equipes das Superintendências Regionais de Ensino no processo da avaliação, pois a SRE é o elo tanto na operacionalização de realização das avaliações, como no direcionamento pedagógico dos resultados junto às equipes escolares. De acordo com informações do site oficial da SRE Paracatu⁶, uma das competências desse órgão é “promover o desenvolvimento de recursos humanos em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do Estado” (SRE/MG, 2024).

Dito isso, é necessário que a SRE tenha uma equipe com conhecimento e com estratégias eficientes para conseguir ser o suporte necessário que as escolas precisam nesse processo, bem como que a SEE/MG seja o suporte às SREs.

Como já foi mencionado no capítulo anterior, com o objetivo de mensurar a qualidade do ensino e fornecer subsídios pedagógicos para toda a equipe escolar, Minas Gerais criou o SIMAVE, essa importante ferramenta disponibiliza anualmente resultados em todas as etapas do ensino na educação básica, conforme definido no portal das avaliações da SEE/MG:

Criado em 2000, o sistema é implementado com a função de aferir se os alunos estão desenvolvendo as habilidades esperadas para sua etapa escolar, fornecendo informações para os gestores de rede pensarem em políticas públicas direcionadas aos desafios enfrentados pela educação no estado (Minas Gerais, 2024).

⁶ <https://sreparacatu.educacao.mg.gov.br/index.php/home/objetivo-operacional-e-competencias-legais>

O sistema SIMAVE é um recurso tecnológico de suporte para a gestão pedagógica, na qual a interface da plataforma permite interação dinâmica para visualizar a partir de gráficos os percentuais das habilidades consolidadas e não-consolidadas. Vale ressaltar que a plataforma ainda dispõe de acompanhamento individual por aluno de cada turma/etapa e as habilidades que esses acertaram ou não, isto é, fornece os dados de forma compilada e direcionada para a apropriação dos resultados. Além disso, ainda oferece atividades pedagógicas direcionadas para o trabalho de intervenção pedagógica.

No entanto, para que essa finalidade se cumpra, é primordial que os resultados de suas avaliações sejam apropriados pelos gestores e pelos professores, com mudanças nas práticas pedagógicas e assim melhora nos indicadores. Nessa ótica, as avaliações somativas do SIMAVE avaliam todos os níveis de ensino da educação básica (5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do Ensino Médio) não pode ser visto apenas como um medidor de proficiência escolar obtida pelos estudantes, mas como mensurador de desigualdade social, fomentador de políticas públicas e norteador de gestão pedagógica (SIMAVE, 2025). Nesse sentido, cabe refletir se o sistema SIMAVE, consolidado no Estado há mais de 25 anos e que traz dados da trajetória do desenvolvimento da educação mineira, tem sido um processo eficaz de apropriação e utilização dos resultados?

Nesse sentido, é preciso reforçar o papel de gestão educacional que a Superintendência Regional de Ensino de Paracatu deve exercer na apropriação e no uso dos resultados das avaliações externas, como o SIMAVE. Isso envolverá ações que têm por objetivo interpretar, utilizar e, principalmente, transformar os dados obtidos nas avaliações em estratégias pedagógicas profícuas dentro da escola.

3.4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção aborda a metodologia de pesquisa e os instrumentos utilizados. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com delineamento de estudo de caso. Essa abordagem é apropriada porque permite uma análise aprofundada do contexto específico da SRE de Paracatu e das suas práticas pedagógicas em relação à apropriação dos dados das avaliações somativas do SIMAVE.

Esse estudo se caracteriza por ser uma pesquisa de natureza qualitativa. Lüdke e André (2013, p. 67) explicam que:

1) A pesquisa qualitativa, em geral, ocorre no ambiente natural com coleta direta de dados e o pesquisador é o principal instrumento; 2) Os dados coletados são preferencialmente descritivos; 3) A preocupação do processo é predominante em relação à do produto; 4) O “significado” que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção para o pesquisador e, 5) A análise de dados e informações tende a seguir um processo indutivo (Lüdke e André, 2013, p. 67).

Foram realizadas coleta de dados utilizando os seguintes instrumentos: entrevista semiestruturada com servidoras da equipe pedagógica que acompanham a avaliação externa na SRE Paracatu e questionários com gestores escolares, Especialistas em Educação Básica (EEB) e professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas estaduais da SRE. Com a equipe da DIVEP foram realizadas entrevistas presenciais semiestruturadas (Apêndice D) que consistiram em momentos reservados para que essas entrevistas fossem realizadas de forma individual com as servidoras, reforçando que o formato da entrevista semiestruturada segue a interação mais ativa do entrevistado, o qual tem liberdade para relatar suas percepções.

Com os gestores das escolas (diretores e especialistas) e professores foram feitas a aplicação de questionários (Apêndice C), com questões de múltipla escolha e discursiva, através do *Google Forms*. O envio ocorreu nos e-mails institucionais das escolas e dos especialistas, bem como nos grupos de whatsapp de especialistas e diretores.

Na visão de Oliveira (2005, p. 86), “[...] a entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador(a) e entrevistado(a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que está pesquisando”. Acrescente-se a isto a conceituação de Minayo (2010):

Entrevista, tomada no sentido mais amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (Minayo, 2010, p.64).

Considerando ainda o uso de entrevista, Lakatos e Marconi (2003) mencionam algumas vantagens de sua utilização:

a) há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas; b) oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz; c) dá a oportunidade de conseguir informações mais precisas (Lakatos, Marconi, 2003, p.198).

Quanto aos questionários, Lakatos e Marconi (2003, p. 201) o definem como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistado”. Nesse mesmo sentido, Gil (2008) aborda a definição de questionário:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (Gil, 2008, p.121).

Portanto, o uso do questionário é um instrumento muito utilizado em pesquisas por demonstrar através das respostas informações relevantes sobre o assunto em questão.

Nesse cenário, os participantes envolvidos no estudo foram os gestores escolares, Especialistas em Educação Básica (EEB) e professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas estaduais, além de servidoras da equipe pedagógica que acompanham a avaliação externa na SRE Paracatu (servidores da DIVEP). Com a equipe da DIVEP foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice D) e, com os gestores das escolas (diretores e especialistas) foi feita a aplicação de questionários (Apêndice C), com questões de múltipla escolha e discursiva, através do *Google Forms*. Da mesma forma, realizamos um questionário elaborado (Apêndice B) para os professores de Língua Portuguesa e Matemática dessas escolas estaduais.

A escolha pela entrevista com todas as envolvidas do setor da DIVEP se dá considerando o importante papel exercido por cada uma dentro das suas demandas pedagógicas, no qual todas estão envolvidas no processo de avaliação e apropriação dos resultados realizadas pela SRE e pelas escolas estaduais da SRE Paracatu.

A entrevista semiestruturada teve o intuito de obter dados para entender como ocorre o processo e a percepção dos principais envolvidos com relação à apropriação dos resultados das avaliações externas na SRE Paracatu. Bem como, os desafios e possibilidades dessa apropriação em busca de responder ao objetivo dessa pesquisa, que é investigar como o setor pedagógico da SRE de Paracatu pode desenvolver um planejamento pedagógico para as escolas a partir dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE.

Vale ressaltar que todos os participantes foram convidados a participar e, ao aceitarem espontaneamente eles receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) para a assinatura.

As entrevistas foram realizadas com as 03 servidoras da Divisão Pedagógica, no mês de julho de 2025, gravadas em áudio e transcritas. Constatou-se que, para os fins desta pesquisa, as entrevistas trouxeram contribuições que dialogam com os dados dos profissionais que responderam aos questionários.

Os questionários foram direcionados, para os e-mails institucionais das 35 escolas da SRE Paracatu⁷ contando com a participação voluntária de 75 servidores, sendo 24 EEB, 14 diretores das escolas e 37 professores, dos quais 22 são de Língua Portuguesa e 15 de Matemática. Por meio dos questionários foi possível compreender como está sendo desempenhado o papel da SRE considerando o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas nas escolas, bem como, sugestões que podem contribuir no desenvolvimento de um planejamento pedagógico conjunto com as escolas.

Os questionários ficaram abertos de 10/06/2025 à 02/07/2025. Foram criados dois formulários, um com perguntas específicas para diretores e EEB (Apêndice C), e o outro para professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas estaduais (Apêndice b), compostos por perguntas de múltipla escolha e discursivas abordando a temática das avaliações externas e apropriação dos resultados.

Ademais, por meio dessa metodologia proposta compreendemos como o setor pedagógico da SRE de Paracatu desenvolve o planejamento pedagógico para as escolas a partir dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE, pensando na proposição um Plano de Ação Educacional (PAE) que se configure como apoio para

⁷ A SRE Paracatu conta com 36 escolas, no entanto, o CESEC (Centro Estadual de Educação Continuada) não foi convidado para participar, pois não participa das avaliações externas somativas.

a SRE Paracatu subsidiar as escolas na gestão pedagógica desses resultados. Apresentada a metodologia, segue-se para análise dos dados coletados durante a pesquisa, a qual foi estruturada em 04 subseções.

3.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos o perfil dos participantes, a percepção de cada grupo entrevistado e a relação entre os atores envolvidos, etapas fundamentais para a discussão e entendimento desse trabalho. Inicialmente, descrevemos o perfil dos entrevistados, a fim de identificar quem são os sujeitos que participam do processo. Em seguida, expomos a percepção dos professores de Língua Portuguesa e Matemática, participantes da pesquisa. Na terceira parte, discutimos a perspectiva dos gestores e especialistas; na quarta, a visão das analistas da DIVEP da SRE Paracatu. Por fim, na quinta parte, estabelecemos a relação entre os atores envolvidos no processo de apropriação dos resultados das avaliações externas do SIMAVE na SRE Paracatu.

3.5.1 Perfil dos participantes da pesquisa

A escolha dos participantes nessa pesquisa se deu pelo fato do envolvimento direto com as avaliações externas e sua utilização desde o processo de organização dentro da escola, aplicação das avaliações e o uso dos resultados nas práticas pedagógicas. A seguir têm-se algumas informações sobre os perfis dos participantes, Diretores escolares, Especialistas em Educação Básica (EEB) e professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas e das analistas da Divisão de Equipe Pedagógica (DIVEP) da SRE Paracatu, de forma a analisar suas características e experiências.

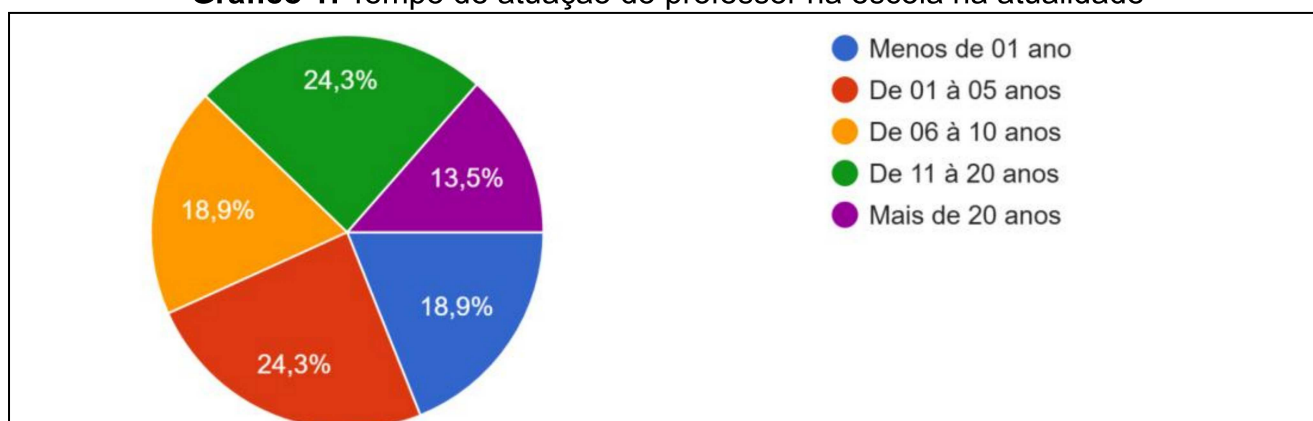
Participaram da pesquisa 22 professores de Língua Portuguesa e 15 professores de Matemática, a escolha do perfil professor de Língua Portuguesa e professor de Matemática se justifica pelo foco das avaliações serem nesses dois conteúdos. Também participaram 14 diretores escolares e 24 especialistas em educação básica das escolas estaduais, os quais são essenciais no processo de apropriação dos resultados. Os primeiros por exercerem papel de gestão escolar, sendo importantes atores no fomento das ações para estímulo da aprendizagem e

execução das políticas educacionais, os segundos por executarem a tarefa do planejamento pedagógico com todo o corpo docente. Além disso, entrevistamos 03 analistas da DIVEP da SRE que são as responsáveis pelo repasse e acompanhamento das ações de apropriação e uso dos resultados das avaliações pelas escolas.

Analisando o perfil dos 37 professores respondentes do questionário (22 são de Língua Portuguesa e 15 são de matemática), quanto ao vínculo empregatício, observa-se que 59,5% dos profissionais são efetivos. Embora a maioria seja efetivo, ainda há uma rotatividade de profissionais nas escolas, que pode ocasionar: instabilidade do cargo, impactar na falta de pertencimento com a comunidade escolar, contratos com aulas fracionadas em mais de uma escola. Dificultando assim, a apropriação dos resultados e a relevância da análise dos mesmos como instrumento pedagógico norteador das ações de correção percurso, com foco na melhoria constante do processo de ensino aprendizagem.

Ao analisar a questão referente à experiência na docência, os dados mostram que mais de 80% dos professores, seja de Língua Portuguesa ou Matemática, atuam há mais de 11 anos, o que pode demonstrar um certo grau de experiência na docência, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Tempo de atuação do professor na escola na atualidade



Fonte: coleta de dados da autora (2025)

Somando os professores que estão na escola de 1 a 5 anos e, menos de 1 ano, percebe-se que 43% dos profissionais passam por revezamento constante de escolas, o que pode dificultar a internalização da proposta pedagógica e da filosofia do estabelecimento escolar no qual esse docente está inserido, bem como o processo

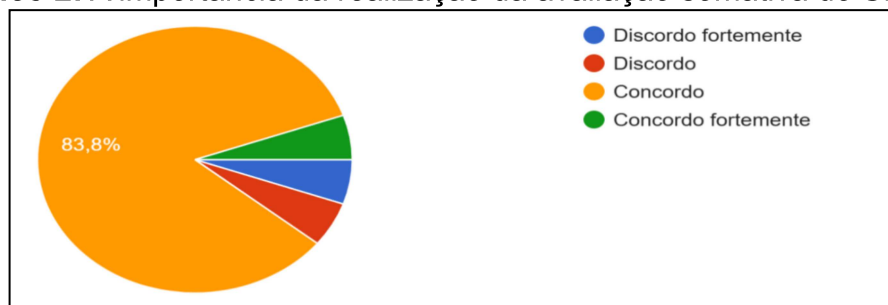
de apropriação e análise de resultados das avaliações externas. Corroborando, Bento (2016) destaca que a rotatividade dificulta a consolidação das orientações pedagógicas, enfraquece os vínculos afetivos e prejudica o

Diante desse cenário, a Divisão de Equipe Pedagógica (DIVEP) tem um papel estratégico com relação ao processo das avaliações externas, pois é o setor responsável por sua organização, realização e acompanhamento nas escolas da SRE Paracatu. Para atendimento da demanda relacionada às avaliações externas conta com três analistas, todas com formação superior: duas licenciadas em Pedagogia e uma com bacharelado em Biomedicina e licenciatura em Biologia e Letras. O tempo de atuação dessas profissionais no referido setor varia entre 10 meses e 8 anos. A predominância da formação em Pedagogia reforça o alinhamento das ações às demandas pedagógicas, enquanto a diversidade de formações amplia as possibilidades de interpretação dos dados.

A análise do perfil da DIVEP na SRE Paracatu revela a importância da estabilidade e da capacitação das equipes técnicas para o adequado aproveitamento dos resultados das avaliações externas. Enquanto o tempo de experiência favorece a apropriação histórica dos dados e a construção de políticas consistentes (Brooke, 2013), a diversidade de formação amplia os olhares possíveis sobre os resultados (Freitas *et al.*, 2012). Nesse contexto, a presença de profissionais com maior tempo de atuação contribui para a consolidação da memória institucional, ao passo que a inserção de novos integrantes possibilita a introdução de perspectivas inovadoras. Assim, confirma-se o que Perrenoud (2000) aponta: os resultados das avaliações devem ser entendidos como ponto de partida para práticas pedagógicas mais eficazes, o que exige tanto continuidade quanto renovação nas equipes responsáveis.

3.5.2 Percepções dos professores com relação às Avaliações Externas e seu uso pedagógico

Nesta seção analisamos as respostas dos professores de Língua Portuguesa e Matemática. Inicialmente, procurou-se aprofundar como os participantes enxergam as avaliações externas, especialmente o SIMAVE, sua utilização, relevância e uso pedagógico em sala de aula. O gráfico 2 aborda a visão dos professores quanto ao SIMAVE, quando questionados se especificamente, o SIMAVE, têm ajudado a melhorar o processo de ensino e aprendizagem da escola.

Gráfico 2: A importância da realização da avaliação somativa do SIMAVE

Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado (2025).

Observa-se que mais de 89% dos professores, sendo 19 de Língua Portuguesa e 14 de Matemática, ou seja, 33 dos 37 afirmaram que a realização da avaliação somativa do SIMAVE é importante para o processo educativo. Isso mostra que a avaliação tem relevância no ponto de vista dos professores.

Quando perguntados se os dados das avaliações do SIMAVE são utilizados para pensar estratégias de gestão na escola, mais de 60% dos professores concordaram. O resultado vem ao encontro das reflexões tecidas por Perrenoud (2000, p. 35) ao mencionar sobre o uso dos resultados como ponto de partida para o planejamento: "A gestão pedagógica, ao fazer uso das avaliações externas, deve encarar os resultados não como um fim, mas como um ponto de partida para a construção de um ensino mais eficaz, baseado nas necessidades e dificuldades dos alunos".

Nesse sentido, pode-se afirmar que os dados produzidos pelas avaliações externas apresentam grande potencial pedagógico, pois oferecem informações capazes de orientar estratégias, indicar possíveis caminhos e refletir, em certa medida, a realidade dos estudantes em seu contexto escolar. No entanto, tais informações ainda não vêm sendo plenamente aproveitadas, conforme evidenciado no cotidiano da equipe pedagógica da SRE. Observa-se que, embora os professores tenham conhecimento sobre o sistema de avaliação, na prática, isso ainda não se traduz em um uso efetivo.

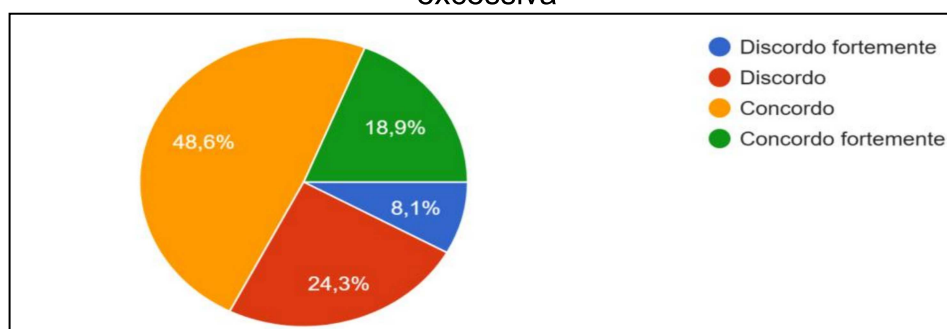
Diante desse cenário, cabe destacar que a SEE/MG disponibiliza para as escolas, na plataforma SIMAVE e no painel de dados, informações pedagógicas detalhadas que podem subsidiar tanto a condução de ações pedagógicas quanto a implementação de políticas públicas específicas, tais como: programa de reforço

escolar e agrupamentos temporários, formação continuada de professores e especialistas, definição de escolas prioritárias, alocação de recursos específicos, criação de metas e programas de incentivo, etc. Por fim, destacamos que as avaliações externas devem estar alinhadas com as avaliações internas e o ensino de aprendizagem, conforme Freitas *et al.* (2012):

[...] a avaliação de sistema é um instrumento importante para monitoração das políticas públicas e seus resultados devem ser encaminhados, como subsídio, à escola para que, *dentro de um processo de avaliação institucional, ela possa consumir estes dados, validá-los e encontrar formas de melhoria*. A avaliação institucional fará a mediação e dará, então, subsídios para avaliação de sala de aula, conduzida pelo professor. Entretanto, sem se criar este mecanismo de mediação, o simples envio ou disponibilização de dados em um site não terá um mecanismo seguro de reflexão sobre os mesmos. Os dados podem até ter legitimidade técnica, mas lhes faltará legitimidade política (Freitas; Sordi; Malavasi; Freitas, 2012, p. 65, grifo dos autores).

Em vista a relevância da utilização das avaliações, cabe mencionar a quantidade de avaliações externas realizadas pelos estudantes ao longo do ano letivo, conforme o gráfico abaixo quando questionamos os docentes se eles consideram a quantidade de avaliações externas (estaduais e/ou federais) excessiva:

Gráfico 3: A quantidade de avaliações externas (estaduais e/ou federais) é excessiva



Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado (2025)

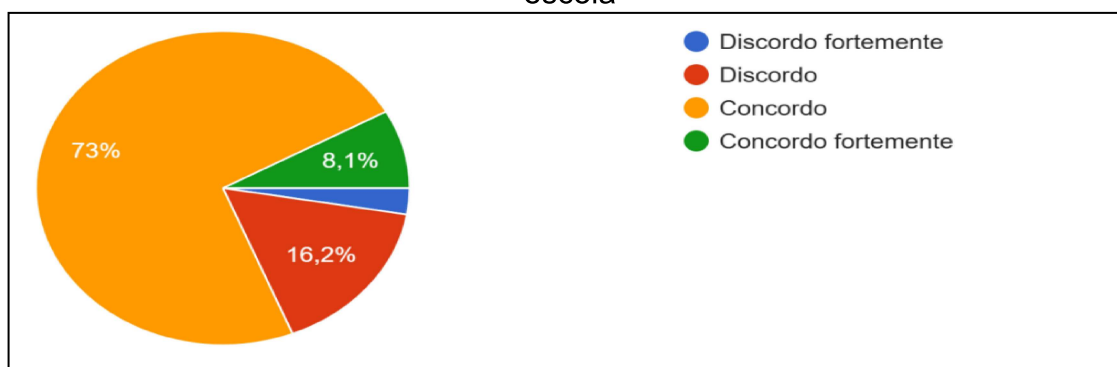
Os dados revelam que 67,5% dos professores consideram elevada a quantidade de avaliações externas. Esse resultado sinaliza a necessidade de ampliar o diálogo e tornar mais claras a finalidade, a organização e a utilização pedagógica dessas avaliações na rede. A percepção dos docentes indica uma oportunidade para fortalecer os processos de apropriação dos resultados, garantindo que compreendam

como as avaliações podem subsidiar práticas de ensino mais intencionais e contribuir para o avanço da aprendizagem dos estudantes.

Percebemos também, que há uma certa confusão com as nomenclaturas e cronogramas das Avaliações Externas, das quais temos: a) Avaliações Externas do SIMAVE, uma formativa no início do ano (Avaliação Diagnóstica) e a somativa no final do ano; b) SAEB, que ocorre a cada 2 anos, onde o desempenho dos estudantes é um dos critérios utilizado para gerar o IDEB.

Percebe-se uma dicotomia no entendimento dos professores, visto que, a maioria dos professores afirmaram que a quantidade de avaliações externas é excessiva, no entanto, quando questionados se as avaliações externas direcionam o que deve ser ensinado na escola, 81,1% dos participantes, concordaram que sim, conforme gráfico 4:

Gráfico 4: As avaliações externas têm direcionado o que deve ser ensinado na escola



Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado (2025)

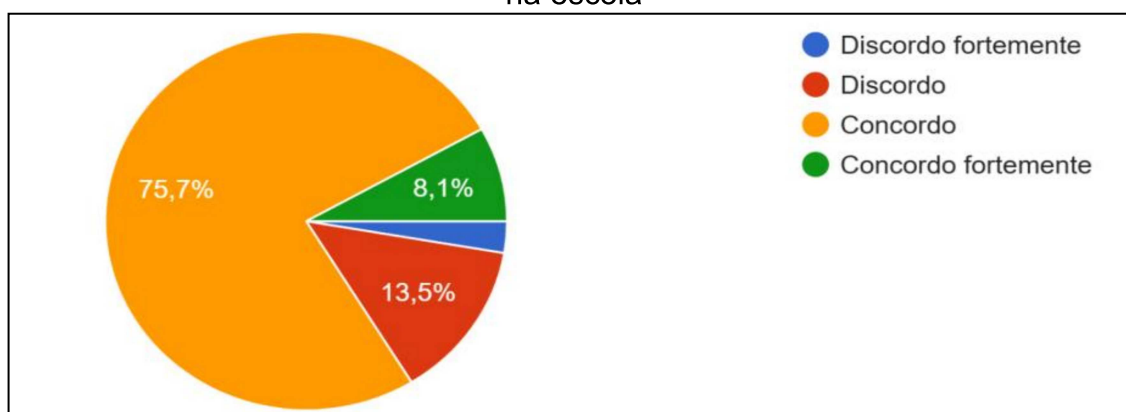
Embora muitos relatem considerar excessiva a quantidade dessas avaliações, 81,1% deles (73% concordam e 8,1% concordam fortemente) reconhecem que tais instrumentos efetivamente influenciam e direcionam os conteúdos trabalhados na escola. Apenas 16,2% discordam e uma parcela reduzida discorda fortemente, o que demonstra que a maioria percebe nas avaliações externas um papel normativo sobre o currículo e sobre as práticas pedagógicas. Esse resultado sugere que, mesmo havendo críticas quanto à frequência e ao volume de provas, os professores reconhecem que elas impactam diretamente no planejamento das aulas e na definição do que deve ser priorizado no processo de ensino, o que pode ser interpretado

também como uma crítica implícita à forma como os processos avaliativos estruturam as decisões pedagógicas.

Esse achado corrobora a análise de Brooke (2006), para quem as avaliações externas exercem um efeito indutor sobre o currículo, influenciando a organização das práticas escolares. Bonamino e Souza (2012) reforçam essa perspectiva ao destacarem que tais instrumentos assumem um caráter regulador das ações pedagógicas, sobretudo quando vinculados a políticas de responsabilização. Nessa mesma direção, Freitas (2014) problematiza o uso excessivo das avaliações, argumentando que elas podem limitar a autonomia docente e reduzir a complexidade do currículo àquilo que é mensurado nos testes. Assim, a percepção dos professores expressa nos dados, não apenas confirma o peso das avaliações externas na definição do que deve ser ensinado, mas também evidencia a tensão entre seu papel de monitoramento da qualidade educacional e os riscos de engessamento curricular que a literatura crítica tem apontado.

Ainda que os professores questionem as avaliações externas, é fundamental considerar a percepção dos mesmos quando perguntados se reconheciam o SIMAVE como ferramenta capaz de contribuir para o ensino aprendizagem, temos o gráfico abaixo:

Gráfico 5: O SIMAVE tem ajudado a melhorar o processo de ensino e aprendizagem na escola



Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado (2025)

Considerando que 75,7% dos docentes concorda e 8,1% concordam fortemente que o SIMAVE contribui para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, percebe-se que a maioria reconhece nesses resultados um potencial de apoio às práticas pedagógicas.

Nessa mesma perspectiva, quando perguntados, se os docentes desenvolvem ações e estratégias após a divulgação dos resultados do SIMAVE, com foco na melhoria do ensino, mais de 89% dos professores disseram que sim. Para melhor compreensão foi solicitado que descrevessem as ações, tendo como resposta o panorama abaixo:

Figura 7 – Nuvem de palavras Ações desenvolvidas pela equipe pedagógica da escola



Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado aos professores (2025).

A nuvem de palavras evidencia que “intervenção pedagógica” aparece como a categoria geral que organiza e sintetiza as ações realizadas pela equipe pedagógica das escolas, o que está em consonância com o que determina o Art. 104-A da Resolução SEE/MG nº 4.948/2024, segundo o qual “a escola deverá garantir, no ano escolar vigente, condições diferenciadas para a promoção do desenvolvimento dos estudantes, sobretudo aos que apresentam baixos índices de aproveitamento escolar e dificuldades de aprendizagem nas habilidades e competências curriculares”. Esse artigo estabelece que as estratégias de intervenção pedagógica constituem uma obrigação institucional e incluem, entre outras ações, a recomposição das aprendizagens, o reforço escolar em Língua Portuguesa e Matemática, além dos agrupamentos temporário produtivo e temporário intermitente. Assim, os termos que emergem na nuvem - como atendimento individual, reforço, oficinas, adaptação curricular, análise de dados e monitoramento - configuram-se como desdobramentos operacionais da intervenção pedagógica enquanto estratégia macro prevista em norma. Apesar desse alinhamento entre prática e diretriz legal, os dados não permitem inferir em que medida tais ações têm sido sistematicamente planejadas, monitoradas

ou avaliadas, indicando a necessidade de aprofundar a análise acerca da efetividade da intervenção pedagógica na promoção da aprendizagem.

Sabendo que o professor possui conhecimento sobre a prática de intervenção pedagógica, torna-se imprescindível refletir acerca de como esse processo vem se efetivando no cotidiano escolar, uma vez que os resultados demonstram desempenho insatisfatório dos estudantes da rede estadual da SRE Paracatu nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, tanto no SAEB quanto no SIMAVE. Esse cenário evidencia não apenas fragilidades na consolidação das ações pedagógicas, mas também a necessidade de fortalecer a intencionalidade, o acompanhamento e a coerência entre planejamento e execução das intervenções, conforme orientam Luck (2016) e a Resolução SEE/MG nº 4.948/2024. Assim, estrutura-se como responsabilidade da SEE, da SRE e das escolas desenvolver ações sistemáticas, contínuas e bem monitoradas, capazes de promover a recomposição das aprendizagens e, simultaneamente, aprimorar a qualidade da prática docente. Trata-se, portanto, de um compromisso institucional que exige articulação entre gestão, professores e equipe pedagógica, assegurando que as intervenções ultrapassem o caráter pontual e se consolidem como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, outro fator importante abordado na pesquisa com os professores é sobre a participação dos pais em reunião para divulgação dos resultados. Consoante a Luck (2016), é importante redefinir os modelos tradicionais de gestão, haja vista que a gestão escolar precisa ir além do que está escrito no Projeto Político Pedagógico. Logo é necessário executar ações que incluam toda a comunidade: alunos, pais, professores, gestores, coordenadores dentre outros. Assim, corroborando com o papel da gestão participativa, visto como essencial e que precisa extrapolar os muros da escola, temos os dados dos professores referentes à participação dos pais nas reuniões. Segundo eles, somente 54,1% dos pais participam de reuniões voltadas para divulgação desses resultados, enquanto 45,9% não participam

Tal afirmação demonstra que ainda não temos uma participação efetiva da família, e esta ausência pode impactar no sucesso ou fracasso das atividades escolares. A família tem o papel de apoiar a escola, fomentando a participação e motivação do aluno quanto aos estudos, estabelecendo uma conexão entre o ambiente familiar e os conteúdos escolares. Consoante a isso, Ribeiro et al (2023) destacam que:

Frequentemente, a participação ativa da família tem resultado em um histórico de sucessos ou fracassos escolares. Como meio de alcançar o desenvolvimento pleno da formação de uma pessoa, a família deve participar e estar em constante interação com os trabalhos socioeducativos (Ribeiro, Oliveira, Alves, 2023, p. 01).

Nesse sentido, essa ausência da família pode impactar no processo das avaliações externas, pois a mesma deixa de ser um processo coletivo e passa a ser percebida como uma obrigação apenas da escola. E os alunos precisam estar motivados para realizar as avaliações externas. É, portanto, primordial a participação efetiva de todos os atores educacionais envolvidos na escola nas ações pedagógicas, e isso inclui o processo avaliativo. Luck *et al* (2012) fazem a seguinte consideração:

Ao se referir às escolas, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico (Luck *et al*, 2012, p.45).

No entanto, é necessário que as escolas realizem estratégias que incentivem a presença e participação das famílias no ambiente escolar, para que integrados ao processo educativo, apoiem os filhos e a escola, para que juntos, possam estabelecer melhorias no ensino. A realização das avaliações também precisa desse engajamento escolar junto às famílias e alunos, para que os estudantes se sintam motivados a realizá-las com seriedade e dedicação, conscientes da importância da avaliação para sua trajetória escolar e para os resultados da escola.

Apesar de amplamente valorizada, a participação da família na escola nem sempre produz efeitos positivos. Em determinadas situações, o envolvimento familiar pode ocorrer de forma inadequada, marcada por cobranças desproporcionais, pressões sobre professores, conflitos interpessoais e interferências que desconsideram os critérios pedagógicos ou a autonomia docente. Paro (1992) alerta que a participação, quando não orientada por corresponsabilidade e compreensão do processo educativo, pode gerar tensões que dificultam a organização escolar. Da mesma forma, Lück (2011) destaca que a atuação familiar sem alinhamento aos objetivos pedagógicos tende a comprometer o clima institucional e enfraquecer a cooperação entre escola e comunidade. Abramovay e Rua (2002) também evidenciam que comportamentos hostis, desinformados ou excessivamente intervencionistas podem afetar o bem-estar da equipe e prejudicar a aprendizagem dos estudantes.

Assim, é fundamental reconhecer que a presença da família, por si só, não garante benefícios, sendo necessário promover formas qualificadas de participação que fortaleçam, e não fragilizem, o trabalho pedagógico.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que se torna essencial o engajamento das famílias e estudantes no processo avaliativo, também é necessário compreender como os professores se apropriam dos resultados obtidos. Afinal, são eles que, em contato direto com os alunos, podem transformar os dados em práticas pedagógicas concretas. Para tanto, os professores responderam se realizam trabalhos de apropriação dos resultados do SIMAVE junto aos estudantes. Os dados revelaram que 83% dos docentes desenvolvem ações nesse sentido, promovendo momentos de socialização dos resultados com as turmas. Por outro lado, 16,2% afirmaram não realizar esse tipo de prática, o que evidencia a existência de lacunas no processo de devolutiva e utilização pedagógica das informações geradas pela avaliação.

Esse dado é relevante, pois os estudantes, principais envolvidos no processo educativo, devem ser considerados como protagonistas, portanto é imprescindível essa escuta dos mesmos. Para Demo e Silva (2020), o protagonismo estudantil é um importante aspecto da educação emancipatória, pois permite que os estudantes sejam protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem e desenvolvimento. Isso implica que eles não são apenas receptores passivos de conhecimento, mas também são capazes de tomar decisões, definir objetivos e estratégias, participar de projetos e atividades, bem como avaliar e refletir sobre suas próprias experiências de aprendizagem.

É parte do protagonismo escolar que os estudantes se sintam responsáveis pela escola, na condição de aluno especificamente, cuidem da escola, gostem dela, mantenham em boas condições, reivindiquem melhorias cabíveis, proponham alterações pertinentes etc. Estudantes não são visitantes, nem meros frequentadores da escola, mas sua razão de ser. Nada mais adequado e justo que se vejam como atores maiúsculos da comunidade escolar, na condição de aluno e dentro de seu desenvolvimento pessoal (Demo, Silva, p. 75, 2020).

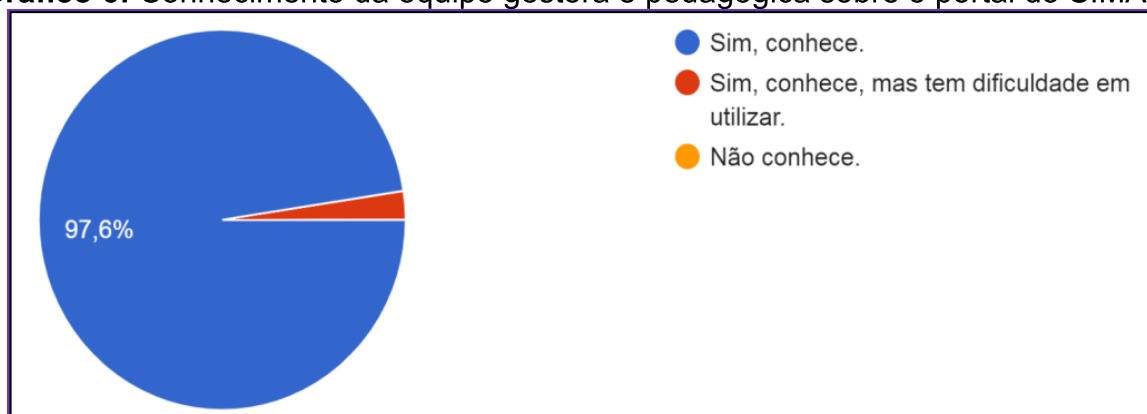
Portanto, o processo da avaliação na escola precisa estar conectado com os anseios dos estudantes, com a participação e envolvimento de todos. Dessa forma, pode-se elevar a qualidade da educação ofertada, garantindo que cada estudante receba a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

3.5.3 Avaliações externas na visão dos diretores e Especialistas das Escolas de Educação de Básica

Os diretores e Especialistas da Educação Básica (EEB) são os gestores no processo pedagógico, sendo fundamentais no bom desempenho das ações escolares. O EEB, segundo o termo oficial definido pelo Estado de Minas Gerais, conforme a Lei nº 15.293, de 05 de agosto de 2004, assume uma perspectiva significativa que é observar e contribuir ativamente para o progresso do ambiente escolar (Minas Gerais, 2004). Já o diretor escolar é o principal responsável pela escola, por isso deve ter visão de conjunto, articular e integrar setores, vislumbrar resultados para a instituição educacional, que podem ser obtidos se embasados em um bom planejamento, alinhado com comportamento otimista e de autoconfiança, com propósito macro bem definido, além de uma comunicação realmente eficaz (Silva, 2009).

Dentro do processo das avaliações externas cabem aos gestores serem os mediadores do processo de realização das provas, posteriormente análise e apropriação dos resultados e condutores das ações pedagógicas práticas na escola, com base nos resultados. Para tanto, é necessário que conheçam o sistema de avaliação. Desse modo, questionamos os sujeitos se eles conheciam o portal do SIMAVE, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 6: Conhecimento da equipe gestora e pedagógica sobre o portal do SIMAVE



Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado (2025)

Os dados revelam que 97,6% dos diretores e especialistas afirmaram conhecer o Portal SIMAVE, o que indica uma ampla familiaridade com a ferramenta. Esse conhecimento, em princípio, poderia favorecer a gestão pedagógica ao permitir que

os resultados das avaliações externas orientem as práticas escolares. No entanto, possuir acesso ao portal não garante, por si só, que tais informações sejam efetivamente transformadas em mudanças pedagógicas significativas, já que isso depende da capacidade de interpretação, socialização e uso coletivo dos dados junto aos professores.

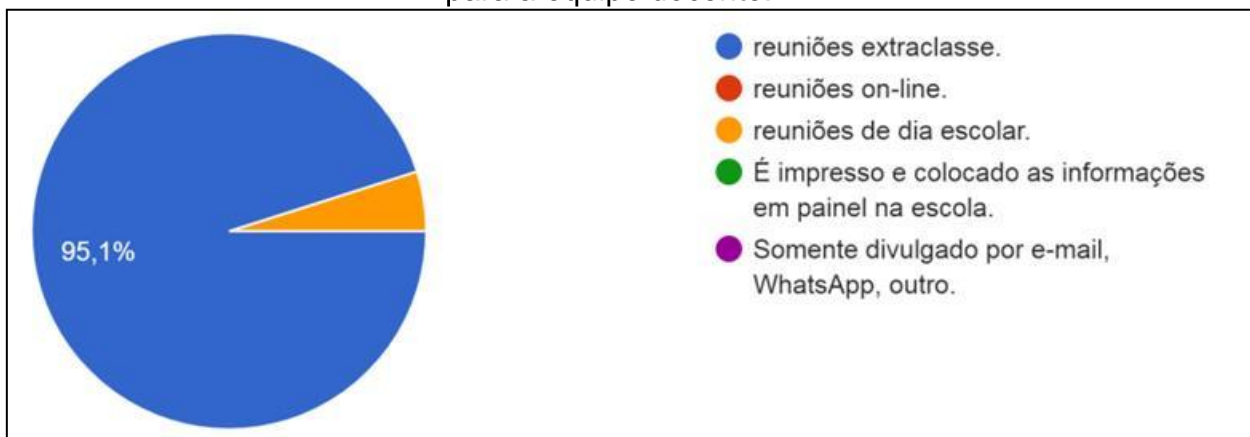
Nessa mesma direção, quando questionados sobre o conhecimento dos resultados específicos da escola no SIMAVE, verificou-se que 87,8% dos respondentes afirmaram conhecer os resultados específicos de sua escola no SIMAVE e 12,2% relataram dificuldade em compreendê-lo, o que indica que a maioria das equipes gestoras e pedagógicas tem acesso às informações disponibilizadas pelo sistema, mas nem todos conseguem interpretá-los.

Esse dado é relevante porque demonstra um avanço no processo de disseminação dos resultados, garantindo que a maior parte das escolas tenha contato direto com os indicadores de desempenho. Contudo, como ressaltam Bonamino e Sousa (2012), o simples acesso às informações não assegura sua apropriação pedagógica, pois é necessário interpretá-las de forma crítica e vinculá-las às práticas escolares.

Nessa mesma direção, Brooke (2006) enfatiza que os resultados das avaliações externas só se tornam efetivos quando socializados e utilizados para orientar intervenções pedagógicas concretas. Assim, ainda que o percentual de conhecimento seja elevado, o desafio central permanece em transformar esse conhecimento em ações práticas e em estratégias de ensino que promovam melhorias na aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, é fundamental compreender como ocorre o processo de repasse dessas informações dentro das escolas, uma vez que o simples acesso aos resultados, não assegura, por si só, melhoria da aprendizagem. A esse respeito, quando questionados sobre as formas de socialização dos resultados recebidos, obtivemos as respostas a seguir.

Gráfico 7: Após o recebimento dos resultados, como ocorre o repasse dos dados para a equipe docente:



Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado (2025)

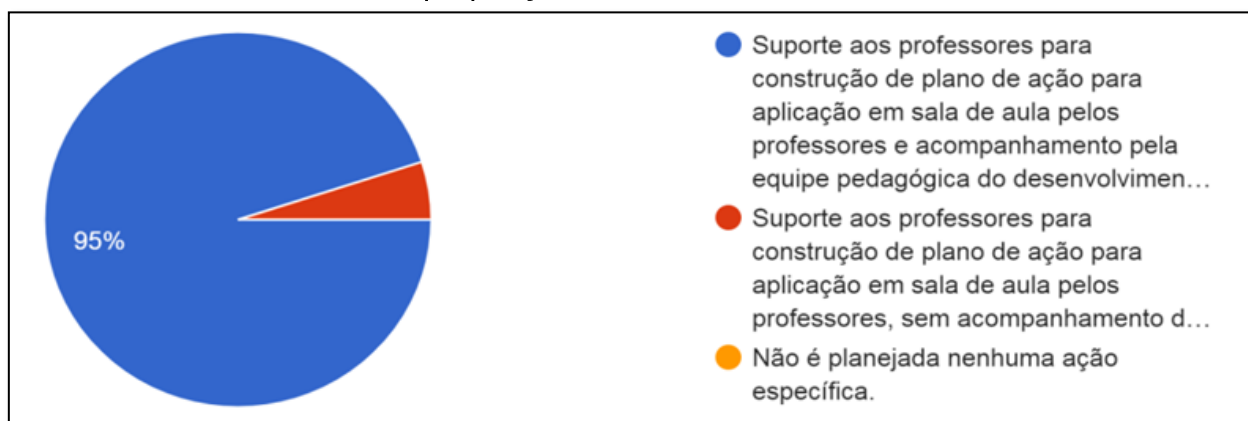
Os dados apresentados no gráfico evidenciam que o repasse das informações ocorre, em sua maioria, por meio de reunião extraclasse, apontada por 95,1% dos respondentes, o que pode representar uma iniciativa relevante de socialização e diálogo pedagógico, pois conta com a participação de todo o corpo docente. Esse espaço coletivo possibilita que os docentes tenham acesso direto aos resultados e possam refletir sobre eles em conjunto com a gestão escolar. De acordo com Nóvoa (1992) e Alarcão (2001), os encontros pedagógicos coletivos, como as reuniões extraclasse, configuram-se como espaços privilegiados de formação docente e de construção compartilhada do saber pedagógico.

No entanto, observa-se uma contradição: apesar desse esforço de mobilização, os indicadores das escolas ainda apresentam falhas significativas, refletindo baixos desempenhos e revelando que a simples socialização dos dados não garante, por si só, melhorias efetivas na aprendizagem. Como destacam Brooke (2006) e Freitas (2012), os resultados das avaliações externas só adquirem caráter pedagógico quando transformados em ações concretas no interior da escola, orientando práticas sistemáticas de ensino.

Nesse processo, ressalta-se a importância da atuação da Superintendência Regional de Ensino, por meio da equipe pedagógica, no acompanhamento, orientação e apoio às escolas na análise e uso pedagógico dos resultados, assegurando que as informações não se restrinjam à socialização, mas sejam efetivamente integradas às práticas educativas. Contudo, para além do apoio externo, cabe à equipe escolar assumir o protagonismo no desenvolvimento de ações concretas que deem sentido

aos resultados das avaliações. Nesse sentido, observa-se o gráfico abaixo com relação às ações direcionadas pela equipe escolar após à apropriação dos resultados do SIMAVE:

Gráfico 8: Quais ações são implementadas e desenvolvidas pela escola após a apropriação dos resultados.



Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado (2025)

Embora 95% das EEBs e diretores afirmem oferecer suporte aos professores na construção de planos de ação para aplicação em sala de aula, acompanhados de monitoramento, os resultados das avaliações externas, como o SIMAVE, ainda não apresentam avanços significativos. Isso pode evidenciar que a simples elaboração de planos não garante, por si só, a efetividade das intervenções pedagógicas. Como afirma Luck (2009), a liderança escolar é um fator decisivo para a qualidade da educação, mas sua atuação precisa ultrapassar o plano formal e se traduzir em práticas pedagógicas consistentes.

De acordo com Brooke e Cunha (2011), os resultados das avaliações externas somente geram impactos reais quando são socializados, analisados criticamente e transformados em ações concretas no cotidiano escolar. Nesse sentido, a presença da equipe gestora no acompanhamento revela-se primordial, pois sinaliza compromisso com os resultados, alinhamento entre planejamento e execução, além de apoio efetivo aos professores. No entanto, como reforça Freitas (2014), a apropriação dos dados precisa ser acompanhada de processos formativos que promovam a compreensão e o uso pedagógico das informações, caso contrário, o risco é de que permaneçam como indicadores desarticulados da prática docente.

Ademais, para Neto (2013), a função dos gestores e da própria Superintendência Regional de Ensino deve incluir não apenas o repasse dos resultados, mas a mediação e o fortalecimento das estratégias que contribuam para a

aprendizagem dos estudantes. Isso significa que a responsabilidade da gestão escolar e SEE/SRE vai além de garantir suporte técnico: exige a criação de uma cultura de análise e de utilização pedagógica dos dados, capaz de transformar as fragilidades reveladas pelos indicadores em oportunidades de melhoria.

Assim, ainda que o percentual de gestores que afirmam dar suporte seja elevado, os resultados pouco expressivos apontam para a necessidade de uma ação mais articulada entre acompanhamento, formação continuada e práticas de sala de aula, reafirmando a importância da gestão pedagógica como mediadora entre avaliação e aprendizagem. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de ajustes e aprimoramentos, conforme destaca a especialista:

Para tornar o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas mais eficaz, é fundamental investir em formações contínuas e práticas para todos os profissionais da escola, focando na interpretação dos dados e na construção colaborativa de planos de ação. Além disso, a SRE e a SEE devem garantir uma devolutiva ágil e acessível dos resultados, com materiais didáticos claros e ferramentas que facilitem o uso dos dados no dia a dia escolar. A troca de experiências entre escolas, com momentos de reflexão coletiva, também pode fortalecer o engajamento e a responsabilidade de toda a comunidade escolar (Especialista 03, 2025).

A fala da especialista evidencia elementos essenciais para a apropriação dos resultados das avaliações externas, como a formação continuada, a devolutiva acessível e a construção coletiva de planos de ação. No entanto, conforme destacam Freitas (2013) e Souza e Oliveira (2010), tais iniciativas, quando isoladas, podem assumir caráter burocrático e pouco transformador, sobretudo se não houver uma articulação orgânica entre os diferentes níveis de gestão e o trabalho pedagógico na escola.

Para superar esse limite, torna-se fundamental que a SRE e a SEE desenvolvam devolutivas contextualizadas e acompanhadas de estratégias formativas vinculadas às práticas de sala de aula, garantindo que os professores possam dialogar criticamente com os dados (Brooke, Cunha, 2011). Assim, a gestão pedagógica escolar, apoiada pela gestão da SEE/SRE, pode transformar os resultados das avaliações em instrumentos de reflexão coletiva, planejamento integrado e inovação pedagógica, promovendo avanços mais consistentes na aprendizagem dos estudantes.

Nesse contexto, torna-se relevante compreender como essas ações se materializam no contexto escolar, para tanto, foram levantados dados sobre a participação dos EEB e gestores em formações promovidas pela SRE, acerca da apropriação dos resultados das avaliações externas, nos últimos dois anos: 82,5% afirmaram que já participaram e 17,5% disseram que não participaram.

Como complementação da pergunta sobre formação realizada pela SRE, foi solicitado que descrevessem se a formação realizada foi produtiva. De acordo com as respostas, as formações foram consideradas produtivas, “Foi produtiva, *explicam muito bem os gráficos e resultados apresentados no SIMAVE*” (Especialista 10, 2025)

Análise e uso de dados das avaliações do SIMAVE. O curso proporcionou uma compreensão mais aprofundada sobre o funcionamento e os objetivos do SIMAVE, permitindo analisar os dados de forma mais crítica e estratégica. Na prática docente, isso se traduziu em um planejamento mais eficaz, com foco nas habilidades que os estudantes demonstraram maior dificuldade. (Diretora 03, 2025).

Os relatos apontam que a apresentação dos gráficos e a análise detalhada dos dados favoreceram o entendimento do desempenho escolar, permitindo aos participantes situarem a realidade da escola frente aos indicadores avaliados. Nesse sentido, observa-se que tais momentos contribuíram para o desenvolvimento de uma leitura mais crítica e estratégica dos resultados, o que, na prática docente, pode se traduzir em um planejamento pedagógico mais eficaz, direcionado especialmente às habilidades em que os estudantes apresentaram maiores dificuldades. Essa perspectiva dialoga com Fernandes (2009), ao afirmar que a avaliação, quando utilizada de forma formativa, permite identificar fragilidades e potencializar o processo de ensino e aprendizagem, subsidiando intervenções pedagógicas mais assertivas.

Contudo, houve crítica evidenciando uma expectativa de que esses momentos sejam mais práticos, conforme fala da especialista:

Sim, a reunião da SRE foi produtiva no sentido de apresentar os dados e situar o desempenho da escola. No entanto, ela ainda demanda mais práticas concretas e sugestões voltadas para a mudança, com foco em ações pedagógicas que ajudem a melhorar os resultados de aprendizagem. Para que seja realmente eficaz, é necessário que a devolutiva traga orientações aplicáveis ao contexto escolar, permitindo que professores e gestores utilizem as informações de forma estratégica no planejamento e nas intervenções pedagógicas (Especialista 20, 2025).

A fala da especialista evidencia uma avaliação dúbia das reuniões promovidas pela SRE. Por um lado, reconhece-se que esses encontros cumprem um papel relevante ao socializar os dados e situar o desempenho das escolas frente aos indicadores avaliativos, promovendo maior transparência do processo educacional. Contudo, aponta-se uma limitação significativa na medida em que, ao se restringirem à apresentação dos resultados, deixam de oferecer orientações pedagógicas concretas que possam ser efetivamente aplicadas no cotidiano escolar. Nesse sentido, Luckesi (2011) ressalta que a avaliação só cumpre sua função formativa quando articulada a práticas que visem a transformação da realidade educacional, indo além da mera classificação ou exposição de dados. De forma semelhante, Fernandes (2009) afirma que a leitura crítica dos resultados deve servir de subsídio para tomadas de decisão pedagógicas, promovendo intervenções que atendam às necessidades específicas dos estudantes.

Além disso, autores como Perrenoud (1999) destacam que a análise avaliativa precisa estar vinculada a estratégias de regulação da aprendizagem, possibilitando ao professor ajustar sua prática em tempo real, de modo a favorecer a equidade no processo educativo. Bonamino e Sousa (2012), por sua vez, alertam para o risco de as avaliações em larga escala assumirem um caráter meramente burocrático se não forem acompanhadas de processos reflexivos e de formação continuada que subsidiem o trabalho docente. Assim, a crítica da Especialista 20 encontra respaldo teórico ao evidenciar a necessidade de que os momentos de devolutiva sejam mais práticos, contextualizados e direcionados à realidade das escolas, garantindo que professores e gestores possam mobilizar os dados de forma estratégica no planejamento pedagógico e nas intervenções voltadas para a melhoria da aprendizagem.

Oportunamente, faz-se necessário explicar a distinção entre reunião e formação, para compreender o sentido atribuído pelos especialistas e diretores às ações promovidas pela SRE. A reunião caracteriza-se, em geral, como um espaço de socialização de informações e alinhamento institucional, com foco na comunicação de dados e orientações. Já a formação implica em um processo mais aprofundado de estudo, reflexão e desenvolvimento profissional, no qual o professor é provocado a analisar criticamente sua prática e a construir estratégias pedagógicas aplicáveis ao cotidiano escolar. Enquanto a reunião tende a ter um caráter mais pontual e informativo, a formação assume uma dimensão formativa e transformadora, voltada à

qualificação do ensino e da aprendizagem (Nóvoa, 2002; Imbernón, 2010). Considerando a demanda de trabalho e tempo de execução das ações do setor pedagógico, observa-se que está ocorrendo o formato de reuniões.

A análise das falas das especialistas mostra que há uma relação próxima das escolas com o setor pedagógico da SRE. No entanto, evidencia-se a necessidade de escutar de forma mais atenta as demandas dos servidores que atuam diretamente na ponta do processo educacional, os considerados “burocratas de nível de rua” (Lipsky, 1980), por serem responsáveis pela implementação efetiva das políticas públicas no cotidiano escolar.

Tal perspectiva reforça a importância de uma gestão colaborativa, capaz de valorizar a experiência desses profissionais na definição e execução das formações. É, portanto, necessária a participação efetiva de todos os atores educacionais envolvidos nas tomadas de decisão da escola. Luck *et al* (2012) fazem a seguinte consideração:

Em organizações democraticamente administradas – inclusive escolas – os funcionários são envolvidos no estabelecimento e na manutenção de padrões de desempenho e na garantia de que sua organização está atendendo adequadamente às necessidades das pessoas a quem os serviços da organização destinam-se. Ao se referir às escolas, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico (Luck *et al*, 2012, p.45).

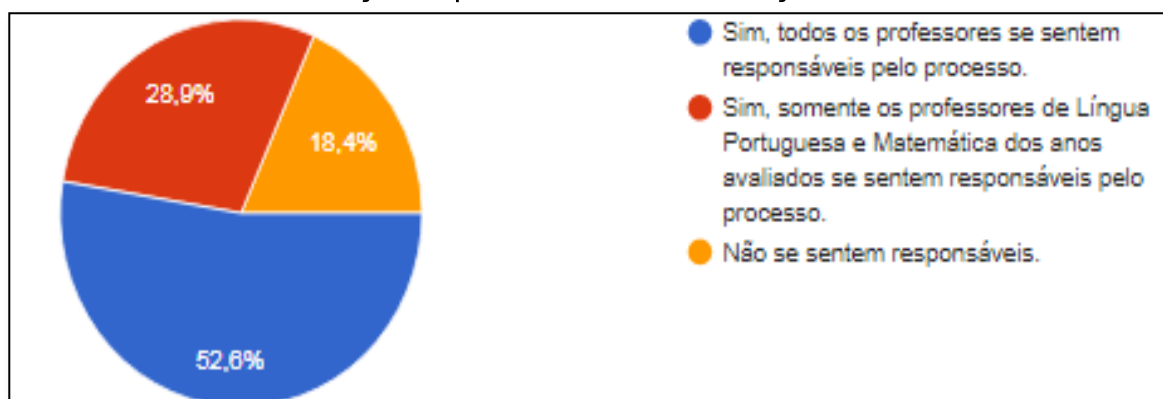
Assim, torna-se necessário reestruturar os encontros formativos em direção a modelos mais práticos e aplicáveis, que fortaleçam a intervenção pedagógica e contribuam para resultados mais consistentes na aprendizagem dos estudantes com a participação de todos os envolvidos.

Vale destacar ainda a necessidade de envolver os professores de todas as disciplinas nas ações pedagógicas da escola, principalmente nas intervenções voltadas à recomposição das aprendizagens, que muitas vezes ficam a cargo dos professores de Língua Portuguesa e Matemática, disciplinas tradicionalmente avaliadas nas avaliações externas do SIMAVE. É, portanto, necessário estruturar estratégias para incluir todos no processo, o que vem ao encontro das respostas dos participantes sobre a necessidade de formação: 85,4% dos diretores e especialistas defendem que ela deve acontecer com professores de todas as áreas. Tal afirmativa

coaduna com os 95% dos EEB e diretores que afirmaram que após receber os resultados das avaliações, realizam o repasse dos dados aos docentes nas reuniões extraclasse. Esse dado traz uma percepção que pode ser positiva, pois demonstra que a maioria dos professores são envolvidos, visto que a atividade extraclasse são para todos os professores da escola.

No entanto, o repasse de informações não significa apropriação pedagógica dos resultados, o que nos leva a refletir: como o setor pedagógico da SRE pode apoiar as escolas no processo de análise, apropriação dos resultados e desenvolvimento de ações, com foco na melhoria do processo ensino e aprendizagem. Nesse sentido, apresenta-se o gráfico abaixo, que demonstra a percepção dos gestores e EEBs quanto à responsabilidade docente com relação aos resultados alcançados nas avaliações externas:

Gráfico 9: Você acredita que os professores se sentem responsáveis pelos resultados alcançados pela escola nas avaliações externas do SIMAVE?



Fonte: produzido pela autora a partir do questionário aplicado (2025).

O gráfico exposto evidencia que, embora haja um envolvimento significativo de parte do corpo docente, esse sentimento de corresponsabilidade ainda não é plenamente consolidado. Em contrapartida, a maioria dos gestores e EEBs reconhece que há um senso de responsabilidade entre os professores, sobretudo entre aqueles cujas áreas e turmas são diretamente avaliadas. Contudo, observa-se que 28,9% atribuem a responsabilização apenas a alguns docentes, enquanto 18,4% afirmam não se sentir responsáveis pelos resultados. Esses números revelam que a cultura de compromisso coletivo com os resultados ainda precisa ser fortalecida, o que remete à importância de uma gestão pedagógica participativa, capaz de envolver todos os docentes no processo de análise, reflexão e implementação de ações pedagógicas

voltadas para a melhoria da aprendizagem. Isso remete para a importância de uma gestão pedagógica participativa, que se torna:

uma ferramenta essencial para mudarmos a trajetória que a educação pública vem percorrendo nos últimos anos. Pois aprofundar nessa temática se traduz na garantia de ter, voz e reconhecimento profissional mediante as autoridades competentes e a sociedade em geral, levando-nos a acreditar que a participação na escola e na educação de qualidade é um dever de todos, conscientes na busca de uma educação com qualidade (Santos, Reis, 2019, p. 111).

Nesse contexto, os EEBs e Diretores apontam diferentes estratégias para tornar mais eficaz o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas. Para um deles, *“é essencial transformar os dados em instrumentos de reflexão, planejamento e ação pedagógica, estabelecendo metas de curto prazo e acompanhando regularmente os avanços”* (Diretora 08). Um especialista reforça a necessidade de *“desenvolver um sistema de gestão pedagógica que priorize a análise dos dados para orientar intervenções e práticas pedagógicas”* (Especialista 14), destacando o papel da gestão no direcionamento das ações escolares. Também foi mencionada a importância do *“envolvimento de todos os professores no processo de apropriação dos resultados”* (Especialista 15), o que pressupõe corresponsabilidade e atuação coletiva.

Além disso, alguns depoimentos ressaltam a relevância de *“realizar reuniões com professores para ouvir críticas e sugestões”* (Especialista 10) e de investir em *“capacitação com estratégias diferenciadas”* (Especialista 11), de modo a garantir formações mais contextualizadas. Outras falas ainda sugerem que os resultados sejam apresentados já no início do ano letivo, criando oportunidades para ajustes imediatos no planejamento, e que os dias escolares sejam aproveitados para momentos de treinamento coletivo com todos os docentes.

Dessa forma, a gestão colaborativa no planejamento pedagógico configura-se como um espaço de reflexão coletiva e formação continuada, no qual professores, especialistas e gestores compartilham responsabilidades e conhecimentos. Para Libâneo (2012), o planejamento deve ser entendido como um processo democrático, que valoriza o diálogo e o trabalho coletivo na definição das metas educacionais.

Nesse mesmo sentido, Lück (2009) reforça que a gestão escolar, quando orientada de forma participativa, favorece a corresponsabilidade e amplia o

compromisso de todos com os resultados da aprendizagem. Perrenoud (2000) destaca que a formação docente se fortalece justamente nesses espaços de análise e troca de experiências, nos quais a prática é revisitada e ressignificada. A articulação entre planejamento colaborativo e formação continuada cria, portanto, oportunidades permanentes de desenvolvimento profissional, permitindo que os docentes reflitam criticamente sobre suas práticas, ajustem metodologias e construam coletivamente estratégias pedagógicas mais contextualizadas e eficazes. Assim, o planejamento deixa de ser uma etapa isolada e assume um caráter formativo e transformador, essencial para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Corroborando essa perspectiva, os diretores também destacaram caminhos para tornar mais eficaz o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas nas escolas. Um deles defende a importância de *“implementar um sistema integrado de devolutiva rápida e clara dos resultados, com orientações práticas para uso pedagógico nas escolas, facilitando a tomada de decisões com base nos dados”* (Diretora 03). Outro aponta para a necessidade de *“continuar com as formações presenciais, onde todas as áreas podem compartilhar experiências”* (Diretora 10), reforçando a ideia de uma construção coletiva. Também se destacou a necessidade de *“investigar as causas dos resultados negativos e estabelecer metas claras e em tempo hábil”* (Diretor 12), relacionando tais metas a intervenções e reforços escolares oferecidos pelo governo.

Percebe-se, portanto, que tanto especialistas quanto diretores convergem na defesa de uma gestão pedagógica mais participativa e orientadas para ações mais práticas. As contribuições evidenciam que a apropriação dos resultados das avaliações externas do SIMAVE nas escolas estaduais na SRE Paracatu necessita de planejamento estratégico, investimento em formação docente e práticas colaborativas, de modo a assegurar que os dados sejam efetivamente transformados em avanços no processo educativo.

3.5.4 Avaliações externas sob a perspectiva da equipe pedagógica da SRE

O setor pedagógico da SRE Paracatu conta com uma equipe de 08 pessoas, no qual, 03 analistas são responsáveis pelo processo das avaliações externas, desenvolvendo trabalho diretamente com as escolas, sobretudo com diretores e EEB. O setor exerce papel essencial de articulação junto às escolas, com relação ao

processo das avaliações externas, mediando a organização, realização e orientações da SEE/MG, apoiando os gestores e EEB na compreensão e utilização dos resultados das avaliações externas, com foco na melhoria do ensino. Entretanto, esse papel de articulação pode ser comprometido pela limitação nas formações ofertadas pela SEE/MG. Apenas uma das três analistas da DIVEP entrevistadas participou de formação presencial promovida pela SEE/MG com foco na apropriação de resultados das avaliações externas do SIMAVE. As demais participaram apenas de reuniões/formações por videoconferência, com direcionamento das ações do processo de execução das avaliações, mas sem ênfase na apropriação pedagógica. Essa desigualdade de acesso às formações reduz a possibilidade de atuação de maneira consistente no apoio às escolas.

Conforme pontua a Analista 1, quando questionada sobre quais foram as contribuições da SEE/MG no que se refere à apropriação e utilização dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE:

Bom, na minha visão, eu acredito que as contribuições poderiam ser um pouquinho melhores. Eu acredito que deveria ter momentos formativos, periódicos, com a equipe da SRE focado no estudo dos resultados e elaboração de estratégias para intervenção. A gente precisaria de ter mais formações nesses dois pontos, de forma periódica (Analista 1, 2025).

A fala da Analista 1 evidencia uma lacuna importante no processo de apropriação dos resultados do SIMAVE por parte da SEE/MG: a ausência de momentos formativos sistemáticos e contínuos. Essa percepção converge com a literatura, que destaca a necessidade de transformar os resultados das avaliações externas em insumos para o planejamento escolar, exigindo processos de formação que articulem diagnósticos e ação pedagógica (Bonamino, Sousa, 2012; Fernandes, 2019). Sem esse movimento de acompanhamento constante, há o risco de que os dados se restrinjam a um caráter meramente burocrático, em vez de subsidiar práticas efetivas de recomposição das aprendizagens.

No que se refere ao acompanhamento das ações de avaliação nas escolas, as três analistas da DIVEP relataram que, após o repasse da SEE/MG à equipe da SRE, são promovidas reuniões e orientações direcionadas às escolas, realizadas por e-mail, videoconferências e encontros presenciais com diretores e EEB. Contudo, destacaram a dificuldade de realizar um acompanhamento sistemático das ações

previamente estabelecidas. Quando perguntado sobre os fatores que interferem negativamente trabalho nesse da equipe pedagógica da SRE em relação a apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE, a Analista 2 pontuou:

[...] a quantidade de projetos que a gente acompanha é alta, são projetos que demandam muito tempo e eles acontecem durante o ano inteiro. Então, isso dificulta um pouco. Por exemplo, o resultado das avaliações a gente poderia acompanhar um pouquinho mais de perto se a gente tivesse um tempo maior para isso (Analista 2, 2025).

Essa ausência de monitoramento compromete o desenvolvimento do trabalho pedagógico, uma vez que as escolas demandam apoio contínuo para a efetivação das ações. Entre os fatores apontados como impeditivos, sobressai a elevada quantidade de projetos e demandas que precisam ser atendidos simultaneamente pelas equipes, abrangendo as 36 escolas da jurisdição da SRE. A fala da Analista 2 revela como a multiplicidade de tarefas atribuídas às equipes pedagógicas pode fragilizar o acompanhamento necessário, o que dialoga com estudos que apontam a burocratização e o excesso de demandas como fatores que limitam a atuação pedagógica das instâncias intermediárias (Oliveira, Pacheco, 2019; Alves; Silva, 2021).

O desafio de acompanhamento sistemático das ações, marcado pela sobrecarga de demandas e projetos, evidencia fragilidades na efetivação do suporte pedagógico às escolas. Essa limitação repercute diretamente no processo de apropriação dos resultados das avaliações, uma vez que a ausência de monitoramento contínuo pode comprometer a utilização pedagógica dos dados e, conseqüentemente, a recomposição das aprendizagens.

Diante desse cenário, vale destacar que todas as analistas reconhecem a relevância do trabalho de apropriação dos resultados como elemento capaz de auxiliar o planejamento pedagógico, a fim de potencializar estratégias que favoreçam o desempenho dos estudantes. Essa perspectiva reforça que o processo avaliativo não deve ser compreendido apenas como mensuração, mas como instrumento de reflexão coletiva e de reorganização das práticas pedagógicas, o que se aproxima da concepção de gestão participativa. Nesse contexto, o envolvimento dos diferentes atores escolares no uso e análise dos resultados fortalece a corresponsabilidade e amplia as possibilidades de transformação da prática educativa (Paro, 2016; Luck,

2009). Dessa forma, quando questionadas se o trabalho de apropriação dos resultados pode ajudar no planejamento pedagógico, com vistas de melhorar o desempenho dos estudantes, as respostas foram:

Claro. Se não tem uma apropriação adequada, como que vai saber qual habilidade que esse aluno não consolidou? É através desse monitoramento, dessa apropriação, desse conhecimento pelos professores, especialistas e gestão da escola que é desenvolvido um trabalho que possa estar ajudando esse estudante a apropriar das habilidades que ele não consolidou (Analista 3, 2025).

Com certeza. Quando a escola consegue fazer esse estudo junto com a equipe, junto com os professores que estão diretamente trabalhando na sala de aula, o resultado realmente é significativo. Eu acredito que sim (Analista 2, 2025).

Sim, eu acredito, porque a partir da compreensão dos resultados, pode-se replanejar, criar novas rotas, como eu falei no início, que vai atender mesmo as demandas dos alunos (Analista 1, 2025).

As falas das analistas reforçam essa compreensão. Para a Analista 3, o processo de apropriação é indispensável, pois permite identificar quais habilidades os alunos ainda não consolidaram, orientando intervenções pedagógicas mais assertivas. Essa perspectiva se aproxima do que defendem Fernandes (2019) e Bonamino e Sousa (2012), ao apontarem que o uso pedagógico dos resultados das avaliações é condição fundamental para que a escola desenvolva estratégias de ensino alinhadas às reais necessidades dos estudantes.

Nessa mesma direção, a Analista 2 destacou que, quando a escola realiza esse movimento de forma articulada entre gestores, equipe pedagógica e professores, os resultados tendem a ser mais significativos, na medida em que aproximam o uso dos dados da realidade da sala de aula. Esse entendimento dialoga com Oliveira e Pacheco (2019), que ressaltam a importância do trabalho coletivo como elemento de fortalecimento da gestão pedagógica e da cultura avaliativa nas escolas.

Complementando, a Analista 1 salientou que a análise dos resultados possibilita reorganizar práticas, planejar novas ações e alinhar o trabalho escolar às demandas concretas dos estudantes. Esse aspecto é discutido também por Brooke e Cunha (2011), para quem a apropriação das avaliações externas deve estar vinculada a um processo de replanejamento que favoreça a melhoria contínua do ensino.

Em conjunto, essas falas evidenciam que a apropriação dos resultados não deve ser compreendida como mera exigência burocrática, mas como uma prática estratégica capaz de subsidiar intervenções voltadas à recomposição das aprendizagens, sendo necessários ajustes.

Nesse sentido, embora a apropriação dos resultados seja reconhecida como prática estratégica para a recomposição das aprendizagens, sua efetivação ainda depende de ações articuladas entre diferentes atores escolares e mediação da SRE. A Analista 2 (2025) dialoga sobre a otimização dessa apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE nas escolas da rede estadual de Paracatu:

Eu acredito que com as nossas visitas nas escolas, observando a peculiaridade de cada uma, ainda é necessária uma conscientização mesmo por parte dos professores da utilização desses resultados. Porque em alguns momentos a gente percebe que os profissionais da escola, entendem que o resultado é de língua portuguesa e matemática, então a responsabilidade é somente deles, língua portuguesa e matemática. E a gente tenta, com as novas estratégias, com orientação da secretaria ir tirando essa cultura de que o resultado de leitura é de responsabilidade exclusiva dos professores de língua portuguesa. E com o resultado dos números, também, não é só responsabilidade dos professores de matemática (Analista 2, 2025).

A fala da Analista 2 ilustra a necessidade de envolvimento de todos os atores da escola. Tal perspectiva reforça que os resultados não devem ser vistos como responsabilidade de áreas específicas, mas como compromisso coletivo de todos os profissionais da escola, de modo a fortalecer o trabalho pedagógico e a efetividade do processo avaliativo. Essa compreensão dialoga com o conceito de gestão participativa, segundo o qual a corresponsabilidade e a cooperação entre os sujeitos escolares são fundamentais para a construção de uma escola democrática e eficaz (Luck, 2009).

Nesse contexto, ainda que seja compreensível a limitação da participação de todos os docentes, devido à dificuldade de reorganizar a carga horária dos alunos e garantir a presença de professores de diferentes disciplinas nas formações, é fundamental que os resultados das avaliações externas sejam discutidos coletivamente dentro da escola. A centralização apenas em Língua Portuguesa e Matemática, embora compreensível pelo peso dessas áreas nas avaliações, pode reforçar a ideia equivocada de que a aprendizagem é responsabilidade exclusiva desses componentes curriculares. Como destacam Fernandes (2019) e Luckesi

(2018), a qualidade da educação é resultado de uma construção coletiva, que envolve múltiplos saberes e práticas. Portanto, mesmo quando a participação presencial não é possível para todos os professores, é imprescindível que os resultados sejam socializados em reuniões pedagógicas, conselhos de classe e demais espaços institucionais, de modo a fortalecer a corresponsabilidade e a gestão participativa, entendida como prática que valoriza o diálogo, a colaboração e o envolvimento de toda a comunidade escolar no processo educativo.

A gestão participativa, nesse sentido, representa um caminho fundamental para superar a fragmentação do trabalho pedagógico e fortalecer a corresponsabilidade entre todos os atores escolares. Mais do que um modelo administrativo, trata-se de uma prática que se fundamenta no diálogo, na transparência e na construção coletiva de decisões, buscando envolver professores, estudantes, famílias e equipe gestora no processo educativo. Como afirma Paro (2016), a gestão democrática da escola pública é condição necessária para a efetivação de uma educação de qualidade, pois amplia as vozes que participam das escolhas pedagógicas e organizacionais.

Nessa mesma perspectiva, Lück (2009) destaca que a gestão participativa favorece o desenvolvimento de uma cultura colaborativa, essencial para transformar os resultados das avaliações externas em estratégias de intervenção compartilhadas. Assim, o desafio que se coloca não é apenas analisar os dados, mas construir um ambiente escolar em que todos se sintam corresponsáveis pelo sucesso dos estudantes.

As analistas mencionaram que neste ano de 2025 a equipe da DIVEP realizou reuniões presenciais em formato de oficina para estudo e sobre apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE de 2024, foram convidados diretores, EEB e professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas estaduais. O foco da reunião foi analisar os dados de cada escola participante, bem como a apresentação de instrumentos de plano de ação para construção das intervenções pedagógicas e a forma de monitoramento, através de informações inseridas em uma planilha online, criada em drive pela SRE e compartilhada com as escolas no e-mail institucional, para acompanhamento.

Embora as oficinas realizadas pela equipe da DIVEP em 2025 tenham representado um avanço importante no processo de apropriação dos resultados do SIMAVE, chama a atenção o fato de que apenas professores de Língua Portuguesa

e Matemática foram convidados, juntamente com diretores e EEB. Essa escolha reforça a centralidade dessas duas áreas nas avaliações externas, mas ao mesmo tempo pode contribuir para a manutenção da percepção de que os resultados são de responsabilidade exclusiva desses docentes. Nesse sentido, uma das analistas ressaltou:

Acredito que a ideia desses resultados, dessas estratégias que a gente tem que propor para as escolas, devem vir sim, a partir de reuniões no formato de oficina, focada em estudar as habilidades, procurando entender o que pode ter acontecido com o resultado do aluno, porque ele ficou em nível tão baixo e buscar a correção de rota a partir de novas estratégias de intervenção. Para isso, é preciso ter um calendário mais bem definido, que não fique concentrado apenas no final do ano, mas que se organize em etapas, ao longo do ano letivo, possibilitando às escolas refletirem continuamente sobre os resultados e planejem suas ações (Analista 1, 2025).

A fala evidencia a relevância da oficina como espaço formativo, mas também reforça a necessidade de ampliar a participação para outros professores e áreas, fortalecendo a corresponsabilidade pelo desempenho escolar. Nesse sentido, como defendem Perrenoud (1999) e Luckesi (2018), o processo avaliativo deve ser entendido como um mecanismo de acompanhamento contínuo da aprendizagem, permitindo ajustes ao longo do percurso escolar, e não como uma prática concentrada em momentos pontuais, geralmente no final do ano. Assim, a apropriação dos resultados das avaliações externas pode se consolidar como ferramenta pedagógica voltada à melhoria da aprendizagem e à recomposição das habilidades não consolidadas. O trabalho de apropriação dos resultados precisa estar articulado a momentos de estudo coletivo e reflexivo. Reforçando essa perspectiva, a Analista 3 acrescentou que

As melhores maneiras de apropriação dos resultados é, literalmente, estar com o professor ou especialista, que tem que ter o professor ou especialista, e também o especialista, em reuniões presenciais, onde ele pode estar trabalhando com a plataforma mesmo (Analista 3, 2025).

As duas falas evidenciam a centralidade dos encontros presenciais e das oficinas no processo de apropriação, uma vez que favorecem tanto a análise crítica dos dados quanto a construção coletiva de estratégias pedagógicas, fortalecendo o

caráter formativo das avaliações externas. Como defendem Fernandes (2019) e Freitas (2021), a apropriação dos resultados precisa ser compreendida como uma prática pedagógica que ultrapassa a mera lógica de responsabilização, envolvendo a escola como um todo no planejamento de intervenções. Nessa direção, Perrenoud (1999) ressalta que a análise e a utilização dos resultados só ganham sentido quando convertidas em práticas colaborativas que apoiam o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Tal perspectiva encontra respaldo em Pimentel *et al.* (2004), ao enfatizar que o professor, ao identificar as dificuldades individuais e coletivas dos estudantes, é capaz de traçar planos de estudos personalizados e propor avaliações que contribuam para a melhoria das aprendizagens em curso. Esse processo, aliado ao acompanhamento constante e à orientação dos estudantes ao longo da sua trajetória escolar, reforça a importância da atuação articulada da equipe pedagógica e do acompanhamento contínuo, aspectos destacados pelas analistas como essenciais para a efetividade da apropriação dos resultados.

Assim, conclui-se que a apropriação dos resultados, articulada à gestão participativa, constitui elemento essencial para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem. A integração de diferentes atores escolares possibilita decisões pedagógicas mais ajustadas às necessidades dos estudantes, sustentando um ciclo contínuo de avaliação, reflexão e intervenção. Nesse movimento, o papel do professor ganha centralidade ao valorizar os saberes prévios dos alunos e transformá-los em ponto de partida para novas aprendizagens, numa perspectiva que, conforme defende Freire (1996), reconhece a diversidade como potencial educativo.

Desse modo, a apropriação deixa de ser apenas um procedimento técnico e assume caráter formativo, crítico e inclusivo, indispensável para promover avanços significativos na qualidade da educação. Nesse processo, o setor pedagógico desempenha papel estratégico como articulador das ações e mediador entre os resultados das avaliações e as práticas pedagógicas, favorecendo a tomada de decisões coletivas e fundamentadas (Luckesi, 2011; Vasconcellos, 2014).

3.5.5 Integração das percepções dos participantes

A análise das contribuições dos diferentes envolvidos evidencia que o processo de apropriação dos resultados das avaliações externas não pode ser compreendido

como responsabilidade isolada de um único ator escolar, mas como um movimento coletivo que articula professores, gestores, EEB, setor pedagógico da SRE, estudantes e famílias em torno de objetivos comuns.

Os diretores ressaltam a importância de um planejamento estratégico e participativo, capaz de orientar decisões pedagógicas mais assertivas e fundamentadas em dados; os professores, por sua vez, assumem papel central na interpretação dos resultados e na elaboração de práticas que dialoguem com as necessidades reais de aprendizagem dos alunos. O setor pedagógico da SRE representando a SEE/MG emerge como mediador essencial, articulando as ações e promovendo a integração entre análise dos dados, formação docente e acompanhamento contínuo, de modo a favorecer a efetividade das práticas educativas (Luckesi, 2011; Vasconcellos, 2014).

Os estudantes não devem ser vistos apenas como receptores das intervenções, mas como protagonistas do processo educativo, capazes de refletir sobre suas aprendizagens e de contribuir para a construção de estratégias que ampliem seu potencial (Demo, Silva, 2020). Já a família, como parceira fundamental da escola, fortalece o acompanhamento da trajetória escolar, apoia a consolidação das aprendizagens e amplia as condições para que as ações pedagógicas tenham continuidade fora do espaço escolar, reforçando a corresponsabilidade pela formação integral dos alunos (Libâneo, 2012).

Assim, a apropriação dos resultados ganha caráter coletivo, reflexivo e emancipatório, fortalecendo a gestão participativa e assegurando que as avaliações externas se transformem em oportunidades reais de avanço no processo educativo.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

O presente trabalho apresenta a seguinte questão norteadora: quais obstáculos têm dificultado o trabalho do setor pedagógico da SRE e comprometido a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE nas escolas, e de que forma a SRE pode estabelecer protocolos ou ações para superá-los?

A partir desse questionamento, realizamos a pesquisa com os profissionais envolvidos no processo, quais são: servidores das escolas e analistas da Divisão de Equipe Pedagógica da SRE, no intuito de buscar evidências que pudessem responder à questão e entender como o setor pode apoiar as escolas, considerando sua função

estratégica. Utilizamos como referencial teórico na construção desse estudo autores como Ceneviva *et al.* (2022); Luck (2009; 2013) e Marques (2017).

Através das análises das respostas dos participantes considerou-se os seguintes desafios:

- (i) Percebe-se que os professores realizam as intervenções pedagógicas, porém, sem uma análise minuciosa das habilidades não consolidadas, tanto do ano em curso, quanto dos anos anteriores. Isso porque os resultados demonstram um alto índice de estudantes com desempenho de aprendizagem insuficiente, tanto em Língua Portuguesa, como em Matemática nas avaliações do SIMAVE e do SAEB.
- (ii) Necessidade da equipe pedagógica da SRE Paracatu organizar formações continuadas com foco na apropriação do processo de avaliação e seu uso pedagógico com professores, Especialistas e gestores.

Diante dessas constatações acredita-se que é preciso pensar e formular estratégias para a melhoria dos indicadores das avaliações, e além disso um direcionamento de ações pedagógicas. Além disso, é essencial que a equipe pedagógica da SRE proponha um protocolo de intervenção pedagógica nas escolas, a fim de sanar essas lacunas. Ressalta-se a importância de uma abordagem coletiva da rede e outro momento mais específico, com foco na escola, para direcionar melhor quais metodologias usar a partir dos dados das avaliações.

Assim, propomos um Plano de Ação Educacional (PAE), considerando os apontamentos da pesquisa, no qual são expostas ações a serem implementadas na DIVEP da SRE Paracatu, junto às escolas estaduais, visando aproveitar ao máximo os dados gerados pelas avaliações externas somativas do SIMAVE. Ele surge como uma proposta de transformar os dados em ações de aprendizagem significativa, com mudança nas estratégias da SRE e na construção de uma cultura de utilização dos dados na escola, tendo como propósito a melhoria da qualidade do ensino e dos indicadores. Marques (2017) pontua:

A intenção é de fazer com que a prática de divulgação e apropriação dos resultados vá além da apresentação e comparação de dados, e que essa prática se institucionalize na agenda de planejamento da escola e seja transformada em prática recorrente na busca pelo contínuo aperfeiçoamento da ação docente, através da criação de

hábitos de estudos e reflexão, por parte do gestor, professores e pedagogo (Marques, 2017, p. 148).

Dessa forma, apresentamos a estrutura do PAE, com as seguintes proposições:

- I) Promover formações sobre avaliações externas com a participação dos professores de todas as disciplinas no início do ano letivo, nos dias escolares.
- II) Participar das atividades extraclasse (módulo coletivo) ⁸ com os professores e especialistas e diretores, para trabalhar os processos das avaliações somativas do SIMAVE, bem como a análise e apropriação dos resultados, com foco nos dados da respectiva escola.
- III) Implementar um protocolo de recomposição da aprendizagem e intervenção pedagógica, com monitoramento e acompanhamento das ações pedagógicas, norteadas pelos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.

Entendemos que o sucesso das ações propostas não age de forma isolada ou independente, sendo necessário, portanto, um engajamento de todos os envolvidos, com uma mudança na prática pedagógica de curto, médio e longo prazo. Podendo, através delas, surgir novas proposições.

Apresentamos de forma sucinta, na próxima seção, como será a execução para cada uma delas, a qual se dará por meio da ferramenta 5W2H. Essa ferramenta trata-se de um modelo gerencial utilizado para elaborar projetos, envolvendo as perguntas: *What* (O que será feito?); *When* (Quando será feito?); *Who* (Por quem será feito?); *How* (Como será feito?); e *How much* (Quanto custará fazer?).

4.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PAE NA DIVEP DA SRE PARACATU: SÍNTESE DAS AÇÕES

Esta seção está dividida em três subseções, com detalhamento de como podem ser efetivadas cada uma das proposições apresentadas no PAE. As ações propostas envolverão a equipe pedagógica da DIVEP da SRE Paracatu, diretoria

⁸ Resolução SEE Nº 4.968, de 23 de fevereiro de 2024, estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo Professor de Educação Básica das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

educacional, diretores, especialistas e docentes, com o objetivo de mobilizar todos os servidores envolvidos no processo das avaliações externas somativas do SIMAVE, transformando dados em ações pedagógicas constantes, a fim de melhorar o ensino e a aprendizagem dos estudantes e a elevação dos indicadores educacionais das escolas da jurisdição.

No quadro 7, apresentamos a síntese das ações a serem desenvolvidas na DIVEP da SRE Paracatu, conforme o modelo gerencial 5W2H.

Quadro 7 – Protocolo de apropriação pedagógica dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE

O que será feito?	Quando será feito?	Por quem será feito?	Como será feito?	Quanto custará fazer?
Promover formação sobre avaliações externas do SIMAVE com a participação dos professores de todas as disciplinas no início do ano letivo, nos dias escolares.	Uma vez no início do ano letivo, nos dias escolares de fevereiro de 2026.	Equipe pedagógica da SRE Paracatu	Será feito formação com todos os docentes de todas as disciplinas, especialistas e gestores em um dia escolar no início do ano.	Recursos disponíveis na SRE. Espaço cedido, materiais e Servidores SRE.
Participar das atividades extraclasse (módulo coletivo) com professores, especialistas e diretores, para trabalhar os processos das avaliações somativas do SIMAVE, bem como a análise e apropriação dos resultados, com foco nos dados da respectiva escola.	Após divulgação dos resultados da avaliação somativa do SIMAVE (Abril)	Equipe pedagógica da SRE Paracatu	Será realizada em uma reunião de atividade extraclasse (Módulo coletivo), conforme cronograma da escola.	Materiais diversos disponíveis na SRE. Servidores SRE.
Implementar um protocolo de recomposição da aprendizagem e intervenção pedagógica, com monitoramento e acompanhamento das ações pedagógicas, norteadas pelos resultados das	Após divulgação dos resultados do SIMAVE e resultados bimestrais e finais.	Pela Equipe pedagógica da SRE	Criação de protocolo de monitoramento das ações pedagógicas.	Materiais diversos disponíveis na SRE. Servidores SRE.

O que será feito?	Quando será feito?	Por quem será feito?	Como será feito?	Quanto custará fazer?
avaliações externas somativas do SIMAVE.				

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo (2025)

A fim de detalharmos as ações constantes no quadro acima, desenvolvemos as subseções 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3. A subseção 4.1.1 aborda a ação de promoção de formações sobre avaliações externas com a participação dos professores de todas as disciplinas no início do ano letivo, nos dias escolares. A subseção 4.1.2 trata da participação da equipe pedagógica da SRE nas atividades extraclasse com os professores e especialistas, com o objetivo de aprofundar a análise dos processos avaliativos do SIMAVE, bem como, análise e apropriação dos resultados, com foco na escola visitada. Por fim, a subseção 4.1.3 apresenta como será feito o protocolo de monitoramento acompanhamento das ações pedagógicas norteadas pelos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.

4.1.1 Promoção de formação sobre avaliações externas somativas do SIMAVE com professores nos dias escolares

Os dados disponibilizados pelas avaliações externas do SIMAVE podem oferecer informações valiosas sobre o aprendizado dos estudantes, constituindo uma ferramenta importante para subsidiar e orientar o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, é necessário estudo para o entendimento desses resultados e como ele pode impactar a vida dos estudantes e da comunidade escolar.

Ao considerar o que foi mencionado na pesquisa sobre a necessidade de formações para todos os profissionais da escola, entendemos que ação proporcionará momentos de estudo e conhecimento sobre todas as etapas e objetivos das avaliações externas, fazendo com que o processo seja mais significativo. Apoiando essa necessidade de formação, Ceneviva et al. (2022, p. 838) afirmam que “há algumas evidências que apontam que agentes escolares ainda tem dificuldades para interpretar as informações oriundas dos sistemas de avaliação e monitoramento da educação básica no Brasil”. Sendo assim, será utilizado o dia escolar no início do ano letivo para realização de formação/discussão com todos os profissionais da escola. Segue detalhamento da proposição:

Quadro 8: Promoção de formações sobre avaliações externas com professores nos dias escolares

O quê?	Promover formação sobre avaliações externas do SIMAVE com a participação dos professores de todas as disciplinas no início do ano letivo, nos dias escolares.
Quem?	Equipe pedagógica da SRE com apoio da SEE/MG, contando com a participação de especialistas, professores de diferentes áreas e gestores escolares.
Por quê?	Para que os professores possam compreender melhor os indicadores das avaliações externas, no intuito de que os dados sejam transformados em informações úteis para a prática em sala de aula.
Onde?	Nos municípios polos (Paracatu e João Pinheiro)
Quando?	Uma vez no início do ano letivo, nos dias escolares de fevereiro de 2026
Como?	Será feita reunião formativa com todos os docentes de todas as disciplinas em um dia escolar no início do ano, em dois turnos.
Quanto custa?	Recursos disponíveis na SRE/SEE. Espaço cedido, materiais e Servidores SRE. Valor com diária e passagem a ser analisado conforme a quantidade de pessoas.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A equipe pedagógica da SRE, organizará uma formação sobre todo o processo das avaliações externas do SIMAVE, abordando conceitos, escalas de proficiência, matrizes de referência e uso dos dados no planejamento pedagógico. Além disso, serão desenvolvidas oficinas práticas voltadas para o estudo dos descritores que apresentaram maiores índices de dificuldade nas avaliações da SRE Paracatu, com atividades de análise de itens, simulações de situações de aprendizagem e construção de sequências didáticas que favoreçam o desenvolvimento das habilidades menos consolidadas pelos estudantes.

Será necessário o envolvimento de toda a equipe pedagógica da SRE, que conta com 08 servidores. A equipe reunirá para definir papéis e atribuições na organização da formação: data, local, quantidade de pessoas, convidados para falar sobre o assunto, formato da palestra e oficina para discussão e análise do processo das avaliações externas. O objetivo é convidar todos os professores, EEB e diretores das escolas, realizar em dois turnos, para que todos os servidores participem no seu turno de trabalho. A ideia é que seja realizado em dois polos (Municípios de Paracatu e João Pinheiro, que abrange o maior número de servidores).

A formação será organizada em etapas interligadas, realizadas em dois polos (Paracatu e João Pinheiro), com o objetivo de fortalecer o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas e promover a construção de estratégias didáticas voltadas às habilidades menos consolidadas pelos estudantes nas avaliações somativas do SIMAVE.

Quadro 9: Cronograma da formação sobre avaliações externas

Etapa	Período Estimado	Atividades Principais	Responsáveis	Resultados Esperados
1. Planejamento da formação pela equipe pedagógica da SRE Paracatu	Janeiro	Reunião interna para divisão de tarefas e polos (Paracatu e João Pinheiro). Definição de convidados e formato das oficinas.	Equipe pedagógica da SRE (8 servidores).	Definição do planejamento e estrutura metodológica da formação.
2. Formação presencial: “A importância da avaliação na construção de caminhos para a aprendizagem além dos números”.	Fevereiro (dias escolares)	Encontro presencial em cada polo. Dividido em 03 momentos: i) Palestra sobre os resultados do SIMAVE do ano anterior, referente às escolas da SRE Paracatu; ii) Discussão teórica sobre avaliação e práticas pedagógicas. iii) Oficinas práticas e interativas, “mão na massa” com análise de itens e elaboração de sequências didáticas, a partir de estudos de casos. Apresentação das diretrizes para construção do plano de ação 2026 de cada escola.	Equipe pedagógica da SRE e convidados externos.	Diretores, especialistas e professores mobilizados e sensibilizados para o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Serão utilizados recursos já disponíveis na SRE, como computadores, impressoras, projetores e materiais pedagógicos. O espaço será cedido por parceiros. Solicitar-se-á à SEE recursos para locomoção, diárias de servidores e, se necessário, a contratação de consultoria especializada para apoiar as oficinas práticas.

4.1.2 Participação das atividades extraclasse das escolas com foco no processo das avaliações somativas do SIMAVE, bem como, análise e apropriação dos resultados.

Em continuidade à ação anterior, que trata do processo de avaliação como um todo, esta ação aqui proposta, tem como objetivo se dedicar à apropriação dos resultados da escola, no qual o profissional está inserido. Para tanto, serão utilizadas as atividades extraclasse (módulo coletivo), que conta com a participação de todos os docentes.

No quadro a seguir, tem-se o detalhamento da execução da ação:

Quadro 10: Reunião com a equipe escolar na atividade extraclasse com foco na apropriação dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE

O quê?	Participar das atividades extraclasse (módulo coletivo) com os professores, especialistas e diretores, para trabalhar os processos das avaliações somativas do SIMAVE, bem como a análise e apropriação dos resultados, com foco nos dados da respectiva escola.
Quem?	Equipe pedagógica da SRE, professores, especialistas e gestores da escola.
Por quê?	Para que os docentes analisem e apropriem efetivamente dos resultados, transformando os dados das avaliações externas do SIMAVE em subsídios para o replanejamento pedagógico, com foco em práticas de intervenção capazes de reduzir as lacunas de aprendizagem e elevar a qualidade da educação ofertada.
Onde?	Presencialmente nas reuniões extraclasse das escolas da SRE Paracatu.
Quando?	A partir da divulgação dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.
Como?	Será tratado na reunião, uma análise dos resultados, conforme disponibilizado na plataforma do SIMAVE, com adaptações que se fizerem necessárias para deixar o entendimento mais claro.
Quanto custa?	Disponibilização do tempo de trabalho da equipe pedagógica da SRE, materiais já existentes na SRE e diárias para servidores atenderem os municípios.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após a divulgação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE, a equipe pedagógica da SRE se apropriará dos dados das escolas da jurisdição para desenvolver duas ações complementares. A primeira ação consiste na realização de uma reunião online com gestores e EEB para socializar e analisar os resultados gerais da rede estadual divulgados, apresentando as principais evidências e fragilidades de

aprendizagem identificadas. Nesse encontro, serão disponibilizados materiais de apoio com as diretrizes do trabalho a ser desenvolvido pela equipe pedagógica das escolas, com foco nas habilidades não consolidadas.

A segunda ação será realizada no ambiente escolar, durante os horários de atividades extraclasse (Módulo coletivo), carga horária Presencial Destinadas às Reuniões de Caráter Coletivo de trabalho, e envolverá diretores, EEB e professores no planejamento de intervenções pedagógicas específicas, baseadas nas evidências apontadas pelo SIMAVE. Nesse momento coletivo o objetivo central será aprofundar a compreensão dos resultados, contextualizando-os à realidade de cada turma e elaboração de plano de ação com estratégias que favoreçam a recomposição das aprendizagens, direcionadas às necessidades reais dos estudantes.

Durante esses momentos, serão realizadas análises coletivas, destacando os descritores e habilidades em que os alunos demonstraram maior dificuldade, e discutidas estratégias pedagógicas de enfrentamento, como sequências de atividades, propostas de práticas diferenciadas em sala de aula e uso de materiais já disponíveis na rede, bem como, datas e responsáveis pelas ações pactuadas.

O processo será desenvolvido de maneira colaborativa, valorizando a participação ativa de todos os docentes, especialistas e gestores. As reuniões terão caráter reflexivo e propositivo, de modo que cada escola possa adaptar o planejamento às suas especificidades, assegurando clareza nos objetivos e coerência com as demandas locais. Além disso, será incentivada a troca de experiências entre os participantes, fortalecendo o trabalho coletivo e a corresponsabilização pelos resultados de aprendizagem. Como produto da apropriação dos resultados das avaliações somativas, será proposto a criação do plano de intervenção pedagógico, instrumento idealizado pela equipe pedagógica da SRE, no qual contará com a participação e responsabilização de todos os envolvidos no processo.

A ação ocorrerá após a divulgação oficial dos resultados do SIMAVE, garantindo a atualidade das informações utilizadas. Serão aproveitados os recursos já existentes na SRE - como materiais impressos, relatórios digitais e espaço físico das escolas - e o tempo de trabalho da equipe pedagógica, sem custos adicionais, podendo haver apenas a necessidade de ajustes na rotina da equipe pedagógica.

Espera-se, com essa iniciativa, que as escolas se apropriem efetivamente dos resultados, transformando os dados avaliativos em subsídios para o replanejamento

pedagógico, com foco em práticas de intervenção capazes de reduzir as lacunas de aprendizagem e elevar a qualidade da educação ofertada.

Quadro 11: Cronograma com as etapas da ação

Etapas	Período Estimado	Atividades Principais	Responsáveis	Resultados Esperados
1. Apropriação pela equipe pedagógica da SRE dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE e organização da reunião com as escolas.	Abril/Maio	Reunião interna para análise e apropriação dos resultados das avaliações do SIMAVE. Organização de materiais para reunião com as escolas.	Equipe pedagógica da SRE (8 servidores)	Apropriação dos resultados e alinhamento da equipe. Definição dos materiais a ser utilizados na reunião com as escolas.
2 Realização de reunião online com gestores e especialistas para socializar e analisar os resultados gerais das escolas estaduais da jurisdição e proposição de plano de ação.	Abril/Maio	Compreensão do processo de apropriação dos resultados das avaliações externas e fortalecimento do conhecimento técnico-pedagógico para subsidiar a elaboração de plano de ação, alinhado às evidências dos SIMAVE.	Equipe pedagógica da SRE.	Diretores e especialistas focados no uso pedagógico dos resultados das avaliações externas do SIMAVE.
3. Participação da atividade extraclasse (módulo coletivo) nas escolas para análise e apropriação dos resultados do SIMAVE, com foco nos dados específicos de cada escola e na construção de estratégias pedagógicas voltadas à recomposição da aprendizagem e intervenção pedagógica.	Maio	Cada analista do setor pedagógico ficará responsável por acompanhar 05 escolas da jurisdição. O analista participará de uma reunião no momento de módulo coletivo (atividade extraclasse) em cada escola, com o objetivo de orientar a equipe pedagógica na análise e apropriação dos resultados do SIMAVE, auxiliando na identificação das habilidades não consolidadas e na	Equipe pedagógica da SRE.	Equipes escolares engajadas e corresponsáveis pelo uso pedagógico dos resultados das avaliações externas, elaborando planos de ação consistentes e voltados à melhoria da aprendizagem dos estudantes.

		<p>construção das estratégias de recomposição das aprendizagens.</p> <p>Durante o encontro, o analista promoverá momentos de estudo, escuta e orientação, esclarecendo dúvidas e apoiando a organização do plano de ação pedagógico a ser implementado pela escola.</p>		
--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

4.1.3 Implementação do protocolo de monitoramento e acompanhamento das ações pedagógicas norteadas pelos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.

Considerando os dados analisados, constata-se a necessidade de implementar ações de acompanhamento e monitoramento mais sistemáticas por parte da equipe pedagógica da SRE, voltadas às práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas a partir dos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE. O objetivo é apoiar os profissionais da escola, fortalecendo os processos de ensino e aprendizagem e verificando se as ações propostas estão, de fato, acontecendo. Nesse sentido, destaca-se a importância do monitoramento como parte do processo de gestão, uma vez que, segundo Luck (2009, p. 45), trata-se de uma atividade contínua, sistemática e regular, fundamental para garantir a execução dos planos e projetos conforme o previsto e com melhores condições de alcançar os objetivos educacionais. Segue detalhamento da proposição:

Quadro 12: Implementação do protocolo de monitoramento e acompanhamento das ações pedagógicas norteadas pelos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE

O quê?	Implementar protocolo de monitoramento/acompanhamento contínuo das ações pedagógicas norteadas pelos resultados das avaliações externas somativas do SIMAVE.
---------------	--

Quem?	Equipe pedagógica da SRE com apoio da SEE/MG, contando com a participação de especialistas, professores de diferentes áreas e gestores escolares.
Por quê?	Porque fortalece a gestão pedagógica e escolar, transforma dados em práticas efetivas e assegura que os esforços pedagógicos sejam acompanhados, avaliados e ajustados de forma contínua, promovendo uma melhoria do trabalho pedagógico em sala de aula e na aprendizagem dos estudantes.
Onde?	Em todas as escolas estaduais da SRE Paracatu
Quando?	Após divulgação dos resultados do SIMAVE (Abril/Maio) e reuniões com as escolas.
Como?	Criação de protocolo de monitoramento das ações pedagógicas, através de visitas presenciais e online, análise de documentos compartilhados em drive.
Quanto custa?	Recursos disponíveis na SRE/SEE.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A equipe pedagógica da SRE implementará um conjunto de estratégias voltadas ao acompanhamento e monitoramento contínuo das práticas pedagógicas nas escolas, de modo a fortalecer a gestão escolar e qualificar o processo de ensino e aprendizagem. A ação terá como foco a utilização dos resultados das avaliações externas como instrumento de diagnóstico e planejamento, possibilitando que as escolas transformem os dados em intervenções pedagógicas efetivas. Dessa forma, busca-se assegurar que as ações planejadas sejam acompanhadas, avaliadas e ajustadas sistematicamente, garantindo maior coerência entre o planejamento escolar e a melhoria dos resultados educacionais.

Para tanto propõe-se elaborar um documento orientador com critérios e norteamento para a construção dos planos de intervenção pedagógica nas escolas. O plano deve ser prático, exequível e contextualizado, priorizando as habilidades ainda não consolidadas pelos estudantes, conforme resultado das avaliações do SIMAVE. Além disso, é importante incluir um cronograma de execução e responsabilidades definidas, garantindo a participação de especialistas, diretores e professores, com uma abordagem colaborativa, em que todos se sintam corresponsáveis pelo processo.

Por se tratar de ações pedagógicas de intervenção, comuns do setor pedagógico, toda a equipe pedagógica ficará responsável pelo acompanhamento das escolas, sendo o número total de escolas divididas entre as analistas. Considerando que são 07 analistas para atender a 35 escolas, cada uma realizará o

acompanhamento de 05 escolas. Cada escola receberá o suporte técnico necessário para organização do plano de intervenção pedagógica com base nos resultados recebidos. Será utilizado instrumentos digitais (planilhas compartilhadas/drive) para registro, análise e acompanhamento das ações, bem como, visita in loco e reuniões presenciais e/ou à distância realizada pelo analista da equipe pedagógica.

O registro ocorrerá sistematicamente, por meio de planilha no drive, no qual serão alimentadas, bem como outros registros, como fotos, relatos, vídeos, etc. Para tanto, serão utilizados o painel de dados da SEE/MG para comparar os resultados bimestrais dos estudantes, identificando avanços e ajustando estratégias conforme necessário. Nesse sentido, é muito importante realizar feedback formativo com os profissionais da educação, destacando as práticas exitosas e pontos de melhorias, através de inserção do feedback em campo específico na planilha disponibilizada para a escola e também, através de reunião online ao fim dos semestres com a equipe escolar (gestores, especialistas, representantes de professores). Dessa forma, amplia-se o apoio pedagógico da SRE conforme as demandas identificadas, fortalecendo a rede de suporte à equipe pedagógica da escola. Transformando assim, resultados em insumos para a planejamento coletivo, assegurando que cada escola avance, garantindo o direito efetivo à aprendizagem a todos os estudantes.

Esta ação deverá ter início após a divulgação dos resultados das avaliações externas, geralmente abril. Para a implementação dessa ação, serão utilizados computadores, Webcam, impressoras, materiais de papelaria, que a SRE já possui. Para o deslocamento das analistas para os municípios deve ser solicitado recursos à SEE/MG.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito investigar de que forma o setor pedagógico da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Paracatu pode contribuir para o desenvolvimento de um planejamento pedagógico voltado às escolas, a partir da análise dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE. Além disso, buscou-se propor um Plano de Ação Educacional que se configure como apoio à SRE Paracatu, oferecendo subsídios para a gestão pedagógica dos resultados e para o fortalecimento das práticas educativas.

Os principais achados revelam que, embora professores, especialistas e diretores conheçam o sistema de avaliação e reconheçam sua importância, ainda não conseguem utilizá-lo de forma efetiva no cotidiano pedagógico. A apropriação dos dados ocorre de maneira superficial, marcada por dificuldades de interpretação e de aplicação prática. Esse cenário evidencia a necessidade da equipe pedagógica da SRE desenvolver um trabalho mais alinhado e articulado com as escolas, favorecendo a compreensão e o uso pedagógico dos resultados como ferramenta de planejamento e tomada de decisão. Somam-se a esses fatores a ausência de formação continuada consistente e a resistência a mudanças nas práticas educativas, que emergem como barreiras significativas. Além disso, a percepção da falta de comprometimento de parte dos alunos ao realizar as avaliações compromete a seriedade do processo e reduz as possibilidades de avanço.

No primeiro capítulo, foi apresentada a introdução da pesquisa, explicitando os objetivos gerais e específicos, de forma clara e sintetizada. No segundo capítulo, discutiram-se as políticas públicas voltadas às avaliações externas em âmbito nacional e estadual, destacando o papel das avaliações sistêmicas de aprendizagem e o contexto no qual as escolas estão inseridas. No terceiro capítulo, foi abordada a análise da gestão pedagógica dos resultados, apontando desafios e fragilidades no processo de apropriação. Por fim, no quarto capítulo, apresentou-se uma proposta de Plano de Ação Educacional voltado para apoiar as escolas no uso dos resultados das avaliações, com vistas ao fortalecimento das práticas pedagógicas e à melhoria da aprendizagem.

Dessa forma, a pesquisa evidencia que a efetividade das avaliações externas não se limita à produção de dados, mas depende, sobretudo, da capacidade das escolas e da SRE de transformar esses resultados em estratégias pedagógicas consistentes. A apropriação crítica e a utilização adequada das informações podem contribuir para a qualificação das práticas escolares, desde que acompanhadas por formações continuadas, acompanhamento pedagógico sistemático e uma gestão comprometida com a aprendizagem dos estudantes.

Assim, o fortalecimento da gestão participativa e colaborativa entre a SRE e as escolas é condição essencial para que o processo avaliativo cumpra seu papel transformador. A construção coletiva de estratégias, o diálogo permanente entre os diferentes atores educacionais e o compromisso compartilhado com a aprendizagem

possibilitam não apenas a superação das dificuldades diagnosticadas, mas também a consolidação de uma cultura de avaliação voltada à melhoria contínua da educação.

Os resultados evidenciam que, embora docentes, especialistas e diretores reconheçam a relevância das avaliações externas, a apropriação pedagógica dos dados ainda ocorre de maneira limitada. Tal constatação reforça a necessidade de intensificar a colaboração entre a SRE e as instituições escolares, a fim de transformar os resultados avaliativos em estratégias pedagógicas mais consistentes e eficazes, favorecendo o aprimoramento contínuo da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ALARÇÃO, M. **Avaliação educacional: fundamentos e práticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

ALVES, M. T.G.; SILVA, V. M. R. da. **Gestão educacional e usos dos resultados de avaliação em larga escala**. Cadernos de Pesquisa, v. 51, n. 180, p. 312-333, 2021.

ARGUIN, G. **O planejamento estratégico no meio universitário**. Tradução de Valdemar Cadó. Brasília: conselho de Reitores da Universidades Brasileiras, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE Escola**. 2014. Disponível em: <https://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>. Acesso em: 05 maio 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico**. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-escolar-da-educacao-basica-2024-resumo-tecnico>. Acesso em: 5 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório anual de ouvidoria – 2023**. Brasília, DF: INEP, 2024.

BRASIL. INEP. **Áreas de atuação: avaliação e exames educacionais – SAEB**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em 21 de set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE). **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 10 abril 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação - PNE - 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL: IDEB - **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 17 de março de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 out. 2025.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BROOKE, N; CUNHA, M. A de A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados brasileiros. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, v. 2, p. 17-79. 2011.

BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. de (ed.). 2015. **A avaliação da educação básica**: a experiência brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 792-815, 2013.

BROOKE, N. **A formação de professores e o desenvolvimento profissional docente**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Políticas de avaliação da educação básica no Brasil: balanço de uma década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 9-37, 2012.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BECKER, F. da R. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 53/1. 2010. Disponível em: rieoei.org/deloslectores/3684Becker.pdf. Acesso em: 27 de agt. 2025

BOWLES, S.; GINTIS, H. **Schooling in Capitalist America**: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life. New York: Basic Books, 1976.

CASTRO, M. H. G. de. Educação no Brasil: avanços e desafios. In: VELOSO, F. et al. (org.). **Educação básica no Brasil**: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 15–38.

CERDEIRA, D. G. da S. Fatores associados ao uso dos resultados de avaliações externas no contexto das políticas de responsabilização educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (ANPAE)**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 613-634, set. 2018.

CENEVIVA, R. et al. Avaliação escolar e uso de dados e evidências na educação brasileira. In: KIGA, M. N. et al. (org.) **Políticas Públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: Ipea, 2022. p. 829-858. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/d672966c-5d4c-44a1-bbf7-ec2c2ecaa4fc/content>. Acesso em: 30 de agt. 2025.

CONSOANTE, F.; LUCK, H. **Avaliação educacional: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2016.

CUNHA, M. I. **Formação de professores: trajetória e perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

DEMO, P.; SILVA, R. A. Student protagonism. **ORG & DEMO** (Marília), v. 21, n. 1, p. 71-92, Jan./Jun., 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/10685>. Acesso 20 ago. 2025.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

FERNANDES, C. Avaliação educacional e políticas de responsabilização: desafios para a gestão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 10-27, jan./mar. 2019.

FERNANDES, R. **Avaliação educacional e políticas públicas: ensaios e críticas**. São Paulo: Moderna, 2019.

FERNANDES, C. **Avaliação educacional e qualidade do ensino: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. de. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Campinas: Autores Associados, 2021.

FREITAS, L. C. de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da avaliação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2021.

FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. (Orgs.). **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, L. C. **Avaliação educacional: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013.

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L. de; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREITAS, L. C. Desafios da avaliação educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Avaliação Educacional**, v. 23, n. 1, p. 45-62, 2012.

FREITAS, L. C. **Avaliação educacional: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2009.

GARAY, L. **Introdução à administração: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2008. p. 121-122.

GIROUX, Henry A. **Schooling and the Struggle for Public Life: Critical Pedagogy in the Modern Age**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

GOMES, S. S.; MELO, S. D. G. de. Políticas de Avaliação e Gestão Educacional: articulações, interfaces e tensões. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1199-1216, out./dez. 2018. Disponível em: <https://bityli.com/6f84t>. Acesso em: 19 set. 2024.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HIRSCH, E. D. **Cultural Literacy: What Every American Needs to Know**. Boston: Houghton Mifflin, 1987.

HEID, H.; JÜTTLER, A.; KÄRNER, T. **Participation in the classroom as a basis for democracy education?** *Frontiers in Political Science*, v. 5, p. 1-10, 2023. DOI: 10.3389/fpos.2023.1225620.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view Acesso em: 04 de jan de 2025.

LAURENTINO, V. M. S.; DIÓGENES, E. M. N. Avaliação externa enquanto aparelho hegemônico. **Tópicos educacionais**, Recife, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://bityli.com/7KaJN>. Acesso em: 14 nov. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e gestão escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Revista e ampliada - Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: Teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa. 2004.

LIMA, L. C. Elementos de análise organizacional das políticas e práticas de avaliação escolar. In: F. O. C. Werle (Ed.). **Avaliação em larga escala: questões polêmicas** (p. 15-38). Brasília: Liber Livro, 2012.

LUCK, H. **Gestão Participativa na Escola** - Vol. III - Série Cadernos de Gestão, Saraiva, 2016.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Série Cadernos de Gestão, 2013.

LUCK, H. **Avaliação educacional: limites e possibilidades**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCK, H. **Gestão educacional: Uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes. 2000.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Tradução livre do título. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LUDKE, M.; ANDE, M. E. D. **A. Pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa**. 2.ed. São Paulo: EU, 2013.

MACHADO, A. S. R. C. **O gestor escolar e os desafios da apropriação dos resultados das avaliações em larga escala: impactos de intervenções pedagógicas em quatro escolas amazonenses**. Dissertação (Mestrado Profissional). 161 p. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2016.

MACHADO, C. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**, v. 5, p. 70-82, 2012.

MALUF, C. **Avaliação educacional: teoria, política e prática**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARQUES, C. **Gestão escolar e desenvolvimento docente: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2017.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4948, de 26 de janeiro de 2024** – Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-n-o-4-948-2024/> Acesso em: 02/02/2024

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4968, de 23 de fevereiro de 2024** – Estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo Professor de Educação Básica das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/4968-24-r-Public.-24-02-24.pdf> Acesso em: 03/05/2025

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.709, de 26/10/2023**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-48709-2023-minas-gerais-dispoe-sobre-a-organizacao-da-secretaria-de-estado-de-educacao>. Acesso em: 08/09/2024

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais**. Memorando-Circular nº 6/2022/SEE/DAAP. 24/06/2022. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando-Circular%20n%C2%BA%206%202022%20SEE%20DAAP.pdf>. Acesso em: 12/04/2023.

MINAS GERAIS. **Decreto 47758, de 19/11/2019**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47758/2019/?cons=1>. Acesso em: 27/01/2023.

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NETO, A. **Gestão escolar e políticas públicas de educação**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2013.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**: percursos e perspectivas. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, R. P. de; PACHECO, E. **Políticas educacionais**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2019.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática. 2016

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1992.

PERRENOUD, P. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIMENTEL, F. C. S. et al. **Avaliação educacional: teoria, legislação e prática**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PIMENTEL, M. G. et al. **Práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem: estratégias de acompanhamento escolar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO, U. de A. **Pedagogia Escolar: Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional**. São Paulo-SP: Cortez, 2011.

RIBEIRO, F. R.; OLIVEIRA, S. P. de; ALVES, G. C. A importância da participação ativa da família no âmbito escolar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 45, 21 de novembro de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/45/a-importancia-da-participacao-ativa-da-familia-no-ambito-escolar>. Acesso 10 ago. 2025.

SANTOS, V. de L. **O baixo desempenho em Matemática no Ensino Médio: conhecendo uma realidade mineira**. Dissertação (Mestrado Profissional), 162 p. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2017.

SANTOS, A.; REIS, R. **Gestão escolar e políticas públicas de educação: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2019.

SCHNEIDER, M. **Uso dos resultados de avaliação externa em escolas públicas de Sabará/MG**. Dissertação (Mestrado) 224p. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/ee128180-b45f-4727-b8dc-5baddb66bd75/content>. Acesso 10 ago. 2025.

SIMAVE. **Revista da Avaliação**, 2014. Disponível em: <https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/mg/colecoes/2014/SIMAVE%202014%20RGE%20WEB.pdf> Acesso em: 12 dez. 2024.

SEE/MG. **Superintendências Regionais de Ensino – SRE. Competências e Classificações**. Disponível em <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/superintendencias-regionais-de-ensino-sres/> Acesso em 17 de dez de 2024.

SILVA, L. **Gestão escolar e políticas educacionais: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, D.; FERREIRA, R. **Gestão escolar e políticas educacionais: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2019.

SOUZA, D.; OLIVEIRA, R. **Políticas públicas educacionais e gestão escolar: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 23. ed. São Paulo: Libertad, 2014.

VIANA, A. **Administração escolar:** teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1978.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Gostaria de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “Apropriação dos resultados das Avaliações Somativas do SIMAVE das escolas da rede estadual da SRE Paracatu: ampliando as possibilidades para seu uso pedagógico”. O objetivo da pesquisa é investigar como o setor pedagógico da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Paracatu pode desenvolver um planejamento pedagógico para as escolas a partir dos resultados das Avaliações Externas Somativas do SIMAVE.

Caso você concorde em participar, vamos fazer a seguinte atividade com você, responder a um questionário via *google forms* ou a uma entrevista. Para participar desta pesquisa você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento.

A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

() sim () não

Paracatu, _____ de junho de 2025.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora responsável: Dariane Ferreira Martins
Campus Universitário da UFJF
Faculdade/Departamento/Instituto: Educação/PPGP
CEP: 38602222
Fone: (38) 999819456
E-mail: darianemartins@gmail.com

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA SRE PARACATU

Perfil profissional

2. Você é professor(a) em uma escola estadual, pertencente à Superintendência Regional de Ensino de Paracatu? (Marcar apenas uma oval.)

☐ SIM ☐ NÃO

3. Qual a sua formação docente? (Marcar apenas uma oval.)

☐ Professor(a) de Língua Portuguesa

☐ Professor(a) de Matemática

4. Você trabalha em quais níveis de ensino?(Marcar apenas uma oval.)

☐ Anos finais do ensino fundamental

☐ Ensino médio

☐ Anos finais do ensino fundamental e ensino médio

5. Há quanto tempo você atua como docente?

☐ Menos de 01 ano

☐ De 01 à 05 anos

☐ De 06 à 10 anos

☐ De 11 à 20 anos

☐ Mais de 20 anos

☐ Outro: _____

6. Há quanto tempo você trabalha como professor(a) na escola atual?

☐ Menos de 01 ano

☐ De 01 à 05 anos

☐ De 06 à 10 anos

☐ De 11 à 20 anos

☐ Mais de 20 anos

☐ Outro: _____

7. Em quantas escolas você trabalha?

- ☐ Apenas uma
- ☐ Em 02
- ☐ Em 03 ou mais

8. Qual sua situação funcional nesta escola?

- ☐ Concursado/efetivo
- ☐ Contrato temporário

Indique o quanto você concorda ou discorda com relação às suas percepções e experiências relacionadas às avaliações externas:

9. A quantidade de avaliações externas (estaduais e/ou federais) é excessiva.

- ☐ Discordo fortemente
- ☐ Discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo fortemente

10. As avaliações externas (estaduais e/ou federais) têm direcionado o que deve ser ensinado na escola.

- ☐ Discordo fortemente
- ☐ Discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo fortemente

11. As avaliações externas, especificamente, do SIMAVE, têm ajudado a melhorar o processo de ensino e aprendizagem da escola.

- ☐ Discordo fortemente
- ☐ Discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo fortemente

12. A maior parte dos estudantes apresentam problemas de aprendizagem.

- ☐ Discordo fortemente

- ☐ Discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo fortemente

13. A realização da avaliação somativa do SIMAVE (antes chamado PROEB) é importante para o processo educativo.

- ☐ Discordo fortemente
- ☐ Discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo fortemente

14. A equipe gestora e pedagógica acompanha a implementação de ações de Intervenção Pedagógica na escola?

- ☐ Suficiente
- ☐ Parcialmente
- ☐ Insuficiente

15. Existem reuniões/formações referentes as avaliações somativas do SIMAVE para os profissionais da escola?

- ☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI INFORMAR

16. Caso a resposta anterior seja SIM, quais profissionais da escola participam?

- ☐ Diretor escolar
- ☐ Especialistas em educação básica
- ☐ Professores

17. Após a divulgação dos resultados das avaliações do SIMAVE são desenvolvidas ações e estratégias pela equipe gestora e equipe docente com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ Outro: _____

18. Se a resposta anterior for SIM, descreva: _____

19. Você acredita que os resultados do SIMAVE (antigo PROEB) proporcionam a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos.

- ☐ Acredito
- ☐ Acredito parcialmente
- ☐ Não acredito

20. Os dados das avaliações do SIMAVE são utilizados para pensar estratégias de gestão na escola.

- ☐ Concordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo

21. Você entende sobre a escala de proficiência e padrões de desempenho (Baixo, Intermediário, Recomendado, Avançado) adotados na avaliação em larga escala do SIMAVE.

- ☐ Tenho domínio
- ☐ Tenho domínio parcialmente
- ☐ Desconheço tais conceitos

22. Espaço para inserção de alguma observação que ache relevante sobre a questão anterior: _____

23. Compreendo a média de proficiência obtida pela escola.

- ☐ Compreendo.
- ☐ Compreendo parcialmente.
- ☐ Não compreendo.
- ☐ Não compreendo, mas gostaria de entender melhor.

24. O SIMAVE é uma forma de avaliar os professores, objetivando a melhoria do processo educacional.

- ☐ Concordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo

25. Você acredita que existe uma cobrança maior sobre os professores de Língua Portuguesa e Matemática, devido a avaliação do SIMAVE.

- ☐) Concordo
- ☐) Concordo parcialmente
- ☐) Discordo

26. Os professores das disciplinas não avaliadas pelo SIMAVE participam da apropriação dos resultados do SIMAVE.

- ☐) Concordo
- ☐) Concordo parcialmente
- ☐) Discordo

27. Os pais participam de reuniões voltadas para a divulgação dos resultados.

- ☐) SIM ☐) NÃO

28. As informações disponibilizadas pelo SIMAVE direcionam as práticas pedagógicas em sala de aula.

- ☐) Concordo
- ☐) Concordo parcialmente
- ☐) Discordo

29. Espaço para inserção de alguma observação que ache relevante sobre a questão anterior: _____

30. As informações a respeito dos resultados obtidos nas avaliações do SIMAVE são de fácil compreensão.

- ☐) Concordo
- ☐) Concordo parcialmente
- ☐) Discordo

31. A partir das avaliações do SIMAVE você compreende quais habilidades devem ser focadas para diminuir as defasagens na aprendizagem dos estudantes?

- ☐) Concordo
- ☐) Concordo parcialmente

☐) Discordo

32. Você realiza plano de intervenção pedagógica com os estudantes, utilizando como base os resultados do SIMAVE?

☐) SIM ☐) NÃO

33. Espaço para inserção de alguma observação que ache relevante sobre a questão anterior: _____

34. Há trabalho de apropriação dos resultados do SIMAVE/PROEB com os estudantes da escola?

☐) SIM ☐) NÃO

35. As avaliações externas do SIMAVE podem impactar positivamente no desempenho dos estudantes.

☐) Concordo

☐) Concordo parcialmente

☐) Discordo

36. Espaço para inserção de alguma observação que ache relevante sobre a questão anterior: _____

37. Há algo que gostaria de falar sobre a apropriação dos resultados do SIMAVE (PROEB) que não foi abordado nas questões anteriores:

38. Nome _____

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DIRETOR(A) ESCOLAR E ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA SRE PARACATU

1. Qual o seu cargo na escola:

- ☐ () Diretor(a)
- ☐ () Especialista em Educação Básica

2. Você trabalha em uma escola estadual, pertencente à Superintendência Regional de Ensino de Paracatu:

- ☐ () SIM
- ☐ () NÃO

3. Há quanto tempo você atua na função?

- ☐ () Menos de 01 ano
- ☐ () De 01 à 05 anos
- ☐ () De 06 à 10 anos
- ☐ () De 11 à 20 anos
- ☐ () Mais de 20 anos

Indique o quanto você concorda ou discorda com relação às suas percepções e experiências relacionadas às avaliações externas, especialmente o SIMAVE:

4. A quantidade de avaliações externas (estaduais e/ou federais) é excessiva.

- ☐ () Discordo fortemente
- ☐ () Discordo
- ☐ () Concordo
- ☐ () Concordo fortemente

5. A equipe gestora e pedagógica conhece o portal do SIMAVE?

- ☐ () Sim, conhece.
- ☐ () Sim, conhece, mas tem dificuldade em utilizar.
- ☐ () Não conhece.

6. A equipe gestora e pedagógica conhece os resultados do SIMAVE da escola?

- () Sim, conhece e tem propriedade.
- () Sim, conhece, mas tem dificuldade em entender.
- () Não conhece

7. Como a equipe gestora e pedagógica desta escola tomam conhecimento dos resultados do SIMAVE?

- () Por e-mail institucional enviado pela SRE Paracatu ou SEE/MG.
- () Por site oficial da SEE/MG.
- () Por reunião realizada pela SRE Paracatu .
- () De outra forma.

8. Como se dão as contribuições da SRE no que se refere à apropriação e utilização, pela escola, dos resultados do SIMAVE?

- () SRE realiza reuniões sobre o assunto.
- () A comunicação acontece efetivamente.
- () Não acontece reuniões para esse fim.
- () Reuniões não atendem ao objetivo.

9. Após o recebimento dos resultados, como ocorre o repasse desses dados à sua equipe docente?

- () reuniões extraclasse.
- () reuniões on-line.
- () reuniões de dia escolar.
- () É impresso e colocado as informações em painel na escola.
- () Somente divulgado por e-mail, WhatsApp, outro.

10. Após a apropriação dos resultados, quais ações são implementadas e desenvolvidas pela escola no sentido de contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes?

- () Suporte aos professores para construção de plano de ação para aplicação em sala de aula pelos professores e acompanhamento pela equipe pedagógica do desenvolvimento da ação.
- () Suporte aos professores para construção de plano de ação para aplicação em sala de aula pelos professores, sem acompanhamento do desenvolvimento da ação.

() Não é planejada nenhuma ação específica.

11. Após a análise dos últimos resultados da escola, você percebe mudanças na prática pedagógica dos professores?

() Sim, mudaram as metodologias em sala de aula.

() Sim, mudaram a forma de avaliar os estudantes.

() Não mudaram em nada.

() Parcialmente, somente alguns mudaram.

12. A equipe gestora e pedagógica acompanha e apoia os professores no aprimoramento de suas habilidades de gestão de sala de aula?

() Suficiente

() Parcialmente

() Insuficiente

13. Em relação a essa prática recorrente de avaliação externa pelas redes de ensino, quais aspectos você considera como entraves no desenvolvimento desse processo sistêmico?

() Dificuldade em entendimento do assunto por parte da equipe gestora e pedagógica (diretor e especialistas).

() Dificuldade em entendimento por parte dos docentes.

() Demora na divulgação dos resultados.

() Distanciamento das metodologias utilizadas em sala de aula com o formato utilizado nas avaliações.

14. Você acredita que os professores têm dificuldades em entender os resultados pedagógicos do SIMAVE?

() Sim. () Não.

15. Se sim, quais são as dificuldades? _____

16. Nos últimos 02 anos, você já participou de alguma formação promovida pela SRE-Paracatu acerca de apropriação de resultados?

() Sim. () Não.

17. Se sim, qual? Foi produtiva? _____

18. A equipe pedagógica (especialistas) tem uma rotina de planejamento pedagógico com foco nas habilidades não consolidadas pelos estudantes no SIMAVE e acompanhamento de execução desta ação?

() Sim, existe planejamento pedagógico, sem o monitoramento constante.

() Sim, existe planejamento pedagógico, com o monitoramento constante.

() Não existe planejamento.

19. Você acredita que os professores se sentem responsáveis pelos resultados alcançados pela escola nas avaliações externas do SIMAVE?

() Sim, todos os professores se sentem responsáveis pelo processo.

() Sim, somente os professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos avaliados se sentem responsáveis pelo processo.

() Não se sentem responsáveis.

20. A escola realiza apropriação dos resultados com os estudantes?

() Sim. () Não.

21. A escola já realizou alguma ação que utilizou a apropriação dos resultados como norteamento do trabalho e que alcançou resultados positivos na aprendizagem dos estudantes?

() Sim. () Não.

22. Qual ação? _____

23. Você identifica alguma ação que possa ser realizada pela equipe da SRE Paracatu para apropriação efetiva dos resultados das avaliações externas pelos professores e equipe escolar? _____

24. Você acredita que para ter uma apropriação efetiva das avaliações externas, especialmente o SIMAVE, é necessário ocorrer formação com quais profissionais:

() Diretor(a) da escola

- () Especialista
- () Professores de Língua Portuguesa
- () Professores de Matemática
- () Professores de todas as áreas

25. Qual sua sugestão para tornar o processo de apropriação de resultados das avaliações externas nas escolas/SRE/SEE mais eficaz? _____

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM SERVIDORES DA DIVEP

1. Qual sua formação?
2. Quais atribuições você exerce no setor pedagógico da SRE?
3. Há quanto tempo você trabalha no setor pedagógico da SRE Paracatu?
4. Você é analista responsável pelas ações das avaliações externas?
5. Quantos projetos você acompanha na Divisão Pedagógica da SRE Paracatu?
E como você avalia esses projetos que acompanha?
6. Quais são as contribuições da SEE/MG no que se refere à apropriação e utilização, pela escola, dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE?
Explique.
7. De que forma a SEE/MG orienta a SRE a realizar a apropriação pedagógica dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE nas escolas?
8. Após o recebimento da divulgação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE pela SEE/MG, como ocorre o repasse desses dados às escolas? Fica evidente o caráter pedagógico do repasse dos resultados? Explique.
9. Após o recebimento e a apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE pelas escolas, você percebeu no feedback dado por elas alguma mudança na prática pedagógica dessas? Como você percebeu essas mudanças?
10. Você acredita que o trabalho de apropriação dos resultados pode ajudar sobremaneira no planejamento pedagógico, com vistas de melhorar o desempenho dos estudantes? Explique.
11. Há um acompanhamento da equipe pedagógica das ações realizadas pelas escolas com base nos resultados das avaliações somativas do SIMAVE durante o ano letivo? Como ocorre?
12. De que maneira os dados das avaliações somativas do SIMAVE podem influenciar a prática pedagógica nas escolas? Quais mudanças específicas podem ser geradas a partir dessas informações? Caso não haja impacto significativo, quais seriam os motivos para essa limitação?
13. Quais fatores, em sua opinião, interferem negativamente no trabalho que a equipe pedagógica da SRE realiza com relação à apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE nas escolas?

14. Quais desafios a equipe gestora e pedagógica (diretores, especialistas) enfrenta na interpretação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE? Como essas dificuldades impactam a utilização desses dados na prática escolar?
15. Durante o seu tempo de atuação nesta função, você já participou de alguma capacitação promovida pela SEE/MG acerca de apropriação pedagógica de resultados das avaliações somativas do SIMAVE?
16. Quais ações a equipe pedagógica da SRE pode realizar para otimizar a apropriação dos resultados das avaliações somativas do SIMAVE nas escolas da rede estadual sob jurisdição da SRE de Paracatu? Você conhece alguma iniciativa já existente nesse sentido?
17. Você tem mais alguma coisa a dizer sobre esse assunto, comentário ou sugestão de como é ou deveria ser a apropriação de resultados das avaliações externas, tanto por parte da SRE, quanto por parte das escolas?